

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de Filosofia e Ciências

Campus de Marília

WILMIHARA BENEVIDES DA SILVA ALVES DOS SANTOS



**POVO E RAÇA NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO:
Um debate entre Manoel Bomfim e Silvio Romero**

Marília
2006

Wilmihara Benevides da Silva Alves dos Santos

**POVO E RAÇA NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO:
Um debate entre Manoel Bomfim e Silvio Romero**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (Área de concentração: Antropologia)

Orientadora: **Prof^a Dr^a. Claude Lépine**

Marília

2006

Santos, Wilmihara Benevides da Silva Alves dos
S237p Povo e raça na formação da nação: o debate entre Manoel

Bomfim e Silvio Romero / Wilmihara Benevides da Silva
Alves dos Santos. – Marília, 2006.
130 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade
de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista,
2006.

Orientadora: Profa. Dra. Claude Lépine
Bibliografia: f. 126-128

1. Povo - formação. 2. Raça - antropologia. 3. Nação.
I. Autor. II. Título.

CDD: 572.2

Wilmihara Benevides da Silva Alves dos Santos

**POVO E RAÇA NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO:
Um debate entre Manoel Bomfim e Silvio Romero**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação para a obtenção do título de mestre

BANCA EXAMINADORA

Orientador :

Prof^a. Dr^a. Claude Lépine – Departamento de Sociologia e Antropologia.

Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp/Marília

2º Examinador:

Prof. Dr. Andreas Hofbauer – Departamento de Sociologia e Antropologia.

Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp/Marília

3º Examinador:

Prof^a. Dr^a. Maria José de Rezende – Departamento de Ciências Sociais e Centro de Letras e Ciências Humanas, UEL/Londrina

Suplente:.....

Prof^a. Dr^a. Célia A . Ferreira Tolentino – Departamento de Sociologia e Antropologia.

Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp/Marília

Suplente.....

Prof. Dr. Geraldo Romanelli – Departamento de Psicologia e Educação.
Faculdade de Filosofia e Ciências , Usp/ Ribeirão Preto.

Caminhos e agradecimentos

É interessante e talvez seja natural que no final de todo trabalho sintamos que muita coisa ficou para trás, que devemos à ele um melhor aprofundamento, e que se tivéssemos tempo recomençaríamos de novo, por caminhos hoje mais lúcidos e seguros. De início esta pesquisa já havia me conquistado pela idéia de raça na obra de Manoel Bomfim e Silvio Romero, em especial, ao observar que ambos referiam-se a raça como sinônimo de cultura. Neste aspecto tive vontade de ler uma série de coisas e escrever uma porção delas. Afinal a formação da cultura, para estes autores está articulada as diferentes formas de como explicam o atraso político, econômico e social brasileiro. Este debate constituiu a grande polêmica intelectual entre eles. Durante a pesquisa tornou-se imprescindível observar que seus escritos não estavam afastados de sua ação política, das suas experiências e das aspirações que buscaram realizar. Vi-me na necessidade de um diálogo maior com o contexto de modo a apreender o espírito da época e compreender suas posições, em especial, sobre a questão da raça que já se colocava na colônia e no Império. Como livrar-me destes momentos tão cedo? Não seria interessante apresentar o debate que antecede Silvio Romero e Manoel Bomfim à respeito da questão racial na formação do povo? De acordo com Schwarcz (1993), a questão da raça chega em 1870 como um consenso nos jornais, revistas e debates acadêmicos, portanto o resultado de um processo e não de um ponto de partida. Por outro lado, este é o momento da história do país que o povo ganha importância como elemento principal na definição da nação brasileira. No período entre 1870 e 1920 cada político e intelectual buscou demarcar as fronteiras de discussão sobre a formação do povo brasileiro, definindo o seu caráter e apresentando-o na literatura e na historiografia. Com a crise do Império e o fim da abolição da escravatura, a geração saída das Faculdades de Direito e Medicina, isto é, das principais instituições da formação da elite do país e que detinham em suas mãos a organização política, econômica e educacional, depara-se com a necessidade de definir o

povo como nação. Esta tarefa ilustra as aspirações de uma época e as divergências dentro desta camada social, em especial, através das categorias que utilizavam para demarcar a compreensão legítima do mundo ao seu redor. Através do diálogo com a orientadora Claude Lépine descobrimos que o eixo do trabalho, reclamado na qualificação, encontrava-se em elucidar o debate da formação do povo brasileiro, centralizando esta discussão na principal obra de Manoel Bomfim, *A América Latina males de Origem* e de Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira*. Com isso possibilitamos observar o campo de posições em disputa no Brasil pela forma de fazer ver uma certa compreensão do Brasil como nação.

O desenvolvimento desta pesquisa deve-se, em especial, aos amigos e professores, que fizeram-me aprender a reconstruir o meu próprio mundo e assumir uma posição no campo. Trago comigo nesta difícil conquista, o incentivo da minha família, a minha mãe Izabel e irmãs Izabel Cristina e Magdalena, meu cunhado e grande amigo Ademir e Rafael, o encanto de meus sobrinhos Joseph e Izabela Sophia. Obrigado por fazer-me acreditar que o amor conduz os pés de quem quer subir as escadas, quando não parece existir o chão. Aos meus grandes amigos e professores que tiraram-me o solo árido e seco e deram-me o palco da vida. Assim foram, Paulo Cunha, Luís Antonio, Sandra Helena, Valéria Veríssimo, Sueli Mendonça, Célia Tolentino e Claude Lépine e D. Moralina. Aos amigos que refizeram, ao meu lado, o novo cenário que visualizo em minha frente, Renato Botão, Daniela Rosa, Jordana Souza, Rafaela Mania e Tatiana Moreira. Aos que me indicaram livros essenciais, Andrey, Luciano, prof. Geraldo (Fatec) e ao meu grande amigo Carlos Eduardo Dias Machado. Aos que me socorreram no final do trabalho: Luciene (Coral Boca Santa); Natanael Ngomane e Olga Ngomane; Bruno, Ordilei, Américo Neto, Joyce, (Ciências Sociais); Aline e Camila (Labi); Soninha, Ilma e Vânia (Biblioteca).

Agradeço aqueles que me ensinaram a fé em Deus

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo estudar a questão da formação do povo brasileiro nas obras de Manoel Bomfim *América Latina Males de Origem* e de Silvio Romero *História da Literatura brasileira*. Através do estudo destas obras, observamos, a preocupação destes autores com a questão da organização política social e moral do país. Esta preocupação faz-se presente na forma de análise científica da história do país de modo a explicar a formação da sociedade brasileira e do povo. Deste modo privilegiaram categorias de compreensão da realidade brasileira constituindo um campo de debate intelectual, segundo a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu. Através da reconstituição da história deste campo de debate sobre a formação do povo pretendemos situar o debate de Manoel Bomfim e Silvio Romero.

PALAVRAS-CHAVE: Povo. Raça. Nação.

ABSTRACT

This dissertation aims at studying the issue of Brazilian people formation on the works of Manoel Bomfim, *América Latina Males de Origem* (ill-treats Source in Latin America) and Sílvio Romero's *História da Literatura Brasileira* (Brazilian Literature History). Through these works studies, we notice the writer's worries about the issue of political, social and ethic organization of the country. This worry is emphasized in the scientific analysis of the country history in order to explain the Brazilian society and people's formation. Thereby, they privileged the Brazilian reality category understanding, constituting a field for intellectual debate, according to Pierre Bourdieu's theoretical outlook. We intend to position the Manoel Bomfim and Silvio Romero's debate through reconstitution of this field history about the Brazilian people formation.

KEY-WORDS: People, Race, Nation

SUMÁRIO

	Página
Introdução.....	11
1.0 PANORAMA HISTÓRICO.....	17
1.1. Monarquia portuguesa e povo brasileiro.....	17
1.2. Missão Francesa e Instituto Histórico: os intelectuais do Imperador.....	21
1.3. Os românticos indianistas e o fim de uma geração.....	26
1.4. Entre o povo e a nação: a divergência entre Direito e Medicina.....	29
1.5. Um parêntese para a crise do fim do Império.....	33
1.5.1. Imigrantes e escravos: o dilema na formação do povo.....	35
1.5.2. Abolição e revolta: o medo do povo.....	37
1.6. Reformas educacionais e valorização de novas idéias.....	37
1.6.1. Medicina e Direito: novos tempos.....	39
1.6.2. O debate da nova geração acadêmica.....	41
2. DOIS AUTORES NA VIRADA DO SÉCULO XX.....	45
2.1. Silvio Romero: o intelectual cívico.....	45
2.2. Manoel Bomfim: o educador de uma nova ordem social.....	49
2.3. Heranças teóricas.....	52
3. A DISPUTA INTELLECTUAL	63
3.1. Ciência e método: contendas.....	63
3.2. A crítica de Silvio Romero á Manoel Bomfim.....	67
3.3. O papel do intelectual	70
3.4. Ciência e ação política.....	72
3.5. O povo em debate: identidade e formação.....	78
3.5.1. O debate no campo das ciências naturais.....	79
3.5.2. O debate no campo da literatura.....	81
3.5.3. A formação social do povo brasileiro.....	82

4. CARÁTER NACIONAL: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS...	87
4.1. Estado Nação e caráter nacional: heranças européias.....	88
4.2. Estado, herança política e história da nação.....	91
4.3. A herança cultural.....	96
4.4. A herança biológica: nossa mentalidade.....	97
4.5. Raça, cultura e povo brasileiro.....	101
4.6. Raça e imitação.....	105
4.7. O caráter mestiço da identidade nacional.....	109
4.8 Quem estaria apto a falar sobre a nação?.....	113
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 118
 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	 126

INTRODUÇÃO

Num país, cujas bases econômicas assentam-se num sistema social escravocrata e que nega a existência de um povo, o ideário de nação só poderia edificar-se no diálogo com as teorias que fornecessem as representações almejadas para construção de uma nação civilizada, assim como gostaria de se auto-representar a elite intelectual e política do país. Mas quando o povo, de fato, tornou-se elemento privilegiado para pensar o Brasil, em seus costumes e em sua história?

Este é o debate que se inicia em 1870 e que tem como grande contribuição a posição de Manoel Bomfim (1868-1932) e Silvio Romero (1851-1914). O primeiro enfatiza as condições sociais e econômicas na compreensão da história do país e na formação do povo brasileiro. O segundo valoriza as tradições culturais das três raças colocadas em contato. Estas posições sobressaem ao optarmos por relacionar a obra de Manoel Bomfim *América Latina Males de Origens* (1905), com a de Silvio Romero *História da Literatura Brasileira* (1888). Considero estas obras grandes referências de um longo debate sobre a construção do Brasil enquanto nação.

Estes autores vivenciaram a modernização do país, iniciada em 1870, e que possibilitou aos acadêmicos formados em Medicina (Rio de Janeiro/ Bahia) e Direito (São Paulo/Recife) colocarem-se em posição crítica ao sistema escravocrata, à religião católica e ao romantismo indianista como ideário de nação. O processo de mudanças sociais e políticas, fortaleceu as disputas de poder dentro desta elite constituindo uma certa oposição ao restrito círculo das grandes famílias agrárias que comandavam a economia do país. Esta disputa de poder aparece na forma de diferentes visões de mundo sobre os rumos do Brasil. O discurso científico é utilizado como única autoridade capaz de explicar a organização social e política e com isso, a formação do povo.

Em 1888, Silvio Romero publica o primeiro volume da *História da Literatura Brasileira*, cinco dias após a abolição da escravatura, elegendo o clima, a raça e a história para demarcar as leis que determinam o “espírito popular, subjetivo à nação, que não se pode fabricar, que deve ser espontâneo.” (ROMERO, 1980, p.148).

Em 1903, o primeiro volume é reeditado em Paris. Neste mesmo ano, Manoel Bomfim, numa entrevista a um jornal parisiense, esboça o que constituiu seu primeiro livro, *América Latina: males de origem*, publicado em 1905, em que propôs elucidar a história da formação das nações latino-americanas pelas relações sociais e econômicas. Esta perspectiva, tentava ser uma crítica aos chamados “darwinistas sociais” que concebiam determinantes biológicos na constituição do povo.

A obra de Manoel Bomfim foi motivo de forte crítica por parte de Silvio Romero, expressa em vinte e cinco artigos da revista *Os Anais*¹ de Domingo Olímpio. Com o nome *Uma suposta teoria nova da história latino-americana*, Silvio Romero chama para si a reivindicação dos fatos, das doutrinas, da verdade, segundo ele, desvirtuados no livro do sociólogo do “Pedagogium²”. Este autor refere-se à obra de Manoel Bomfim, como um

[...] acervo de erros, sophismas e contradições palmares. Falsa é a sua base científica, falsa a ethnographica, falsa a histórica, falsa a econômica. Não admira, portanto, que falsa seja também a causa a que attribue os desvios e atropellos da evolução latino-americana, e soffrivelmente inefficaz a medicação que propõe para corrigi-los”. (ROMERO, 1906, p. 11-12)

¹ A revista mensal, *Os Anais*, foi fundada em 08/11/1904 por Domingos Olímpio. Era uma revista de caráter literário e teve como colaboradores, João do Rio, José Veríssimo, Coelho Neto, Rocha Pombo, Silvio Romero, Araripe Júnior e Manoel Bomfim. *Os Anais* parou de circular com o falecimento de Domingo Olímpio em 6/11/1906. Tal referência nos oferece Ronaldo Conde Aguiar (2000). Não se conseguiu saber qual o alcance das vinte e cinco publicações de Silvio Romero contra Manoel Bomfim. No entanto, estes artigos foram organizados no livro *América latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*, e constitui interessante fonte de pesquisa sobre o debate entre eles.

² Pedagogium é o nome de um centro de estudos criados por Benjamim Constant após 1889, cujos objetivos era contribuir para o estudo da educação.

Em 1906, Silvio Romero publica o livro *América latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*, propondo-se a apontar “a confusão das idéias,” “sentimentos” e o “estado caótico” da obra de Bomfim em assuntos de política e sociologia. Tem-se, portanto, a disputa pela autoridade da forma legítima do estudo científico do Brasil. Silvio Romero convocaria para a discussão a *intelligentsia* brasileira do período, sugerindo que em tal disputa “[...] a gente ilustrada, os homens de verdadeira instrução, de séria cultura, decidirão quem está com a razão, quem seguiu a severa trilha da ciência.”(ROMERO, 1906, p.12).

Segundo Aguiar (2000), Manoel Bomfim recusa a responder às críticas de Silvio Romero. A ausência da continuidade deste debate, não anula, por outro lado, as diferentes posições em luta para impor significados do que poderia ser considerado legítimo e ilegítimo em relação a formação do povo, trata-se de um momento de “[...] lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 1998, p.108).

De acordo com Ortiz (1985), era um momento em que o povo tornou-se a principal referência da nação em virtude da defesa do regime republicano em oposição a construção idealizada do indígena que legitimava as instituições monárquicas. Era preciso representar o povo como base do Estado Nação, compondo a aspiração desta nova elite política e intelectual que exigia reformas políticas e econômicas. No entanto, as representações em torno da formação do povo guardam diferenças dentro desta camada social, constituindo um campo de debate.

A presente dissertação tem o objetivo de fazer a reconstituição do debate que versa sobre a formação do povo brasileiro, a partir do debate entre Manoel Bomfim e Silvio Romero. A idéia é revelar a proposta de interpretação científica que ambos autores propõe sobre a constituição do povo como referencial da nação brasileira.

Através do conceito de campo intelectual de Bourdieu (1968) observamos como através dos seus escritos, Manoel Bomfim e Silvio Romero incorporam diferentemente os valores de seu tempo. Ou seja, como cada intelectual constrói o seu diálogo com autores nacionais e estrangeiros, visando encontrar elementos que fundamentam suas posições e lhe permitam defendê-las. Por meio deste modelo teórico, podemos identificar a posição de Manoel Bomfim e Silvio Romero no conjunto de saberes em circulação naquelas circunstâncias sociais, históricas e institucionais na qual ocorrem a gênese de suas idéias. A problemática de usar o modelo teórico de campo intelectual neste período refere-se a questão da autonomia. Para Bourdieu a autonomia do campo é dada,

[...] na medida em que os artistas se libertam, econômica e socialmente, da tutela da aristocracia e da igreja, de seus valores étnicos e estéticos, e, também, na medida em que [aparecem] instâncias específicas de seleção e de consagração propriamente intelectuais. (1968, p.106).

Ao multiplicarem e se diferenciarem os locais de consagração intelectual e artística como as academias, os salões, bem como os de consagração e difusão cultural como as editoras, os teatros, associações culturais e científicas e a crescente expansão do público, constitui-se a autonomia do campo intelectual obedecendo suas próprias regras. Entretanto, esta autonomia não é total em relação a pressões externas. De acordo com Bourdieu (2002) os conflitos intelectuais também são conflitos de poder. A estratégia de um erudito comporta uma dimensão política e uma científica e é necessário levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos.

No Brasil, das primeiras décadas do regime republicano, a realidade em transformação levou a busca de novas formulações através de diferentes teorias que dialogaram, na literatura e nas ciências naturais, em busca de uma interpretação da história do país. O trabalho intelectual realizava-se através da confusão entre as fronteiras de diversas áreas.

Antônio Candido, em *Literatura e Sociedade* (1965), refere-se à forte influência das teorias científicas que impossibilitaram a autonomia do campo literário neste período. Esta separação inicia-se apenas com a criação da Academia Brasileira de Letras. Nelson Werneck Sodré, em *História da imprensa no Brasil* (1966), aponta a influência da linguagem literária nos artigos dos jornais brasileiros até a década de 20. Os trabalhos que tratam sobre a emergência da produção de um mercado de bens simbólicos no Brasil, como de Sergio Miceli, mostram que este se inicia a partir de 1920. Renato Ortiz, em *Moderna Tradição brasileira* (1988), refere-se como marco da autonomia do campo intelectual no Brasil a criação da Universidade de São Paulo em 1934. Entretanto, as abordagens que se faz a partir da institucionalização das Ciências Sociais são devedoras dos debates intelectuais das primeiras décadas do regime republicano como já foi mencionado por Lúcia Lippi de Oliveira (1980), na análise dos precursores das Ciências Sociais no Brasil.

Deste modo, justificamos o recorte do período estudado, tendo em vista o início de um processo em que o escritor, aos poucos, se destaca como produtor independente. O papel do intelectual, capaz de propor um conhecimento sistemático da sociedade, vai definindo-se aos poucos, articulado a embates políticos. Neste ambiente, é significativo o debate de Manoel Bomfim e Silvio Romero sobre a representação da formação do povo, posições que posteriormente fizeram parte do desenvolvimento do campo das Ciências Sociais.

No primeiro capítulo, mapeamos questões sobre a formação do povo no Brasil. Este debate expõe a constituição do campo intelectual, o qual significou uma releitura das relações intelectuais com a Corte Portuguesa e com os dilemas da nação independente, tanto após 1822, como no final do período imperial. Deste modo, a discussão sobre a formação do povo brasileiro ganha corpo com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, com a crise do Império e a proclamação da República.

No segundo capítulo, propomos inserir neste campo de debate sobre o povo, a trajetória intelectual e política de Manoel Bomfim e Silvio Romero. Estes dois autores foram formados a partir dos influxos das idéias que vigoravam no final do Império e os dilemas que surgiram com a República. É na crítica aos intelectuais do Império e entre a geração intelectual da República que se desenvolvem os escritos de Manoel Bomfim e Silvio Romero.

No terceiro capítulo apresentamos a disputa intelectual entre eles, um embate na busca da matriz interpretativa que desse conta da formação do povo brasileiro. Esta disputa desencadeou diferentes interpretações científicas sobre a História do país. Este é o campo em que se apresenta os pontos de divergências e convergências entre estes dois autores, a qual apresentamos no quarto capítulo.

Deste modo expomos o debate de Manoel Bomfim e Silvio Romero de modo a elucidar suas posições intelectuais para a época e a herança deixada para o campo das Ciências Sociais.

1. O PANORAMA HISTÓRICO

1.1. Monarquia portuguesa e povo brasileiro

O termo *povo brasileiro*, no sentido de comunidade política apareceu, primeiramente, entre os membros da elite intelectual que promoveram os movimentos sociais eclodidos em Minas Gerais (1789), Rio de Janeiro (1794), Bahia (1798) e Pernambuco (1817) nos finais do século XVIII e início do século XIX. Entretanto, esta referência não era tão recorrente como o foi “povos de Minas”, “povos da Bahia” e “povos de Pernambuco”. Por outro lado, esta mesma elite intelectual questionava sobre que tipo de comunidade política poderia existir onde seus habitantes eram culturalmente diferentes, pagãos e escravos.³

O governador da capitania de Minas, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, desacreditava na possibilidade da constituição de um regime liberal e democrático oriundo de uma população culturalmente heterogênea. “[...] afirmava que as eleições diretas só serviam aos países de população homogênea em que estavam difundidas as luzes e virtudes sociais. Os brasileiros, segundo ele, não estavam preparados para a eleição direta”. (COSTA, E. 1994, p. 51).

Segundo Stuart B. Schwarz (2000), em virtude desta concepção, presente em todos os colonos do Brasil, nenhuma instituição representativa ou Côrte era possível. O preconceito institucional em relação à população mestiça e de religião não católica impedia de pensar na formação de um povo brasileiro. A existência do “estatuto de sangue puro” dividia juridicamente

³ De acordo com Jacson (2000), estes movimentos apoiavam-se na *Declaração dos Direitos Naturais, Civis e Políticos do Homem*, reforçando o ideário de soberania popular. No entanto, a noção de igualdade cumpria eliminar o poder absoluto do rei e respeitava-se o direito de propriedade de escravos. Apenas na revolta dos alfaiates, na Bahia, foi colocada a discussão sobre a abolição da escravatura, a eliminação da distinção de cor e o estabelecimento da igualdade de oportunidades.

a população entre aqueles vistos “racialmente” com direitos a exercer determinados cargos políticos da administração colonial, daqueles que não possuíam “racialmente” este direito⁴.

Para os colonos, o ordenamento da sociedade erigia-se na natural e necessária desigualdade entre os homens. A escravidão era justificada por um argumento religioso (cristão) que identificava nas populações indígena e africana o estado de paganismo e barbárie. Deste modo, negava-se a existência de um povo no Brasil⁵, ou seja, “[...] o conceito de povo, enquanto terceiro estado na sociedade de ordens e na base de toda sociedade não chegou a se estabelecer na colônia.” (SCHWARTZ, S. 2000, p. 111).

Em 1822, o Brasil começa a configurar-se como entidade política no cenário internacional,⁶ no entanto, evitava-se a denominação “brasileiro”. As distinções entre brasileiro, brasiliense e brasiliano aparecem no “*Correio Brasiliense*”, sob os seguintes significados: “[...] brasiliense era o natural do Brasil, brasileiro o português ou o estrangeiro que aqui se estabeleceu e brasiliano o indígena.” (RODRIGUES, 1975, p. 52).

Os diferentes termos expressam a relação complexa existente entre a população, e a dificuldade a ser enfrentada na construção de uma unidade que se refira ao povo brasileiro a partir de uma origem, tradições e língua em comum.

No campo jurídico, o artigo 5º do Projeto Constitucional de 1824, relativo à definição da nacionalidade, admitia como brasileiros os nascidos no país - homens **livres** e escravos **libertos**⁷ -

⁴ O “estatuto de pureza de sangue” foi criado em Portugal no intuito de impedir o acesso aos cargos públicos, eclesiásticos e a títulos honoríficos os **descendentes de mouros e judeus**. Teve início com as Ordenações Afonsinas (1446-47), continuou com as ordenações Manuelinas (1514-21) que estenderam estas restrições aos **descendentes de ciganos e indígenas**, e nas Ordenações Filipinas (1603) foi acrescentada a restrição a **negros e mulatos**. Sobre este assunto ver: MATTOS, 2000; BOXER, 1980.

⁵ Segundo Stuart B. Schwartz (2000), no século XVIII usava-se o termo plebe como descrição pejorativa da população da colônia formada por **negros, mestiços e mulatos**.

⁶ Apenas em 1825 a autonomia do Brasil foi reconhecida internacionalmente depois da promessa de que o país pagaria a Portugal uma indenização.

⁷ Entretanto, o status legal do escravo liberto era ambíguo devido ao direito de seu antigo senhor revogar a alforria de seu ex-escravo por motivo de ingratidão.

e os nascidos no estrangeiro, mediante determinadas condições de filiação em terras brasileiras. A cidadania dividia-se em três categorias:

[...] o cidadão passivo (sem renda suficiente para ter direito a voto), o cidadão ativo votante (com renda suficiente para escolher, através do voto, o colégio de eleitores) e o cidadão eleitor e elegível (excluía os escravos e descendentes. (MATTOS, 2000, p. 21).

Segundo Kenneth Maxwell (2000), o que estava em jogo no processo de independência do país eram questões de estabilidade, continuidade e integração territorial mais do que qualquer alteração da estrutura social e simbólica da colônia, entretanto, fazia-se necessário pensar a formação de um povo brasileiro. Um dos primeiros a levantar-se sobre esta questão foi José Bonifácio (1763-1838), conhecido como o Patriarca da Independência. Este intelectual e político defendeu a abolição da escravatura para que houvessem cidadãos plenos em direitos e deveres. No entanto, seu projeto de nação visava introduzir imigrantes europeus⁸ para homogeneizar a população, nas características físicas e culturais. Para José Bonifácio, o povo existente não era apto à vida da sociedade civil. Esta exigia um certo comportamento e educação baseada nos princípios dos **homens brancos, europeus e católicos**.

Desde a vinda da Côrte Portuguesa para o Brasil, havia a preocupação em criar e consolidar um comportamento que fosse útil e coerente à manutenção da ordem das esferas públicas e privadas. Na transformação da cidade do Rio de Janeiro está claro este intuito, incluindo a criação da Intendência de Polícia (1810) que procurou disciplinar as festas populares e em muitos casos coibir sua realização, alegando que os “bárbaros costumes” dos negros deveriam ser combatidos para manter a “ordem social”.

⁸ A abordagem sobre a imigração europeia inicia-se no início do século XIX com as preocupações em ocupar os chamados “vazios demográficos” e garantir a manutenção da soberania do Estado brasileiro sobre a integridade do território nacional.

Talvez isso explique porque o regime monárquico foi fundado pelos atos de coroação e sagração realizados por D. Pedro I⁹ e posteriormente por D. Pedro II. Ambos incorporaram a figura imanente a representar a existência da nação, a expressão da unidade territorial e cultural do povo. Estes atos faziam parte do ritual de iniciação dos imperadores ao exercício do poder soberano. O fato de serem realizados por D. Pedro I e D. Pedro II revelam a problemática em torno da defesa de uma soberania popular, ou seja, da afirmação de um povo brasileiro numa realidade escravocrata que negava grande parte da população a condição de eleitores e eleitos, além da negação das suas características culturais diante da representação da nação que se buscava edificar: um povo homogêneo e cristão.

Ainda assim, embora houvesse a realização dos atos de coroação¹⁰, a idéia de “soberania popular” manteve-se para representar a existência de uma monarquia de modelo liberal no Brasil. Segundo Alonso (2002), a figura simbólica de D. Pedro II insere-se no arranjo político do sistema imperial, organizado para manter a unidade territorial, limitar o poder do príncipe e excluir o povo dos centros de decisões políticas. A adoção das instituições representativas compunha um artifício para manter o poder político nas mãos dos “estamentos sociais” representados pela elite agrária.

O Segundo Reinado (1840-1889) nasce no acordo entre Estado e poder local. As disputas entre facções da elite política fizeram com que as ações do governo ao longo deste regime estivessem voltadas para reger os conflitos desta camada social.

⁹ Não apenas D. Pedro II, mas, sobretudo D. Pedro I foi representado como o herói nacional. Os modos de celebrá-lo eram maneiras de consagrar a autonomia política do país. Sobre este assunto ver em Souza, I. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. Unesp: São Paulo, 1999.

¹⁰ A nomeação de D. Pedro II rezava os seguintes dizeres “D. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil, por graças de Deus e Unânime Aclamação dos Povos”. (SCHWARCZ, 1998, p. 78).

Esta situação propiciava ainda mais a preocupação com a representação dos comportamentos e traços culturais¹¹ que pudessem simbolizar a unidade do povo na configuração da nação brasileira, do que a discussão política sobre a inserção da população na categoria de cidadania. Portanto, se a adoção da constituição liberal implicou a negação da categoria de cidadania para grande parte da população, segundo a representação de sua incapacidade de decidir racionalmente questões de ordem política; por outro lado, o estudo científico abria o caminho da reflexão sobre as possibilidades de evolução de um povo, oriundo de raças culturalmente distintas. No próximo item expomos este dilema no campo intelectual brasileiro.

1.2. Missão Francesa e Instituto Histórico: os intelectuais do Imperador

A discussão sobre a formação do povo brasileiro começa com as viagens dos naturalistas europeus que acompanharam a vinda da família Imperial para o Brasil em 1808. A cidade do Rio de Janeiro transformou-se numa réplica da Corte Portuguesa. Intensificou-se a circulação de mercadorias, comerciantes, artistas e cientistas estrangeiros, bem como novas instituições foram criadas por D. João VI¹².

¹¹ De acordo com Norberto Elias (1973), o conceito de cultura, no século XIX, representou uma forma de demarcar as características específicas de um povo e assim consolidar suas fronteiras como entidade política. Segundo Falcon (1997) esse conceito aproxima-se da acepção dos intelectuais alemães que buscaram dar importância à individualidade de um povo através de um modo de vida que possuía mudanças muito lentas (sociedades rurais) servindo assim como base à coesão social.

¹² Destaca-se neste empreendimento a criação da Escola naval (1808), a Imprensa Régia (1808), a Biblioteca Real (1810), a Escola de Engenharia Militar (1811), as escolas médico-cirúrgicas em Salvador (1815) e Rio de Janeiro (1813), O Museu Real (1818) e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofício (1816), a qual integrou membros da “Missão Artística Francesa” no Brasil. Segundo W. Costa (2003), a partir da Missão Francesa, as relações entre França e Brasil estreitaram-se de forma intensa possibilitando influenciar os intelectuais brasileiros na representação externa da nação, já que os naturalistas em suas viagens eram “[...] uma espécie de auditor, alguém cujo relato vai ser capaz de conferir esse selo de qualidade nacional, cujo conteúdo é mutante e desafiador, o intelectual emergente no seio do Estado brasileiro terá sua posição fortemente marcada pela interlocução com ele.” (W. COSTA, 2003, p.80).

A atração pelo conhecimento científico do mundo permeava a prática e o imaginário dos naturalistas, geógrafos e etnólogos do século XIX o que possibilitou, de acordo com W. Costa (2003) a convergência dos grandes mananciais do pensamento do período – o impulso romântico e o conhecimento científico.

O romantismo exaltou o estilo de vida e as instituições sociais como produto da formação específica de um povo. Na “Alemanha”, por exemplo, o romântico Johann Gottfried Herder (1744-1803), lutava para que a nação alemã, politicamente dispersa, buscasse a sua unidade na valorização da cultura popular e na língua. Estes elementos aparecem como referenciais da identidade de um povo, isto é, transmitem a idéia de que há uma essência cultural e lingüística inerente a cada povo¹³.

Enquanto o discurso romântico assim propunha, no desenvolvimento do discurso científico, na passagem do século XVIII para o XIX, o povo seria estudado na perspectiva de determinantes biológicos e climáticos. A especialização das ciências humanas - história, filosofia, antropologia, geografia, arqueologia entre outras disciplinas agregava um campo de especialistas e profissionais voltados para a análise científica da sociedade e as formas legítimas de organização social. A necessidade de classificar, ordenar e hierarquizar marca a autoridade da ciência neste século ao considerar o homem como uma máquina, submetido aos mecanismos da natureza, às leis da hereditariedade e do determinismo do meio geográfico.

Nesta esteira, entre o campo romântico e o campo científico, os naturalistas como Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), August Saint-Hilaire (1779-1853), Ferdinand Denis (1798-1890), Jean Baptiste Debret (1768-1848) e Johann Moritz Rugendas (1802-1858), para citar os nomes mais destacados na literatura da época, influenciaram a elite intelectual brasileira

¹³ A Alemanha estava dividida numa série de principados independentes. Sua unificação ocorreu apenas em 1871, liderada pela Prússia de Bismark.

no estudo sobre a constituição do povo brasileiro. Estes naturalistas classificavam os costumes e normas de comportamento da população para identificar que tipo de civilização seria engendrada num país de raças distintas.

Em 1818, na cidade de Salvador, o zoólogo Johann Baptist Spix expressou a importância da miscigenação racial como peculiaridade da constituição do povo brasileiro. Auguste Saint-Hilaire, em opinião oposta à do naturalista bávaro, negava a existência de um povo oriundo da miscigenação racial. Para este botânico, a miscigenação fomentava a individualidade em virtude da não ascendência comum do caráter, da língua e da história.

Auguste Saint-Hilaire¹⁴ havia viajado pelas províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Cisplatina. Em suas anotações observava a existência de uma preguiça geral dos habitantes. Em Minas, por exemplo, destacava o relaxamento dos costumes, o desinteresse dos habitantes pela prática do casamento e a ausência da noção de pátria. Estes elementos levaram-no a concluir a problemática da formação de um povo no Brasil. Um outro argumento que utilizava para afirmar esta questão estava na comparação com a população francesa. Para ele, enquanto na França a população era perfeitamente homogênea composta por uma única raça de homens, principalmente, pela ausência de escravos. No Brasil, a escravidão permitiu o contato entre raças distintas turvando a origem diferenciada entre elas, principalmente ao criar uma população formada de

Escravos negros, uns crioulos, outros africanos; negros livres, africanos e crioulos; alguns indígenas batizados; um número considerável de indígenas selvagens; mulatos livres e mulatos escravos; homens livres, todos considerados, perante a lei, como da raça caucásia, entre os quais se encontra, porém, grande quantidade de mestiços de brancos e de indígenas. (SAINT-HILAIRE, 1945, p.9).

¹⁴ Auguste Saint-Hilaire, em 1830 entrou para a Academia de Ciência de Paris ocupando a vaga de Lamarck. Tornou-se professor de botânica, foi sócio do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e correspondia-se com a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

A heterogeneidade racial da população era concebida como podendo levar a um estado de barbárie (desorganização social), o que afastava a possibilidade de unidade do povo e a coesão social necessária para sustentar um regime político. Segundo Lisboa (2000), Saint-Hilaire via um problema de adequação do modelo político de um sistema europeu a uma realidade social composta por raças distintas.

Estas preocupações permearam todo o Primeiro e Segundo Reinado (1840-1889), em especial, este último, quando se estabiliza uma sociedade de Corte em torno de D. Pedro II. Os intelectuais financiados pelo imperador tiveram a missão de elaborar o ideário de nação a partir de 1850. Entre eles estavam Domingo José Gonçalves de Magalhães (1811-1888); Gonçalves Dias (1823-1864); Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879); Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891); Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882); Francisco Adolfo Varnhagem (1816-1878) entre outros formados, principalmente, na Universidade de Coimbra, e que ocupavam altos cargos políticos no Brasil Império. Estes intelectuais, sob o manto de uma orientação católica e monárquica, seguiram a perspectiva de Montesquieu, Buffon, Debret, Madame de Staël entre outros, que salientavam a importância do meio e do clima na formação de um povo.

Foi com a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que esta produção tornou-se hegemônica no Brasil fornecendo ao Estado Imperial a existência de uma unidade simbólica, principalmente depois das frequentes revoltas de escravos e dos conflitos regionais entre os quais podemos destacar: a Confederação do Equador (1824), a Revolta dos Malês na Bahia (1835), a Sabinada na Bahia (1831-38), a Cabanagem no Pará (1835-1840), a Balaiada no Maranhão (1838-1841), a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-45) e a Revolução Praieira (1848) em Pernambuco.

Os conflitos ocorridos no norte e nordeste, particularmente, congregaram a diversidade étnica que ocupou as ruas das cidades. “As posturas e expressões das camadas populares tendiam a ser tratadas sob o signo do tumulto e da desordem, esvaziando sua legitimidade e suas reivindicações”. (SOUZA, 1999, p. 194).

Como força oposta, com o intuito de anular a repercussão da ação das camadas populares vistas como portadoras de instintos selvagens, o IHGB construirá a imagem dos “verdadeiros” heróis da nação. Também foi neste instituto que foram produzidos monumentos, medalhas, símbolos e hinos para legitimar a existência de uma nação civilizada. O contato com o Instituto Histórico de Paris, criado em 1834, onde participavam os ministros franceses atentos à questão educacional da França pós-revolucionária, auxiliou os intelectuais brasileiros a absorver o espírito moderado, anti-revolucionário, identificados com os ideais da monarquia constitucional da França para a condução da nação brasileira. Ao lado dos teóricos da restauração monárquica da França - Guizot, Thiers, Lamartine e Victor Cousin - a forte presença da perspectiva dos naturalistas fez-se presente na elaboração da história nacional.

O naturalista bávaro Carl Friedrich von Martius ganhou o concurso, em 1845, no IHGB sobre *Como se deve escrever a História do Brasil*. A história brasileira desenvolveria segundo ele, a partir de “[...] uma ‘lei particular das forças diagonais’, em que o português representa ‘o mais poderoso e essencial motor’, raça preponderante sobre a qual reagiriam os indígenas e africanos.” (VENTURA, 1991, p. 42). Martius salientou os costumes e as aptidões psicológicas da população africana, indígena e portuguesa, embora concentrasse nesta última “raça” a influência preponderante na História do Brasil. As duas outras “raças” eram vistas na infância da civilização¹⁵.

¹⁵ Apesar de ser premiado pelo Império, Martius não levou o projeto à frente. Este desafio foi assumido por Francisco Adolf Varnhagem (1816-1878) na obra *História Geral do Brasil* publicada em 1855.

Em oposição a Auguste Saint-Hilaire, Johann Baptist von Spix e Carl Frederic von Martius concebiam a formação de um povo oriundo de diferentes culturas. Seus estudos identificavam a capacidade de adaptação das tribos indígenas a uma nova organização social. Por sua vez, a miscigenação racial favoreceria a homogeneidade do caráter e da cultura brasileira. Trabalhavam com conceitos de civilização e barbárie, cultura e selvageria, perfectibilidade e degeneração como chave interpretativa dos diferentes grupos culturais em processo de mudanças.

Deste modo, os naturalistas que estiveram no Brasil deixaram uma importante contribuição para o campo intelectual brasileiro. Nas suas viagens registraram a formação da população rural e urbana, nos seus costumes, comportamento e valores. Estas anotações etnográficas levavam a questionar qual seria o destino de africanos e indígenas em meio ao processo de civilização do país. Um debate que refletia na construção da História brasileira e como podemos observar, a seguir, no campo da literatura nacional.

1.2. Os românticos indianistas e o fim de uma geração

Ferdinand Denis (1798-1890) foi a principal referência, em Paris, para os intelectuais brasileiros empenhados em desenvolver uma literatura nacional. Este naturalista incentivava o estudo da língua, a descrição da natureza e a valorização do indígena, o habitante primitivo, para representar, primeiramente, a existência da nação brasileira. Em 1836, Domingo José Gonçalves de Magalhães escreve o “*Discurso sobre a história da literatura do Brasil*” influenciado pelos critérios de Ferdinando Denis, Montesquieu e Buffon sobre a relevância da natureza na configuração da civilização de um povo. Neste ano, em Paris, lança a revista “*Niterói*” e o poema

“*Suspiros poéticos e saudades*” dando início ao movimento romântico preocupado em retratar a paisagem e os costumes indígenas.

A importância do movimento indianista, de acordo com Alonso (2002), foi a possibilidade de criar a idéia de “tradição popular” em torno de um determinado grupo social que se reconhecia como a verdadeira nobreza da terra. Esta representação era construída na adoção de nomes indígenas e na valorização da língua tupi-guarani. Estes elementos fortaleciam o imaginário sobre um determinado modo de pensar e agir que dava existência a uma nação, com sua particularidade cultural, a qual pertencia esta elite.

O indianismo ao desenvolver a forma de existência da nação brasileira acabou também por constituir a referência da própria identidade da elite política do país, aproximando-se da idéia de soberania popular, isto é, de um povo homogêneo com interesses em comum. Vale lembrar que a adoção da Monarquia Constitucional, no Brasil, tinha como epicentro a idéia de soberania popular; porém, foi em torno da imagem do imperador – o rei brasileiro - e da produção indianista que a representação da unidade política e territorial pôde ser consolidada.

Assim, o movimento romântico elegeu o “bom selvagem” para ocupar o espaço de uma realidade escravocrata que negava a grande parte da população a inserção na categoria de povo brasileiro, isto é, com capacidade de deliberar sobre questões de ordem política¹⁶.

Entretanto, esta representação entra em crise com as mudanças sociais oriundas do fim do tráfico negreiro. A população escrava ganha importância como objeto de estudo, assim como as mudanças a respeito da organização política e econômica do país que passam a ser debatidas nos jornais acadêmicos das Faculdades de Direito e de Medicina, a partir de 1870.

¹⁶ Em virtude do sistema escravocrata, o liberalismo concentrou-se na defesa dos direitos econômicos, afastando qualquer questionamento sobre a propriedade de escravos; ao contrário reforçava justificativas sobre a desigualdade entre senhores e escravos, em especial, no direito de voto impedindo colocar a população negra como referencial do ideário de nação.

Entre o período de 1870 a 1920 verifica-se a busca em erigir, através da autoridade da ciência, um novo princípio ordenador da organização social. A nação “idealizada” dos românticos passou a representar a nação dos problemas sociais estudados pelos “homens de ciência.”¹⁷.

Este debate simbólico foi privilegiado, primeiramente, na produção de novas obras literárias. Intelectuais afastam-se dos critérios oficiais do círculo do imperador, o romantismo indianista, e inauguram uma nova literatura, com perspectiva de crítica social. É o momento em que a representação da abordagem do naturalismo e realismo ganha forte espaço na sociedade brasileira entre a elite letrada que disputava legitimidade intelectual com os românticos indianistas que ocupavam os altos cargos políticos. Neste período, as lutas políticas do parlamento estenderam-se para os jornais e destes para os personagens das obras literárias, marcas de um processo de diferenciação social dentro da pequena elite letrada que tencionava romper com o Império. No campo da crítica literária, Silvio Romero produz *A História da Literatura Brasileira* (1888), introduzindo o determinismo histórico e racial na análise das obras literárias. Esta obra permitiu reivindicar um novo olhar sobre a população, apresentando-a como um produto da sociedade em que vive. Nesta seara, a importância dos escritores também se deslocou do individual para o coletivo, tendo em vista que “o conhecimento que se busca, ao surpreender os atos mais íntimos de um escritor, deve sempre visar uma maior compreensão de sua individualidade e das relações desta com o seu país e das deste com a humanidade.” (ROMERO, 1980, p. 55).

¹⁷ Segundo Schwarcz (1993), os homens de ciência se auto-identificavam a partir do vínculo com instituições científicas e de uma prática de intervenção social. Não representavam um grupo homogêneo, eram divididos em função de vários interesses profissionais, econômicos e regionais oriundos da crise do Império. No entanto, de acordo com a autora, guardavam uma certa identidade: “[...] a representação comum de que os espaços científicos dos quais participavam lhes davam legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país.” (SCHWARCZ, 1993, p.37).

Esta nova geração acadêmica, à qual pertencem Silvio Romero e Manoel Bomfim, se vê como portadora legítima da modernização do país e, portanto, de uma nova representação da nação que permitia desqualificar os românticos indianistas. Estes acadêmicos lutavam por reformas políticas e econômicas e exigiam eleições diretas para a organização de um regime democrático, um tema que fortalecia o debate sobre a formação do povo na representação da nação. Para entendermos esta disputa de poder sobre a questão do povo e da nação dentro da elite letrada do Brasil é necessário ter em vista os espaços que permitiram que estas aspirações fossem produzidas: a formação acadêmica.

1.4. Entre o povo e a nação: a divergência entre Direito e Medicina

Em 1808, D. João VI criou duas escolas de anatomia e operações cirúrgicas no Rio de Janeiro e na Bahia. Em 1832, essas escolas transformaram-se em Faculdades de Medicina organizadas nos moldes da Academia Francesa. Entretanto, “apesar da adoção inicial do regulamento da escola de Paris, nos anos seguintes as faculdades passaram a vigorar com novas regras e estatutos. O curso foi dividido em três seções: ciências acessórias, medicina e cirurgia”. (SCHWARCZ, 1993, p. 196).

Os alunos do curso de medicina eram filhos da elite agrária e buscavam nesta carreira assegurar o *status* social. Com este título poderiam ser selecionados aos cargos administrativos e políticos das províncias, e não propriamente ao exercício da profissão. De acordo com Schwarcz (1993), faltava um saber médico que possibilitasse o desenvolvimento da atuação deste profissional. O conhecimento existente era inadequado tanto no caso da origem das doenças como na incapacidade de impor medidas aos problemas higiênicos e sanitários que se avolumavam. Havia pouco material disponível, assim como instalações e aparelhagem para uma

aprendizagem satisfatória, a orientação era, sobretudo, de cunho teórico. A pouca capacidade e assiduidade dos professores durante as aulas e os critérios não científicos de contratação foram motivos de conflito entre alunos e lentes.

Não sendo privilegiada a produção de obras literárias na distinção do perfil destes profissionais, restava-lhes a originalidade de uma pesquisa médica para o reconhecimento de suas posições intelectuais. Talvez, esteja aí o motivo do não reconhecimento de Manoel Bomfim como “pensador” por parte de Silvio Romero e a recusa do primeiro a participar da Academia Brasileira de Letras. Segundo Aguiar (2000), a motivação de Manoel Bomfim enquanto acadêmico, concentrava-se na atividade de pesquisas científicas de modo a sanar os problemas que “afetavam” a população como: a febre amarela, beribéri, malária, cólera, etc. Portanto, uma profissão que buscava cada vez mais estar próxima do povo realizando a “**arte de cuidar**”.

Em 1828, foram fundadas as Faculdades de Direito com intuito de dotar o Brasil de uma legislação própria, organizar um código civil e criminal e formar a elite intelectual capaz de dirigir a nação. Inauguraram-se dois centros de ensino, um em São Paulo e outro em Olinda, sendo este último transferido para o Recife em 1854.

Os que se dedicavam ao curso de Direito possuíam grande prestígio social em virtude das chances de seguir a carreira política ou exercer os cargos da magistratura. Estes bacharéis representavam a elite agrária da região nordeste e sudeste que abandonavam o *status* proporcionado pela posse da terra para conquistar um lugar nos cargos burocráticos do Império. Estes profissionais distinguiam-se pela valorização da oratória e presença na vida pública. Segundo Adorno (1988), estudavam textos franceses e os traduzidos para este idioma. Privilegiavam em sua formação a educação humanista e católica da França da Restauração ao lado das noções de Direito Público Eclesiástico. As idéias européias eram propagadas pelas

revistas de divulgação filosófica e literária¹⁸ ou trazidas pelos filhos da elite agrária que estudavam em Coimbra. Segundo Schwarcz (1993), era comum nas famílias agrárias brasileiras a dedicação do primeiro filho à propriedade agrícola enquanto os demais tomavam posições na Igreja ou nos cargos políticos através da formação de Direito. A principal ambição desta elite intelectual era de ocupar uma cadeira de senador ou de professor do Colégio Pedro II, entretanto,

[...] as oportunidades disponíveis para um indivíduo dependiam de sua posição na família e da posição desta na hierarquia política econômica local, bem como da posição da região tanto na economia brasileira quanto na internacional. (NEEDEL, 1993, p. 143-144).

A produção de romances, comédias e poesias, igualmente, representava importante prática na distinção daqueles que buscavam ascensão social aos cargos políticos do Império. Segundo Alonso (2002), nas Faculdades de Direito tornava-se mais que comum as rodas literárias, já que era quase impossível ascender ao parlamento sem antes escrever alguns poemas, o que configurava o *habitus* do campo intelectual no Brasil Império. Estes bacharéis reuniam-se nos cafés e livrarias da rua do Ouvidor, onde a fama política e literária unia-se à venda de obras e artigos publicados nos jornais. Era um meio tanto para aqueles que já exerciam o poder político, quanto para os que precisavam de apadrinhamentos para a ascensão social. Neste aspecto, os espaços fora das salas de aula - o ambiente de publicação dos jornais, circulação de revistas européias e artigos debatidos nas livrarias, tabernas, lojas maçônicas, casas de comércio e espaços públicos - promoviam a socialização desta elite intelectual para o mundo da política. A retórica e a produção de obras literárias eram o acesso de entrada nesse campo.

Os jornais - Minerva Brasileira (1843-1845), Guanabara (1851-1855), Jornal do Comércio, Correio Mercantil, Correio Paulistano, Diário de Pernambuco - primavam pela

¹⁸ Eram divulgadas a revista francesa *Revue des Deux Mondes* e a revista inglesa *Quarterly Review* na Corte, em São Paulo e na Bahia.

visibilidade dos membros da elite política do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia e davam espaço à produção de obras literárias e de debates que pudessem “[...] cativar no leitor alguma simpatia que, no futuro, em eventuais eleições, lhes pudesse render votos ou adesão a um grupo político.”(SOUZA, 1999, p. 119).

A política e o ensino superior eram duas facetas da carreira pública do Império. Esta característica fazia com que os assuntos do debate político repercutissem dentro das faculdades. De acordo com Souza (1999), os debates acadêmicos consubstanciaram uma opinião pública que passava a participar do jogo político.

Com esse volume e diversidade de escritos, educava-se a própria elite numa pedagogia do constitucionalismo, cultivava-se a escrita como fonte de poder e palavra mais autorizada, ao mesmo tempo, argumentava-se a favor das reformas a serem promovidas pelo Estado. (SOUZA, 1999, p. 122).

Segundo Adorno (1988), as Faculdades de Direito formaram políticos preparados para o trabalho intelectual na produção de um **saber sobre a nação** fora dos termos exclusivamente jurídicos. Entretanto, a principal diferença entre a Faculdade de Direito de São Paulo e do Recife, segundo Schwarcz (1993), está no autodidatismo dos estudantes que marcou a primeira academia, enquanto a segunda caracterizava-se pela baixa produção discente, num quadro institucional que prometia pensadores a ditar os rumos do país. Silvio Romero buscou cumprir esta promessa através da valorização do trabalho intelectual, atuando primeiramente como crítico literário e elegendo os “homens representativos” de cada período da história do país, os grandes **intelectuais da sociedade**. Esta abordagem presente na *História da Literatura Brasileira* possibilitou o reconhecimento de Silvio Romero entre os acadêmicos de Direito que primavam pelo trabalho intelectual.

Na relação entre Medicina e Direito, destaca-se a peculiar diferença que opõe estes dois grupos profissionais: a produção de obras literárias. Esta era uma prática que, sobretudo, definia o trabalho intelectual dos bacharéis em Direito em detrimento dos que buscavam a formação em Medicina. No entanto, com a crise do Império, o *habitus* entre os acadêmicos de Direito e Medicina se aproximam, diminuindo a diferença da atuação entre os dois grupos. Os acadêmicos de Direito e Medicina lutam para o reconhecimento de suas posições, em especial, no debate científico. O discurso científico ganha a autoridade entre estes acadêmicos ao questionarem as instituições e as formas de organização política e econômica do país. Estas duas instâncias da vida nacional são colocadas em discussão assim como questões sobre as leis do equilíbrio social e as propulsoras de mudanças sociais, propiciando a representação de um novo ideário de nação.

1.5. Um parêntese para a crise do fim do Império

Em 1850, D. Pedro II encarnou a face pública do Império, alimentando etiquetas e códigos sociais configurando uma sociedade de Côrte do antigo regime. Ao seu redor, financiava os intelectuais que cuidariam da produção da história e da literatura para enaltecer o regime monárquico como expressão de civilização nos trópicos¹⁹. Entretanto, ao mesmo tempo em que estabelece a “sociedade de Côrte” no Rio de Janeiro, as reformas promovidas pelo gabinete de José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), o Barão de Rio Branco, fortaleceram os debates dos acadêmicos de Direito e Medicina, apoiados nas novas idéias científicas no intuito de reformas políticas, econômicas e sociais. Este novo grupo chama para si a problemática da formação do

¹⁹ Sobre este assunto, ver neste trabalho o item: Missão Francesa e Instituto Histórico: os intelectuais do Imperador.

povo brasileiro fomentando, no processo de abolição da escravatura e proclamação da República, a disputa política e intelectual sobre as formas de compreensão da organização social do país²⁰.

A construção deste cenário tem início com a proibição do tráfico negreiro²¹ (1850). O fim do tráfico possibilitou o aumento de afluxo de capitais ingleses para o Brasil o que permitiu investir na infra-estrutura do país. Instalaram-se as primeiras linhas telegráficas que possibilitaram novas formas de comunicação e inaugurou-se a iluminação à gás nas cidades.

Em 1867, a Estrada de Ferro São Paulo Railway ligou Santos a Jundiaí criando novas condições de transporte, o que permitiu o aumento da população nas cidades litorâneas. Os centros urbanos ganharam uma nova dinâmica. Foram criados diversões públicas, hotéis, jardins, teatros e cafés e, com isso, uma nova estrutura social. Segundo E. Costa (1994), multiplicaram-se os jornais e revistas em circulação. Fundaram-se associações artísticas e musicais que acompanhavam o crescimento da população e o aumento do número de escolas. Os salões mantidos pela elite de fazendeiros, políticos e comerciantes passaram a ser promovidos por profissionais urbanos e homens de negócio.

A transformação do espaço urbano aponta para a formação de uma nova ordem social competitiva. Esse fenômeno alimenta o processo de mobilidade social, tanto na ascensão social de novos grupos como na decadência de velhos grupos sociais, turvando as distinções entre eles. Intensifica-se o debate simbólico de diferentes opiniões em conflito. Segundo Alonso (2002), a alteração do padrão da imprensa e a reforma do ensino ampliaram canais de expressão política

²⁰ Nos trabalhos de Alonso (2002), Schwarcz (1993) e Sevcenko (1983) observamos a formação de grupos de intelectuais que discutem a organização do país através do debate científico. Particularmente, Sevcenko menciona a centralidade que o povo obteve para estes intelectuais que “desligados da elite social e econômica, descrentes da casta política, mal encobrem o seu desejo de exercer tutela sobre uma larga base social que se lhes traduzisse em poder de fato.” (SEVCENKO, 1983, p.13-14).

²¹ Segundo E. Costa (1998), desde 23 de novembro de 1826 a Inglaterra vinha pressionando a restrição do tráfico negreiro.

para os grupos marginalizados dos altos cargos políticos, configurando uma espécie de microespaço público de debates paralelo à vida parlamentar.

Acadêmicos das Faculdades de Direito e Medicina formaram clubes republicanos e abolicionistas e passaram a defender reformas políticas e econômicas. Entre eles estavam, André Rebouças, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Miguel Lemos, Silva Jardim, Manoel Bomfim, Silvio Romero, Tobias Barreto, Júlio de Castilho, entre outros presentes de norte a sul do país. Os republicanos, particularmente, criticavam a manutenção da monarquia hereditária encoberta pela idéia de soberania popular. Tem-se a crescente ridicularização feita ao Imperador nos jornais *Revista Ilustrada* (1876-1877), *A ilustração brasileira* (1880), *O Besouro* (1878), *O Mosquito* (1869-74), *O Mequetrefe* (1875), *O Polichinelo* (1876), *O protesto* (1877) para citar os mais destacados na cidade do Rio de Janeiro. D. Pedro II e os românticos indianistas não poderiam mais representar os referenciais da nação brasileira. A entrada de imigrantes e o processo de abolição da escravatura fortaleceram a expressão pública de diferentes opiniões dentro da elite política e intelectual preocupada com o futuro do país e com a ordem social. Colocava-se em questão uma nova definição da nação brasileira.

1.5.1. Imigrantes e escravos: o dilema na formação do povo

Em 1850, com a Lei de Terras, investiu-se na imigração européia com o objetivo (mas não apenas esse) de substituir os escravos africanos nas fazendas. Entretanto, os imigrantes que chegaram no país instalaram-se, não só nas fazendas de café da região sudeste, bem como nos espaços urbanos onde o trabalho livre obteve amplitude no comércio e na indústria, o que fortalecia a crença de que esta população era agente de civilização. Grande parte da elite política e intelectual acreditava que apenas com a imigração européia e mão-de-obra livre seria possível

constituir o povo brasileiro, isto é, um povo capaz de deliberar racionalmente questões de ordem pública.

Louis Couty²², por exemplo, negava a existência de um “povo” oriundo de ex-escravo. Para este político e intelectual, a população escrava não possuía noção de poupança, religião, família e propriedade. O sistema escravocrata, apesar da sua benevolência, teria impedido de constituir cidadãos ativos e econômicos, um povo, portador de vontade e discernimentos políticos, ator do processo político. Por isso, Couty acreditava que apenas a imigração européia poderia criar o povo homogêneo e cidadão. O ex-escravo africano não estaria apto a constituir o povo brasileiro em virtude de seus costumes e valores não serem condizentes com os costumes e valores de um povo civilizado capaz de manter o progresso e a existência de uma nação. Perdigão Malheiros, também fortalecia a representação negativa do escravo como incapaz de participar de uma sociedade civil de mão-de-obra livre:

[...] comparava a situação dos alforriados condicionalmente com a dos menores, isso é, indivíduos que ainda não estavam preparados para exercer plenamente seus direitos civis. O sentido dessa comparação não era apenas legal: Perdigão achava efetivamente que os negros egressos do cativeiro eram moralmente incapazes de viver numa sociedade livre. Daí as alforrias condicionais; a intenção era promover um período de transição no qual os libertos ascenderiam à sua nova condição devidamente orientados pelos senhores. (CHALHOUB, 1990, p. 141).

Por outro lado, a discussão sobre a imigração européia supria interesses apenas das elites cafeeicultoras da região de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais que possuíam capital para investir na imigração e sanar a falta de mão-de-obra desqualificada construída sobre o trabalho escravo. A política de imigração fortalecia o desequilíbrio econômico entre os representantes dos partidos políticos do nordeste e sudeste, acirrando o conflito entre eles.

²² Louis Couty veio ao Brasil em 1874 para lecionar na Escola Politécnica. Em 1878 tornou-se membro do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Suas obras *L'esclavage au Brésil* publicada em 1881 e *Le Brésil en 1884* pretendiam descrever as causas do atraso brasileiro.

1.5.2. Abolição e revolta: o medo do povo

A política de imigração europeia e o debate sobre o processo de abolição da escravatura andaram parcialmente juntos em virtude do medo que a elite política e intelectual brasileira tinha de rebeliões, como a ocorrida em 1790 em São Domingos no Haiti. O temor de uma abolição imediata da escravatura igualmente levava em conta a possível desordem social que esta acarretaria: o ódio racial e a desorganização da lavoura.

A percepção negativa sobre a população negra existente no imaginário da elite política e intelectual do século XIX, segundo Azevedo (2004), seria responsável por protelarem o fim da escravidão. Este debate acirrou-se com a Lei do Ventre Livre (1871), aumentando o temor à libertação imediata da população escravizada, devido a crença dos seus “instintos selvagens” o qual provocariam rebeliões ou tendência ao crime e ociosidade.

Podemos considerar que a partir da Lei de Terras (1850) e a Lei do Ventre Livre (1871), tem-se a produção de novos debates ideológicos sobre as reformas políticas e econômicas do país e, conseqüentemente, a revisão do ideário de nação através do estudo, com intenções científicas, sobre o povo brasileiro.

1.6. Reformas educacionais e valorização de novas idéias

As reformas educacionais promovidas pelo Barão do Rio Branco são importantes na valorização das idéias científicas que acompanha o período de crise do Império. Rio Branco incentivara escolas industriais para criar novos cidadãos aptos às exigências de novas atividades. A reforma educacional de 1874 visava o ensino técnico-profissionalizante aos homens livres e pobres, sem acesso ao sistema de ensino tradicional. Ou seja, às Faculdades de Direito e

Medicina. De acordo com Alonso (2002), a divisão da Escola Central em Militar e Politécnica separou militares e engenheiros e pode dar chance aos menos abastados para suprir os postos não ocupados pela elite.

Os professores da Escola Militar²³ aderiram às doutrinas filosóficas de Comte e Spencer direcionando a formação dos estudantes. Estes, empolgados pelo conhecimento sobre o progresso material, viam-se treinados cientificamente para defender e modernizar o país, em especial, após a Guerra do Paraguai (1864-1870) quando passaram a falar em nome da categoria reclamando promoções e salários e opondo-se aos interesses da elite agrária no poder.

As reformas nas Faculdades de Direito e Medicina, no intuito de diversificar as carreiras, também possibilitou criar um novo perfil no estudantado e absorver novas idéias científicas com a alteração da grade curricular. Na Faculdade de Medicina da Bahia desenvolveu-se pesquisas científicas de modo a institucionalizar a prática médica, que concorria com barbeiros e curandeiros índios e negros. Nina Rodrigues lecionou como professor desta Faculdade e possibilitou a construção da seção de higiene e medicina legal. Buscou instituir a medicina legal como prática científica de uma nação moderna. Estas novas idéias eram absorvidas da escola italiana de medicina cujos principais expoentes eram Cesare Lombroso (1835-1909), Henrico Ferri (1856-1929) e Raffaele Garofalo (1851-1934)²⁴.

²³ Em 1883 os jovens oficiais insistiram em defender em público suas posições políticas e questionaram as decisões de seus superiores, o que criou a “questão militar.” Com a República cunham o termo “soldado-cidadão” uma forma de defesa desta categoria social pronunciar-se sobre questões da política nacional, em especial, quando estas afetavam a corporação.

²⁴ César Lombroso buscou fundamentar a idéia do criminoso nato, identificado pela presença de anomalias anatômicas e fisiopsicológicas, um estudo que permitiu criar a “Antropologia Criminal” e a “Psicologia Criminal”. Henrico Ferri também foi um dos primeiros a elaborar modelos integrativos do direito com a psiquiatria e desta com a sociologia. Este intelectual valorizava não apenas determinantes biológicos (predisposição psíquica), mas, sobretudo, os determinantes sociais na análise do criminoso. Por fim, Raffaele Garofalo, ao contrário de Henrico Ferri, sustentava que o crime estava sempre no indivíduo o que refletia numa “natureza degenerada”.

Na Faculdade de Direito, o curso dividiu-se em duas seções: na primeira compunha o programa de “ciências jurídicas” e na segunda de “ciências sociais.” De acordo com Schwarcz (1993), os próprios acadêmicos da Faculdade de Direito do Recife, buscaram dar ao curso um estatuto científico, afastando as influências religiosas e metafísicas que dominavam este campo, e aproximando-se de uma visão mais científica do mundo²⁵.

As diferenças nas reformas educacionais revelam que no, Rio de Janeiro, os lentes da época, na Faculdade de Medicina e na Escola Militar, pensavam a teoria positivista como forma de transformação da realidade, enquanto na Faculdade de Direito esta teoria teria o papel de regulador das condutas humanas.

1.6.1. Medicina e Direito: novos tempos

O Brasil adquiriu uma nova fisionomia na segunda metade do século XIX e forneceu as condições para o debate público dos acadêmicos formados a partir de 1870 na aspiração de um novo país. A aspiração pela modernização, em especial, ganha força com os acadêmicos oriundos das reformas educacionais do Barão de Rio Branco, a qual acarretou no aumento do número de bacharéis formados em Direito e Medicina sem perspectivas de carreiras consolidadas. Manter a posição social era um recurso cada vez mais difícil com o aumento de estudantes e as poucas oportunidades existentes. A elite política, formada em Coimbra e nas primeiras turmas das faculdades, relacionava-se apenas entre si, bloqueando a ascensão aos cargos públicos do crescente número dos profissionais formados no Brasil.

²⁵ Segundo Alonso (2002), o Movimento de Recife caracterizou-se pela divulgação das novas idéias científicas. Era composto por membros de famílias enraizadas da sociedade pernambucana, mas que sofriam o declínio econômico e dificuldade de acesso aos cargos públicos.

“O excedente de letrados se alocou parcialmente em novos cargos privados no magistério secundário, buscou posições na imprensa que se expandia, mas, sobretudo continuou demandante de postos públicos”. (ALONSO, 2002, p.123).

A imprensa foi o espaço privilegiado onde estes acadêmicos buscaram manter um certo prestígio de sua posição social e expressar suas críticas em favor do progresso do país. Com as novas técnicas de impressão e edição, foi possível ampliar o número de jornais, não manipulados pela elite política, e escoar, por meio dele, uma nova percepção da sociedade brasileira. Entre eles estavam: *A República* (1870), *O Globo* (1881-1883), *O País* (1884). Neste novo espaço jornalístico foi engendrado o debate das novas idéias científicas que exprimia as aspirações da juventude acadêmica engajada num movimento social de transformação da sociedade. De acordo com Oliveira:

O cientificismo do século XIX analisava o mundo humano como um objeto em mutação, um mundo histórico cuja evolução era regida por leis naturais. Todos os valores, fossem eles morais ou políticos, estavam aprisionados aos estágios de evolução, e recorria-se ao **critério histórico como padrão de julgamento da conduta humana**. (OLIVEIRA, 1990, p. 83, grifo nosso).

A divulgação das idéias de Agassiz, Buckle, Laffitte, Darwin, Comte, Spencer, Renan foi realizada nas revistas *Revue des Deux Mondes* e no *Journal des débats*. O positivismo também teve *locus* privilegiado de divulgação nos jornais republicanos das academias de Direito, Medicina e Escola Militar e posteriormente foi ensinado nas Faculdades. De acordo com Corrêa (1998), criou-se uma espécie de “opinião pública restrita” em que diferentes grupos reuniam-se em “igrejinhas” e escolas através da publicação de suas discussões e polêmicas:

Esses grupos, círculos ou cliques, além de demarcar o âmbito de relações pessoais ou de alianças políticas dos intelectuais, eram também importantes para a obtenção de aprovação social, do reconhecimento público[...]. O intelectual brasileiro que não estivesse ligado a algum desses grupos passaria despercebido do saber. (CORRÊA, 1998, p. 29).

Podemos considerar que a nova maneira de pensar não veio, propriamente, do banco escolar, mas através do ambiente intelectual e entorno: nos jornais abolicionistas e republicanos, nas revistas literárias e científicas pertencentes às Faculdades de Direito e Medicina. Estes acadêmicos “marginalizados” dos altos cargos políticos apoiaram-se nas novas idéias científicas – positivismo, evolucionismo e darwinismo social – bem como nos princípios liberais, para reivindicar mudanças. Não havia classes sociais em conflitos, mas práticas simbólicas em disputas. Buscaram aplicar no campo da política, da literatura e do direito: o positivismo de Comte, o transformismo de Darwin e Haeckel, o naturalismo de Taine, Zola e Buckle, o evolucionismo de Hebert Spencer.

Após a guerra do Paraguai o aumento do número de doentes e aleijados, a expansão das epidemias como cólera, febre amarela, varíola, o crescimento da população nas cidades e a pouca oportunidade de empregos aumentaram os casos de embriagues, loucura e a questão da criminalidade. O papel do médico ganhou importância, concorrendo com os bacharéis em Direito. Intensificou a disputa não apenas aos cargos políticos, mas na construção de novos espaços de atuação engendrados a partir do estudo científico da sociedade brasileira.

A preocupação com o povo, as suas tendências e vicissitudes constituiu o principal debate da geração acadêmica de Silvio Romero e Manoel Bomfim no intuito de revelar a face de um Brasil encoberto pela Monarquia e comprometida com a construção de uma nova nação. Através das novas perspectivas científicas estes acadêmicos confrontam suas opiniões sobre a formação do povo brasileiro.

1.6.2. O debate da nova geração acadêmica

Agrupamos duas tendências distintas e em conflito no cenário da crise do Império e das primeiras décadas do regime republicano acerca da formação do povo brasileiro. A primeira centrar-se-ia na perspectiva do determinismo racial. Neste grupo estão a nova geração dos acadêmicos da Faculdade de Direito do Recife e de Medicina da Bahia. No espaço destas faculdades as teorias sobre os determinantes raciais e climáticos ganharam força entre os professores que buscavam adaptá-las nas teorias do Direito e na produção de uma prática médica brasileira já que “[...] afastados dos centros de decisão política do país, esses pesquisadores viviam ao menos a certeza de que representavam a vanguarda científica no Brasil”. (SCHWARCZ, 1993, p. 150-151).

No Museu Nacional, João Batista Lacerda e Afrânio Peixoto também aplicaram a perspectiva científica das raças no estudo da população. Estes cientistas previam, com a valorização da imigração européia, o branqueamento do povo através da miscigenação racial. Este seria o processo em que eliminar-se-iam os traços de ascendência negra e indígena na constituição do povo brasileiro. Os trabalhos de Lacerda na descrição da morfologia e das medições dos ossos tinham o objetivo de construir a história do homem fóssil do Brasil, mas tratando-se do povo brasileiro valorizava a homogeneização da população como forma de concretização do projeto liberal.²⁶

Nas instituições mencionadas acima era comum a ênfase nas ciências naturais e na antropologia física, campos que forneciam as leis da formação do povo. O peso das condições sociais era amenizado diante dos fatores biológicos. Defendiam esta idéia: Nina Rodrigues, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Afonso Celso, Capistrano de Abreu, Silvio Romero entre outros.

O segundo grupo, amenizou a ênfase no determinante biológico para ressaltar as condições sociais e econômicas na configuração do povo. Nestes grupos participam a nova geração de acadêmicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito em São Paulo²⁷. Segundo Schwarcz, a nova geração propunha que:

O agrupamento humano que é a mesma sociedade, o povo, a raça ou a nação é um complexo de indivíduos que se vinculam entre si pela tradição, usos e costumes, constituindo uma unidade por suas condições históricas e organização política. (Revista da Faculdade de Direito de São Paulo *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 181).

No Rio de Janeiro, integrantes do movimento sanitarista adotaram esta perspectiva na formação do povo brasileiro. Não anularam a concepção da desigualdade entre as raças, mas acreditavam na capacidade de aperfeiçoamento dos povos através da educação, melhoria das condições sociais, sanitárias e da intervenção do Estado. A nação para estes acadêmicos havia sido abandonada pelo Estado. Nesta concepção estavam Silva Jardim (1860-1891) Belisário Penna, Oswaldo Cruz, Alberto Torres, Manoel Bomfim, Roquete Pinto entre outros.

Podemos compreender que o povo tornou-se o principal elemento de representação da nação brasileira no lugar do indígena idealizado pelo círculo do imperador e da figura simbólica igualmente construída sobre D. Pedro II como representante da unidade cultural e política do país. Por outro lado, têm-se as disputas simbólicas entre a nova geração acadêmica, isto é, os novos representantes da elite letrada e política do país, sobre os problemas da formação do povo na representação da nação.

²⁶ A tese do branqueamento da população manteve-se entre alguns importantes intelectuais brasileiros até o período de 1950, por exemplo, com Oliveira Vianna, que foi aluno de Silvio Romero.

²⁷ Este novo grupo formado na Faculdade de Direito de São Paulo diferencia-se, em especial, da Faculdade de Direito de Recife ao compor a elite agrária em ascensão econômica do sudeste e sul do país, enquanto que em Recife, os alunos da geração de 70 eram oriundos das camadas urbanas e filhos da elite agrária econômica em decadência.

Os acadêmicos de Direito e Medicina do nordeste elegeram o estudo das raças como forma de pensar a constituição do povo brasileiro. Os acadêmicos de Medicina e Direito do sudeste enfatizavam as reformas sociais e educacionais na problemática desta formação.

Este é o quadro no qual tinham sido formadas as idéias centrais do debate que vamos observar mais detidamente em Silvio Romero e Manoel Bomfim através das obras *América Latina Males de Origem* e *História da Literatura Brasileira*, presente nos próximos capítulos.

2. DOIS AUTORES NA VIRADA DO SÉCULO XX

Neste capítulo pretendemos mapear a trajetória intelectual e social de Manoel Bomfim e Silvio Romero.

2.1. Silvio Romero: o intelectual cívico

Silvio Romero era neto de um líder do partido liberal e filho do comerciante português André Ramos Romero com Maria Joaquina Vasconcelos. A família Vasconcelos era de origem tradicional em Sergipe, mas sofriram o declínio econômico, porém isso não impediu de direcionar Silvio Romero ao curso preparatório no prestigiado Ateneu Fluminense e na Faculdade de Direito em Recife, destinada a compor a elite política nordestina

Na Faculdade de Direito, Silvio Romero depara-se com a divulgação de novas idéias científicas e aproxima-se de Tobias Barreto (1839-1889), do qual tornou-se amigo. Ambos desafiaram a estrutura acadêmica criada à imagem e semelhança da escola portuguesa e passaram a valorizar autores alemães – Kant, Herder, Haeckel - em oposição aos autores franceses, referência na formação da elite política imperial. Criticavam a prática de memorização, a oratória, as disciplinas curriculares e os lentes da academia. Combatiam o romantismo indianista, a metafísica e o espiritualismo como responsáveis pela falsa visão dos intelectuais e políticos em torno do Imperador. Contestaram ainda a disciplina de Direito Eclesiástico, que concebia o Direito Natural como sagrado e imutável. O temperamento explosivo e polêmico de Silvio Romero pode ser uma das causas que o impediu de ocupar a prestigiada cátedra de Filosofia no Colégio das Artes em Recife, equivalente ao D. Pedro II no Rio de Janeiro. Após ter passado em primeiro lugar no concurso, as provas foram anuladas, o mesmo fato correu duas vezes. Foi

apenas pelo sobrenome da família que pôde obter um cargo de deputado na Assembléia provincial.

Formados com Silvio Romero, além de Tobias Barreto, estavam Domingos Olímpio (1850-1906), Clóvis Beviláquia (1859-1944), Capistrano de Abreu (1853-1927), Araripe Júnior (1848-1911), José Isidoro Martins Júnior (1860-1904), Aníbal Falcão (1859-1900), entre outros, cujas obras produzidas contra o regime imperial deram o sentido de um movimento denominado por Romero de *Escola de Recife*. Também se filiavam a este rótulo aqueles que se viam seguidores de Tobias Barreto.

Silvio Romero publicou a *Etnologia Selvagem* (1875), *Cantos do fim do Século* (1878), *Cantos populares do Brasil* (1883), *Contos populares do Brasil* ((1885), *Estudo sobre a poesia popular brasileira* (1889), *Uma esperteza: Os cantos e contos populares do Brasil e o Sr. Teófilo Braga* (1887), *Passe Recibo* (1905), *Pátria Portuguesa* (1906). Os cinco primeiros livros foram produzidos em comunicação com as obras desenvolvidas por Celso de Magalhães e Teófilo Braga. Estes intelectuais lançavam, no campo intelectual do Brasil e em Portugal, a valorização dos estudos folclóricos. No entanto, nas três últimas obras, Silvio Romero chamava para si a autoridade da organização do estudo das tradições populares brasileiras identificada nos cantos e contos presentes nas regiões de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Por meio deles, evidenciava a origem racial de cada tradição passada para a língua portuguesa.

Pode-se dizer que estas obras serviam também como diálogo com os trabalhos científicos sobre a população indígena desenvolvidos por Varnhagem, Frederico Hartt, Rodolfo Garcia, Padre Ivo d'Evreux e Alcides d'Orbigny, pesquisadores que participavam do círculo financiado pelo imperador. De acordo com Rodrigues (1975), Martius, Varnhagem, Rodolfo Garcia e

Capistrano de Abreu valorizavam o estudo geográfico e da população indígena como base de investigação do Brasil independente e critério para considerar um verdadeiro historiador colonial.

Silvio Romero colaborou com os jornais, *A Crença*, *O Americano*, *O Correio de Pernambuco*, *O Diário de Pernambuco*, *O Movimento*, *O Jornal do Recife*, *A República* e *O Liberal* e *O Trabalho*. Também colaborou no jornal acadêmico *A Luta* da Faculdade de Direito de São Paulo, onde publicou a sua tradução de *Naturalismo em Literatura de Emile Zola*. Neste periódico da Faculdade de Direito, participavam Prudente de Moraes, Campos Sales entre outros. Este jornal tinha uma linha científica de ataque ao Império e de defesa do republicanismo, e cita com frequência autores de posições teóricas diversas como Comte, Spencer, Renan, Darwin, Haeckel, Lê Bon, Stuart Mill, Strauss, Laffitte e Buckle, além de divulgar romances naturalistas.

Após a formatura em 1873, já na cidade do Rio de Janeiro, trabalhou no jornal *O Repórter*, convidado pelo amigo da época do Ateneu Fluminense, Lopes Trovão. Posteriormente, filia-se à *Revista Brasileira*, de Franklin Távora, amigo dos tempos da Faculdade de Direito. Esta revista contava com a colaboração dos intelectuais apadrinhados do círculo do Imperador e dos estamentos senhoriais como Machado de Assis entre outros.

Nesta revista, sob o pseudônimo de Feuerbach, desqualifica todos os parlamentares do gabinete liberal que subiram ao poder em 1878, entre eles, Joaquim Nabuco, formado em Recife. Estes artigos foram reunidos na obra *Ensaios de crítica parlamentar* (1883), colocando em relevância a sua posição científica e política sobre as mudanças no país, assim como estabeleceu nas obras: *A Filosofia no Brasil* (1878); *Doutrina contra doutrina* (1894); *Ensaio de filosofia do direito* (1895); *As oligarquias e sua classificação* e *O Brasil social* (1908); *Geografia da politicagem: o Norte e o Sul do Brasil* (1909); *O Castilhismo no Rio Grande do Sul* (1910); *O*

Brasil na primeira década do século XX (1911) e *A bancarrota do regime federativo no Brasil* (1912).

Todas estas obras foram produzidas como respostas ao arranjo político do país, em debate contra os parlamentares e deputados, tanto do Rio de Janeiro como da sua cidade natal, em Sergipe. Silvio Romero foi deputado da província de Sergipe em 1874, em 1894 seria derrotado nas eleições e apenas em 1900-1902 tornou-se deputado federal. No entanto, grande parte de sua vida dedicou-se ao magistério no colégio D. Pedro II e na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, ocupando a cadeira de filosofia do Direito.

Apesar de suas contendas, Silvio Romero foi agraciado pelo rei de Portugal D. Carlos em 1904 na qualidade de sócio honorário do Centro Comercial do Porto e sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa. Também foi convidado a inaugurar um curso de etnografia brasileira na Faculdade de Letras de Paris, porém eximiu-se por motivo de doença. Em 18 de julho de 1914, falece aos 63 anos.

Vale ressaltar que após a crítica a Manoel Bomfim em 1905, Silvio Romero publica *O Brasil social* (1907) e panfletos contra as oligarquias estaduais (1908). Mas, sobretudo, é a busca do “intelectual” que se destaca na postura de Silvio Romero.

O intelectual era aquele que ia à filosofia apenas para encontrar os fundamentos necessários para lidar com os problemas locais: a miscigenação, o atraso, a pobreza, o parco desenvolvimento. (SCHWARCZ, 1993, p. 169).

Silvio Romero justifica sua intervenção de “homem de ciência” nas reformas políticas e sociais ao identificar a existência da singularidade da nação, de um pensamento nacional e do povo brasileiro resultado da miscigenação racial, elementos que fortalece, em especial, suas crítica às práticas políticas como imitação das instituições portuguesas.

2.2. Manoel Bomfim: o educador de uma nova ordem social

Manoel José Bomfim é filho primogênito do vaqueiro Paulino José do Bom Fim do Carira, com a portuguesa Maria Joaquina de Laranjeiras. Na cidade de Aracajú, estabeleceram um comércio e tornaram-se donos de engenho de açúcar. Esta família, de formação católica e emergente no setor agrário, zelava pelo *status* de proprietários de terra. Manoel Bomfim foi o único entre seus 13 irmãos que buscou o ensino superior.

Manoel Bomfim entrou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1886 e, por intermédio do republicano Alcindo Guanabara (1865-1918), teve conhecimento da obra de Frei Vicente de Salvador (1564-1639), *História do Brasil* (1627). Este livro é uma crítica a colonização portuguesa do período de 1500 a 1627 retratada pelo seu caráter espoliativo.

Em maio de 1888, Manoel Bomfim transfere-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a pedido de Alcindo Guanabara que almejava atuar na vida jornalística da cidade. Esta cidade atraía os acadêmicos formados no norte e nordeste pelas oportunidades de emprego na magistratura, na política e no jornalismo.

Na Faculdade de Medicina da capital do país, assim como acontecia na Faculdade de Medicina da Bahia, efervescia a vida boêmia e o ambiente intelectual de debates e polêmicas nos jornais onde participavam Olavo Bilac (1865-1918), Coelho Neto (1864-1934) e José do Patrocínio (1853-1905).²⁸

²⁸ Segundo Aguiar (2000), Manoel Bomfim freqüentava as casas de café e livrarias presentes na rua do Ouvidor. Este era o “[...] espaço exclusivo das elites, ao qual se agregavam os ícones intelectuais, sempre dispostos, com as exceções de praxe, a auferir as vantagens e os ganhos decorrentes dessa convivência”. (AGUIAR, 2000, p.221). No Instituto Nacional de Música, inaugurado em 1905 por Coelho Neto, Manoel Bomfim realizou conferências, as quais representavam um momento fundamental no processo de profissionalização da carreira do escritor. No entanto, o principal espaço de consagração intelectual foi a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, a qual Manoel Bomfim recusou a participar, porém tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 1912.

Manoel Bomfim fez parte das conferências literárias realizadas no Instituto Nacional de Música, onde se encontravam Raul Pompéia (1863-1895) e Medeiros e Albuquerque (1867-1934). Também foi forte integrante do movimento social em favor do regime republicano trabalhando no jornal *Correio do Povo*, de Alcindo Guanabara, o jornal *Cidade do Rio* de José do Patrocínio e no jornal *A República*, no combate à política do presidente Prudente de Moraes.

Em 1897, funda os periódicos *Educação e Ensino* e *Revista Pedagógica*. Em 1898, é nomeado diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro onde pôde escolher o livro que seria adotado nas escolas do Distrito Federal. Deu parecer sobre a obra *História da América* (1899), de Rocha Pombo (1839-1889), onde o autor privilegiou a consequência negativa da colonização portuguesa e espanhola na formação das nações latino-americanas.

Manoel Bomfim realizou várias parcerias intelectuais e políticas. Com Olavo Bilac publicou as seguintes obras: *Livro de Composição para o curso complementar das escolas primárias* (1899); *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901); *Através do Brasil* (1910). Estes livros foram adotados no curso complementar das escolas primárias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Sergipe, Amazonas e Ceará e *Através do Brasil* foi destinado ao curso médio. Com Elysio de Carvalho (1880-1925), José Veríssimo (1857-1916), e outros, participa da criação da *Universidade Popular de Ensino livre* (1904) com o objetivo de levar a instrução superior ao proletariado. Com Alcindo Guanabara monta uma firma para importação de máquinas e equipamentos gráficos (1910).

Grande parte das obras de Manoel Bomfim inaugurou a produção de novos livros didáticos²⁹, além dos produzidos com Olavo Bilac, há: *Compêndio de zoologia geral* (1902);

²⁹ Segundo Aguiar (2000), nas primeiras décadas da República desenvolveu-se um mercado de livros didáticos que proporcionou visibilidade aos novos escritores, numa estrutura social onde as posições de prestígio e poder eram disputadas a ferro e fogo.

Primeiras Saudades (1920); *Crianças e Homens* (1922); *Lições e leituras para o 1 ano* (1922); *Lições e leituras- livro do mestre* (1922), *O respeito à criança* (1906).

Ao estudar psicologia experimental³⁰, na universidade da Sorbonne, no ano de 1903 em Paris, pôde introduzir novos debates no Brasil através das obras: *As alucinações auditivas* (1904); *Noções de psicologia escolar* (1916); *Lições de pedagogia* (1915), *Pensar e Dizer estudo do símbolo e do pensamento* (1923); *O Método dos testes: com aplicações à linguagem do ensino primário* (1926); O livro póstumo *Cultura e educação do povo brasileiro* (1931), foi premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1933.

Em 1907, é eleito Deputado Federal, candidata-se em 1908, mas não consegue ser reeleito. O diálogo de Manoel Bomfim com a política brasileira esteve expresso nas obras: *América Latina Males de Origem* (1905); *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1926); *O Brasil na história: deturpação dos trabalhos, degradação da política* (1928); *O Brasil nação I. Realidade da soberania brasileira* (1929), *O Brasil nação II.*(1930).

Nestas obras há uma forte crítica à elite política imperial na formação do povo brasileiro e na produção historiográfica, em especial, de Francisco Adolfo de Varnhagem, autor de *História Geral do Brasil* (1855), como sendo um exemplo de deturpação da história, e conseqüentemente da construção da realidade do país. Sua experiência como deputado na cidade natal, Sergipe, cuja bancada também estava Silvio Romero, é significativa do conflito político entre eles. No entanto, foi na área da educação, assim como seu opositor, que ambos dedicaram grande parte de suas atividades. A medicina não era um exercício reconhecido na época, segundo Schwarcz (1993), era uma prática em construção.

³⁰ Em 1906, Manoel Bomfim criou o primeiro laboratório de psicologia experimental no espaço do Pedagogium. O segundo laboratório foi fundado em 1925 por Maurício de Medeiros, no Hospital Nacional dos Alienados, na cidade do Rio de Janeiro, cuja direção ficou pela responsabilidade de Waclaw Rodecki.

2.3. Heranças teóricas

Auguste Comte (1798-1857), base comum de Manoel Bomfim e Silvio Romero, foi a principal referência ideológica entre seus contemporâneos. Este teórico, na França, propôs um pensamento sociológico, na primeira metade do século XIX. Através da relação com as ciências naturais estabeleceu a identificação de leis que regeriam a sociedade e os indivíduos.

Nesta perspectiva, admite-se como fonte única de conhecimento e critério de verdade, a experiência. A descrição e análise objetiva da experiência através da “história” e da “ciência” compunham a importância desta teoria para os acadêmicos de Direito e Medicina no Brasil.

Se, na teoria positivista concebe-se que as idéias conduzam e transformem o mundo. A evolução da inteligência humana comandaria o desenrolar da história. Este fator compôs a segunda questão em destaque para os intelectuais contemporâneos de Manoel Bomfim e Silvio Romero.

Haveria três estados desta evolução que acompanhariam determinadas formas de organização política e econômica. No primeiro estado, denominado teológico é dividido em três fases: o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo. O segundo estado chamado metafísico, os deuses seriam substituídos por princípios abstratos. No terceiro estado, chamado científico (positivo), os fenômenos sociais seriam descritos e compreendidos dentro de leis que regeriam a sociedade, tornar-se-ia possível observar as causas e efeitos dos fenômenos. Deste modo, a ciência apresentar-se-ia como uma forma de previsão e a previsão uma forma de ação. Este estado corresponderia o processo de desenvolvimento industrial e a forma republicana de governo.

Na teoria positivista, a humanidade não é concebida como uma espécie “biológica”: há uma dimensão suplementar - a “história” – responsável pela existência da civilização. O homem é visto como um animal que possuiu uma história. Ele herda e inventa os instrumentos para transmiti-la às gerações seguintes que, por sua vez, exercem suas faculdades de invenção apenas dentro do quadro do que receberam.

Deste modo, a teoria positivista fez-se presente nos discursos dos acadêmicos brasileiros entre 1870 a 1920, na apreensão das possibilidades de mudanças visualizadas dentro de um sistema social e, a partir deste sistema, o que definia o povo.

Sendo o tronco comum entre Manoel Bomfim e Silvio Romero, o pensamento de Augusto Comte possibilitou o diálogo com outras teorias instaurando o debate de diferentes posições sobre a análise sociológica do país através da reconstituição da História.

Assim, como na teoria positivista, a escola de Ciências Sociais de Frederic Le Play, o evolucionismo social de Hebert Spencer e o monismo de Noire e Hackel foram importantes na perspectiva de Silvio Romero, na unidade entre ciências naturais e ciências sociais, uma forma de identificar a existência de leis intrínsecas aos fenômenos da realidade social, já que:

Depois que o homem deixou de ser o centro e a medida das cousas, depois que se lhe marcou o genuíno lugar na criação, o modo de tratar a história e os outros ramos científicos, que se lhe prendem, sofreu uma alteração radical. (ROMERO, 1987, p. 98).

De acordo com estes teóricos, a história e sociologia de um povo baseiam-se no estudo de “psicofísica”. Esta perspectiva materialista esteve presente na academia de Direito de Recife ao serem discutidos autores que negavam a metafísica na explicação dos comportamentos humanos e na questão da liberdade do homem. Deste modo, a concepção de história de Silvio Romero referia-se a um diálogo com as ciências naturais. Segundo esse autor,

Não é mais possível a história sem a crítica, como não é admissível esta sem as ciências naturais. Eis o grande fato firmado pelo século XIX nos seus últimos anos: estabelecer os outrora ditos morais sobre bases experimentais. (ROMERO, 1980, p. 70).

Por outro lado salienta que no campo da história, diferentes perspectivas estão em disputa:

O movimento romântico dos primeiros anos do século XIX trouxe a paixão pelo passado, e desde a grande obra de Hallam sobre a Idade Média, apareceu na história a tendência pinturesca e representativa, contrabalançada pela que se intitulava filosófica. O certâmem das duas escolas rivais já pertence por sua vez à história, que luta por adquirir novos princípios e devassar novos horizontes. (ROMERO, 1980, p. 71).

Para Buckle (1729-1797), a história de um povo deve-se as leis físicas – clima, alimentação e o solo, os quais agiriam sobre os fatores mentais - intelectuais e morais. Determinados povos encontrar-se-iam no estado de selvageria ou barbárie, em virtude das pressões do meio externo inibindo suas faculdades mentais. Em outras regiões, estas faculdades puderam desenvolver-se tendo em vista que causas comuns produzem efeitos comuns. Silvio Romero, ao contrário, privilegia o determinismo racial como elemento autônomo que se impõe sobre os determinismos externos. Este posicionamento, segundo o autor, anularia a idéia de uniformidade científica das investigações históricas, visto a partir do determinismo climático ou geográfico. Isto é, enquanto Buckle salienta que as ações humanas são determinadas pelos seus antecedentes, cujas leis foram construídas pela influência geográfica, levando-os a produzir os mesmos resultados sob as mesmas circunstâncias, para Silvio Romero:

As ações humanas são regidas por um complexo de leis que inconscientemente para nós atiram-nos no caminho da vida como uns quase atores. Mas a história, que não é uma cadeia de fatos sempre novos e desarmônicos com seus antecedentes, como já se pretendeu, será certo que se repita? Os dados estatísticos não podem chegar até aí; a marcha da história é evolucional, e tanto basta para que não haja repetição, como não existe disparatada incoerência. (ROMERO, 1980, p. 76).

Silvio Romero opera com conceitos ligados ao orgânico, mas abre uma porta para a dinâmica da história em sua feição política, social e econômica. A seleção natural entre as raças, de acordo com Spencer, e o determinante geográfico, segundo Buckle, compõem os determinantes da história de um povo, sobretudo, quando auxiliado pela influência de “novas idéias” a mudar a sociedade. Assim haveria dois processos fundamentais: a adaptação hereditária e a adaptação cenogenética (revolucionária), em que o mais forte devora o mais fraco. A primeira no plano orgânico, da miscigenação racial, a segunda no plano da cultura, das novas idéias que acompanharia as novas gerações. Surge, portanto, na obra de Silvio Romero a presença de indivíduos históricos, segundo Augusto Comte, isto é, sujeitos produto não apenas da determinação do meio geográfico e biológico, mas da cultura ao seu redor e que lutam por novas formas de organização social. No entanto, são mudanças dentro de um sistema.

Amparado em Frédéric Le Play (1806-1882), Romero compreende as diferentes sociedades como expressão dos costumes e valores familiares. As leis que presidiam a organização das famílias seriam impressas nos princípios reitores da organização do Estado. Para este teórico a construção de tipologias familiares tornou-se a base fundamental para compreensão da índole das nações. As mudanças dadas por fatores internos, miscigenação racial, ou fatores externos, adaptação de novas idéias e reformas políticas e econômicas deveriam estar de acordo com a formação étnica. Esta representaria a existência de uma psicologia popular.

Através de Edmond Demolins (1852-1907), Silvio Romero caracteriza a psicologia brasileira como sendo de natureza comunitária em oposição a psicologia individualista dos anglosaxões, por outro lado, acreditava na evolução natural da nação e a ação necessária da organização política para acelerar esse processo.

Manoel Bomfim, acusado por Silvio Romero sobre a parcialidade na linguagem científica de sua obra, seguiu o mesmo caminho de seu opositor, estabeleceu o diálogo entre ciências naturais e ciências sociais, porém por outras bases teóricas.

Para Bomfim, a análise sociológica compreenderia observar que uma sociedade é o conjunto de fatos dependentes e relacionados uns com os outros, e que emanam leis de acordo com as que existem na astronomia e na química. São essas leis que permitem analisar a sociedade, tendo em vista que causas comuns produzem efeitos comuns:

Uma causa deprimente e perniciosa para os indivíduos em particular não pode deixar de ser perniciosa e deprimente para a sociedade no seu total [...] o todo participa das qualidades das partes e delas depende. (BOMFIM, 1993, p. 58).

O autor emprega as categorias parasitas e parasitárias, retiradas das ciências biológicas, como metáfora das relações entre as camadas sociais, o que leva a conceber a sociedade dentro de um sistema, o “parasitismo social”. Nota-se neste modelo a ênfase nas relações sociais e não num determinismo biológico. São estas relações as responsáveis pelos valores e costumes criados dentro do corpo social.

Mas em que medida o modelo teórico das ciências naturais é usado apenas como homologia para a análise sociológica na obra de Manoel Bomfim, já que se trata de um sistema em que grupos sociais são regidos por “leis biológicas” e “leis sociais” peculiares a ele? Essa questão refere-se a forma como o autor concebe a análise sociológica.

Para Manoel Bomfim, o trabalho sociológico concentra-se no estudo do passado de um povo para explicar os “vícios” que se manteriam nas práticas políticas e no corpo social do presente. Salienta-se na sua obra, saber se estas “disposições” ou “vícios” teriam como causa a

“herança” ou a “educação”, isto é, até que ponto a hereditariedade e o meio social explicariam a formação de um povo. A análise de Bomfim oscila entre ambas perspectivas³¹.

Assim como Silvio Romero, Manoel Bomfim salienta que a luta entre as idéias é algo importante como motor da história de um povo, mas avalia que esta luta é ao mesmo tempo de valores morais e sociais, os quais revestem as formas de poder político de uma época a outra. A “teoria das raças” por exemplo, encobre esta relação de poder dada no campo das idéias:

Os homens são iguais, não devem uns explorar os outros, Iguais? ...refletiu a filosofia dos dominadores. - ‘E se nós pudéssemos contestar uma tal igualdade?...Estamos no século da razão e da ciência, recorramos à ciência, e provemos que os homens não são iguais’. (BOMFIM, 1993, p. 244).

Nas palavras de Bomfim, apenas a “evolução moral” retiraria os indivíduos das suas paixões egoístas e criaria um estado de solidariedade entre os homens. Este papel foi iniciado com a filosofia greco-latina, os agentes da elaboração dos valores morais como condição do progresso social. “Na Índia, a religião, na Grécia, a filosofia, realçaram os espíritos, encaminhando-os para uma justiça mais humana e liberal.”[...]. (BOMFIM, 1993, p. 243).

Neste aspecto, Manoel Bomfim aproxima-se da concepção de progresso, trabalhada por Augusto Comte e Charles Darwin ao referir-se à evolução do instinto altruístico como motor do progresso moral e social de um povo “[...] evolução humana é o progresso do espírito, é a cultura da inteligência para conhecer, a cultura do sentimento para amar”. (BOMFIM, 1993, p.331).

As diferenças teóricas elucidam as abordagens de Manoel Bomfim e Silvio Romero. Silvio Romero trabalha na literatura com as teorias de Edmundo Scherer, Taine, e Herder. Na

³¹ Embora Manoel Bomfim valorize as relações sociais oriundas de um sistema econômico e Silvio Romero saliente categorias essencializadas como raça e meio climático na explicação dos comportamentos humanos, ambos autores não estabelecem uma rígida separação entre fatores biológicos e sociais, o que torna o conceito de cultura e raça polêmico em suas obras.

perspectiva da análise histórica apóia-se no evolucionismo de Hebert Spencer e na sociologia de Frederic Lê Play e Henri Tourville. No debate da raça ampara-se em Morton, Agassiz, Paul Broca e Gumbowitz chamados de “darwinistas sociais”. No determinismo geográfico dialoga com Henry Buckle, Peter Willam Lund e Otis F. Mason. Aceita a classificação da divisão das tribos indígenas realizadas por Batista Caetano em oposição a Martius e valoriza os trabalhos de craniologia do Museu Nacional realizado por Batista de Lacerda e Rodrigues Peixoto.

Silvio Romero privilegia várias questões como determinantes da análise sociológica de um povo e de sua formação histórica. Assim, adere a crítica ao “monocausalismo” debatido na escola de Ciências Sociais de Lê Play e se vê como inaugurador desta perspectiva no Brasil.

Como diz:

[...] um estudo regular e completo do Brasil, sobre tal método, exigiria três ou quatro volumes, firmados em duzentas ou trezentas monografias...que não existem, que estão por fazer...(ROMERO, 1980, p. 194).

Na linha do “monocausalismo”, Manoel Bomfim desenvolve a teoria do *parasitismo social* de Vanderverde para elucidar “as causas” que contribuía para a “não evolução social” da nação. A idéia é elucidar a estrutura social da sociedade escravocrata caracterizada por uma cadeia de “parasitismo” entre os grupos sociais. O resultado desta estrutura seria identificado nos comportamentos, valores e nas práticas existentes. Os senhores de escravos (classe parasita) seriam movidos por “instintos egoísticos” em virtude do ócio social. A população escrava trabalharia para sustentar a economia do país, adaptando-se às precárias condições de vida que lhes tiraria a força de reclamar desta situação. Neste aspecto, a sociedade seria o principal modelador de um povo:

[...] a sociedade e a civilização concorrem, dando a uns vantagens de que eles pessoalmente são destituídos, a sociedade e a civilização devem intervir, também, para não consentir que, na marcha pela vida, os que se acham

momentaneamente mais forte massacrem os mais fracos, tal como fazem as feras com os seres de outras espécies. (BOMFIM *apud.* VENTURA, 1984, p. 110).

Para Bomfim, caberia à sociedade industrializada conduzir a população brasileira a adquirir as qualidades suscetíveis de serem desenvolvidas. O processo de industrialização e a divisão do trabalho despertariam a solidariedade entre os povos e o aumento crescente dos valores morais, logo o progresso humano seria a consequência do progresso social. Manoel Bomfim, embora não mencione Durkheim (1858-1917) em nenhum momento de sua obra, acaba por apresentar idéias muito próximas deste teórico, que na França buscou instituir a Sociologia como disciplina autônoma na academia. Ambos utilizam a Biologia como modelo de compreensão dos fatos sociais, herança da teoria positivista:

É noção banal em sociologia que o progresso social se faz segundo um paralelismo perfeito com o progresso orgânico – diferenciação dos órgãos, especialização das funções, divisão do trabalho – estas são as condições indispensáveis à perfeição. (BOMFIM, 1993, p. 59).

No estudo da História do Brasil, Manoel Bomfim baseia-se nas obras de Oliveira Martins, Frei Vicente de Salvador e Rocha Pombo. Sobre a formação do povo seus pilares são Rousseau, Darwin, Ribot, Max-Nordau. Estes autores não dialogam com a perspectiva de determinantes biológicos como trabalhado por Silvio Romero, ao contrário, Manoel Bomfim aproxima-se de estudos como de Gabriel Tarde (1843-1904), *Les lois de l'imitation* (1890), que reagiu à tendência dos chamados “darwinistas sociais” ao importar para a sociologia uma descoberta de psicologia dos anos 1880: a hipnose e a sugestão na explicação dos comportamentos humanos.

Charles Darwin (1809-1882) também é uma forte influência teórica na obra de Manoel Bomfim. “A origem das espécies,” publicada em 1859, obteve grande repercussão no campo intelectual europeu influenciando novas teorias e trabalhos como os de Lewis Henry Morgan

(1818-1881) e James G. Frazer (1854-1941), citados por Schwarcz (1993), como “evolucionistas culturais”. Estes intelectuais consideravam as diferentes culturas como um processo transitório e remediável via contato cultural. As culturas humanas evoluíam de forma simples a complexas, identificando nas organizações econômicas e sociais os vestígios das fases anteriores. Esta abordagem culturalista está presente na obra de Manoel Bomfim quando declara, por exemplo, que há uma evolução natural dos povos a partir de instrumentos tecnológicos, assim como a concepção sobre a unidade da espécie humana.

Dentro da abordagem evolucionista podemos destacar Hebert Spencer (1820- 1903) como importante diferença teórica em que se apóia Silvio Romero em relação Manoel Bomfim. Este teórico inglês definiu a existência de uma hierarquia racial entre os povos, sendo esta a expressão de um movimento evolutivo da espécie humana. A evolução de um povo é definida pela sobrevivência das raças mais evoluídas e aptas a novas formas de organização social. Nesta perspectiva estão os chamados darwinistas sociais que apontam para a luta entre as raças como motor da história. O progresso da humanidade requereria a manutenção desta luta seletiva entre as raças que carregariam tipos diferentes de cultura, concebidas como expressão biológica da capacidade inerente de um povo.

Ludwig Gumplowicz (1838-1909) e Gerges Vacher de Lapouge (1854-1936) principais representantes desta vertente, acreditavam numa seleção social dada na luta entre as raças, a eliminação das raças miscigenadas (inferiores) e o progresso das raças puras. As raças apresentariam características físicas e mentais imutáveis, toda miscigenação refletiria em degeneração racial e instabilidade social. Nesta perspectiva conhecida como poligenista, desenvolve-se os estudos de frenologia, antropometria e craniologia, técnicas que utilizavam a análise anatômica e comparativa dos crânios para comprovar qualidades inatas de cada raça e sua potencialidade cultural.

A combinação entre a tese poligenista e evolucionista forneceu a Silvio Romero a possibilidade de justificar o caminho da formação do povo brasileiro através da miscigenação racial e com isso a possibilidade de evolução da nação. Para o autor, o desenvolvimento da espécie não seria dado num único centro criador para depois emigrarem, ao contrário, este desenvolvimento dar-se-ia em várias regiões numa transformação espontânea, por outro lado, haveria uma evolução única dos diferentes povos, todos eles passariam pelos mesmos estágios evolutivos, já que “A civilização, no vasto completo conceito ela é uma só, que evolucionalmente se tem desenvolvido até nós”. (ROMERO, 1980, p. 78).

Deste modo, “[...] todos os tempos e todos os países devem ser estudados, porque todos não contribuído para o geral progresso; a lei da filiação tem seu maior complemento exatamente na história”. (ROMERO, 1980, p.78).

A nação brasileira acompanharia a marcha evolutiva dos povos civilizados. A miscigenação racial proporcionaria o branqueamento da população e com isso a instauração do progresso cultural no país³². Para Manoel Bomfim, todos os povos são passíveis de desenvolvimento através da industrialização, ciência e educação popular, a miscigenação racial não é um fator que produziria o desenvolvimento cultural como a ação política do Estado nacional.

É importante salientar que tanto Manoel Bomfim, como Silvio Romero falam em psicologia social para tratarem da formação de um povo. Através de Ribot (1881-1886), Manoel Bomfim trabalha com o conceito de caráter nacional, o que lhe permite valorizar a existência de uma mentalidade específica que caracteriza um povo. Segundo o autor, os traços psicológicos

³² Entre 1889 à 1914 a tese do branqueamento ganhou repercussão entre os intelectuais da época. João Batista Lacerda e Afrânio Peixoto calculavam a duração do processo de miscigenação para o desaparecimento das raças inferiores. Silvio Romero apostava em torno de três ou quatro séculos a miscigenação levaria ao ajuste dos elementos civilizatórios europeus às condições brasileiras.

que são comuns e constantes a um povo possibilitam que constituam como nação. Estas características psicológicas seriam refletidas nas práticas políticas. No entanto, Manoel Bomfim nega a construção da perspectiva biológica das raças, sob o aspecto da possibilidade de não haver uma unidade dos traços psíquicos na humanidade. Neste aspecto, apóia-se em Jean J. Rousseau (1712-1778).

Silvio Romero, partidário da perspectiva biológica das raças, considerava que as instituições, crenças religiosas e idéias políticas refletiam estágios evolutivos das raças. As diferenças entre elas é uma diferença de formação psíquica e que se expressaria na forma como desenvolviam suas culturas. Em virtude deste aspecto, “o estudo do regime mental de uma raça não se determina senão à vista do complexo de suas crenças e de suas idéias”. (ROMERO, 1980, p.115).

Assim estabelecemos um panorama das bases teóricas de Manoel Bomfim e Silvio Romero, as quais orientam suas perspectivas científicas colocadas em jogo na disputa intelectual sobre a representação da sociedade brasileira e concepção do povo. Nos próximos capítulos expomos como estes autores buscaram construir um campo de debate intelectual a partir de suas referências científicas.

3. A DISPUTA INTELECTUAL

O debate teórico entre Manoel Bomfim e Silvio Romero é sugestivo para pensarmos o processo e formação do campo intelectual no Brasil. A crítica de Silvio Romero à Manoel Bomfim baseia-se primeiramente no modo de fazer ciência, em especial, na análise sociológica do país. Ambos autores apresentam diferentes formas de análise sociológica, que concorrem a uma interpretação do país, exprimem-se nos artigos publicados nos jornais e que se tornavam obras destinadas a um número seletivo de leitores. A reconstituição da posição intelectual de Manoel Bomfim e Silvio Romero possibilita salientar as estratégias simbólicas de dois autores que buscaram dar legitimidade a uma forma de conceber a formação do povo tornando-se, com isso, os principais expoentes que protagonizaram o início do campo intelectual no Brasil. Nos itens a seguir, expomos as estratégias destes autores para legitimar a análise científica do país realizada por “homens de ciência”.

3.1. Ciência e método: contendas

Para Silvio Romero, o critério de reconhecimento dos escritores passa pela ênfase na formação do caráter nacional, na singularidade da nação, isto é, “tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este critério novo.” (ROMERO, 1980, p. 54).

Para este autor diferentes fatores contribuíram para “evolução” da história do Brasil. Assim deixa claro que,

A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. [...] é antes a história da formação de um tipo novo

pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. (ROMERO, 1980, p. 54).

Na citação acima, o autor demonstra como a história brasileira constitui-se na sua particularidade e por isso deve obedecer a um princípio de nacionalidade: “A história do Brasil não é [...] a história exclusiva dos portugueses na América.” Para compreender este caráter particular o historiador precisa, então, considerar a mestiçagem “do sangue e das idéias”, composta pelo “português, negro, índio, meio físico e a imitação estrangeira.” É interessante notar que Romero abre nesta idéia uma porta para a mestiçagem cultural: aquilo que chama de “mestiçagem das idéias”.

Para Manoel Bomfim, o objetivo da sua obra *América Latina Males de Origem* não é enfatizar a constituição da singularidade do povo, embora seja a temática do último capítulo, cuja relevância não despreza. Porém, este autor tem como alvo explicar, historicamente, a formação nacional brasileira (e dos latino-americanos em geral) de modo a compreender os motivos pelos quais estes povos se apresentam em determinadas condições sociais e econômicas e não outra, visto que “[...] são povos que possuem todos os elementos para ser prósperos, adiantados e felizes, e que, no entanto, arrastam uma vida penosa e difícil: porquê?...” (BOMFIM, 1993, p. 50). Neste caso, a particularidade para Bomfim seria a especificidade das condições econômico-sociais dos povos.

É importante lembrarmos que durante todo o Império e início da República, a preocupação com a imagem do Brasil no exterior é constante no pensamento da elite intelectual e política do país, isso se deve, segundo Ortiz (1988), à vontade de reconhecimento que as classes dominantes almejam em relação as nações européias. Por outro lado, revela a dependência em

relação aos valores europeus e o esforço de esculpir um retrato de Brasil condizente com o imaginário civilizado. Isso explica a abordagem histórica de Silvio Romero - cujo objetivo é reforçar a singularidade da nação - que caminha a alcançar o desenvolvimento das nações européias. Para Manoel Bomfim, essa relação entre nações ressalta as diferenças entre países civilizados e atrasados (desenvolvidos e subdesenvolvidos), sendo a situação do Brasil a mesma de toda a América Latina. As questões econômicas e as condições sociais da população são expressivas na comparação entre um povo e outro. Assim, para este autor, a definição histórica da nação dar-se-ia a partir da compreensão sobre as condições econômicas de sua formação. As práticas políticas e econômicas seriam responsáveis por direcionarem a formação nacional, em especial, a herança dos povos portugueses na constituição das nações latino-americanas.

Temos assim, o campo de preocupações que direciona a forma como estes autores buscam dar legitimidade aos seus escritos. Enquanto Manoel Bomfim busca evidenciar os problemas da formação da nação, como um “educador” que tende a evidenciar os erros cometidos e a formação que precisa ser orientada através de uma ciência, Silvio Romero, através do papel do intelectual da sociedade, tem em vista dar uma forma à construção da realidade brasileira, e com isso propor o entendimento dos problemas existentes. Neste campo, o “educador da sociedade”, Manoel Bomfim buscou as causas do atraso político e social enquanto Silvio Romero, destinado a desempenhar o papel do “intelectual da sociedade” teve em vista “exibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros. (ROMERO, 1980, p. 68-69).

Para Silvio Romero, um povo que se forma possui uma dinâmica própria que deve ser estudada. Sobressai em suas palavras a questão de saber sobre “o que consiste nossa pequenez e o que devêramos fazer para ser grandes” (ROMERO, 1980, p. 57).

O autor entende que na comparação com as outras nações, o Brasil teria particularidades que o faria “pequeno” quando poderíamos ter chegado ou alcançado um outro patamar de “evolução”. Podemos considerar uma possível resposta do autor ao diagnóstico de Manoel Bomfim sobre o fato de que os povos latino americanos seriam “povos, que possuem todos os elementos para serem prósperos adiantados e felizes e que, no entanto, arrastam uma vida penosa e difícil.”

Esta preocupação comum de Silvio Romero e Manoel Bomfim favorecia colocarem-se como “homens de ciência”. Ou seja, entendiam que o dever dos estudiosos e do estudo científico era o de orientar as práticas políticas no sentido de adequá-las à evolução (desenvolvimento) da nação. Assim, podemos observar na obra de Manoel Bomfim quando o autor comenta que as nações latino-americanas sofrem dos mesmos males das nações colonizadoras, Portugal e Espanha:

[...] uma geral desorientação, porventura um certo desânimo, falta de atividade social, mal-estar em todas as classes, irritação constante e, sobretudo, uma fraqueza tão acentuada, que a muitos se afigura, também, como uma incapacidade essencial a manterem-se soberanas e livres a par dos outros povos. (BOMFIM, 1993, p. 54).

Neste sentido, o estudo da formação nacional evidenciaria as causas dos problemas vividos (atraso cultural) e orientariam a evolução do país. Essa era uma obrigação dos “homens de ciência” que ajudaria o homem da política.

Deste modo, temos desvendado o que está em jogo nesta disputa intelectual entre o “educador” e o “intelectual da sociedade”, em especial, quando Silvio Romero responde a obra de Manoel Bomfim, *América Latina Males de Origem* através da obra *América latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*:

[...] trata-se n'um e n'outro livro de descobrir a causa originária, constitucional, orgânica, dos males que nos oprimem, dos defeitos que nos afeiam como nação, causa sempre oculta aos politíqueiros de todos os tempos, que se arrogaram o direito de dirigir os nossos destinos. (ROMERO, 1906, p. 11).

Em comum, tanto Romero quanto Bomfim, acreditam que apenas o “homem de ciência,” livre dos interesses políticos, mergulhado nas novas teorias, poderia realizar este estudo. Normatizam, assim o campo intelectual. Logo, o embate de Silvio Romero com Manoel Bomfim reside na forma de análise científica, destacando-se a questão da neutralidade como fundamental. Manoel Bomfim, entretanto, considera esta neutralidade passível de “contaminação” por parte de outros interesses:

[...] Pobres almas!...Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!. (BOMFIM, 1993, p. 35-36).

A ausência de neutralidade científica foi a principal arma de crítica de Silvio Romero, pois remete ao sentido de sua ação na configuração do campo intelectual. Esta condição de homem de ciência era utilizada para produzir legitimidade e reconhecimento de suas competências. Portanto, no próximo item, buscamos elucidar quais foram as polêmicas de Silvio Romero a obra de Manoel Bomfim que estão expostas na: *América latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*:

3.2. A crítica de Silvio Romero a Manoel Bomfim

Uma das questões que se destaca na crítica de Silvio Romero à Manoel Bomfim com relação a *América Latina Males de Origem*, diz respeito a acusação de que haveria contradições na estrutura do texto da obra do autor, desqualificando, com isso, a cientificidade da obra e a

posição de “intelectual da sociedade”. Uma destas contradições seria relativa ao fato de apresentar as nações latino-americanas como vítimas da calúnia européia, ao mesmo tempo, que teria considerado o novo continente cheio de deprimentes mazelas. Também estaria fora de propósito, para o “intelectual da sociedade”, a construção pessimista das nações latino-americanas através da teoria do “parasitismo social” e a crítica aos intelectuais europeus por emitirem esta mesma construção. Nesse aspecto, incomoda a Silvio Romero a crítica que Manoel Bomfim, o “psychologo do pedagogium,” faz ao psicólogo francês Le Bon, por considerar os povos latino-americanos decaídos quando Manoel Bomfim também assim os apresenta.

A diferença teórica não é mencionada por Romero na avaliação entre Manoel Bomfim e Le Bon, pelo contrário, apresenta uma luta de opiniões isenta de um arcabouço teórico de suporte. Ou seja, haveria, na posição de Romero, uma disputa pelo prestígio no campo intelectual e, às vezes, a retórica parecia mais importante que a análise. No entanto, sobressai a referência de Silvio Romero à Manoel Bomfim como “psychologo do pedagogium”, mostrando que o identifica como “homem de ciência”, ou seja, que fala a partir de uma instituição, mas que não possui o mérito para dissertar sobre a realidade brasileira.

Um outro erro que desqualifica a ação intelectual de Manoel Bomfim, segundo Romero, concentrar-se-ia na possível alteração dos fatos históricos, particularmente na formação dos povos ibéricos. Este fato, segundo Romero, revelaria apenas o interesse de Manoel Bomfim em produzir um discurso intelectual para provar erudição à custa de cópias de trechos da obra de Oliveira Martins, Rocha Pombo e na utilização da teoria de Vandervelde.

Silvio Romero crítica a teoria do “parasitismo social” sugerindo que este conceito teria apenas o valor de metáfora e, embora tivesse sido utilizada por Ives Guyot em *La Science Economique*; A Bordier em *La Vie des Societes* e por E. Demolins em *La Science Sociale*, não constituía um conceito para a análise científica de um povo, visto que “o parasitismo social, no

que tem de real, é sempre a excepção num povo dado; absurdo é suppô-lo estendido por uma nação inteira. Não poderia ella subsistir e menos ainda representar uma funcção histórica distinta”. (ROMERO, 1906, p. 40)

O último ponto desta contenda que reflete as diferentes formas de análise científica em jogo, reside nas fontes utilizadas por Manoel Bomfim, principalmente, na reconstituição da etnografia da Península Ibérica. Silvio Romero cita Jubainville, Lefèvre, de Bertrand, Dozy, Mommsen, Bukcle, Pompeyo Gener, Hubner, Pérez Pujol, Francisco Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, Basilio Telles, como autoridades neste assunto e que levariam Bomfim a aprender:

[...] com segurança, a vêr o papel historico d’esses godos, d’esses francos, d’esses scandinavos, d’esses saxões, d’esses germanos, em summa, ácerca dos quaes o sr. Bomfim repete blasphemias e dispauterios, indignos dúm homem de cultura, por pequena que seja (ROMERO, 1906, p. 67).

Silvio Romero recomenda a Manoel Bomfim estudar a *Historia da formação particularista – A origem dos grandes povos atuais*, de Henri de Tourville e os trabalhos de Ed. Demolins na revista *La Science Social*, assim como os realizados por Elisée Réclus, *Nouvelle Geographie Universelle*, para compreender a história sobre a formação dos povos europeus, ou seja, devia apreender a perspectiva daquele que se coloca como o “intelectual da sociedade”.

Interessante que para Silvio Romero há uma luta entre o “sentir” e o “pensar” de Manoel Bomfim sobre a formação da nação brasileira e, sobre este aspecto, se propõe a avaliá-lo. Esta justificativa é a mesma que utiliza para avaliar Machado de Assis e os demais intelectuais que propuseram uma representação sobre a realidade brasileira.

Na *História da Literatura Brasileira*, Silvio Romero avalia os intelectuais representativos de cada época histórica, apontando os que avançaram na representação de um pensamento

nacional e os que não foram significativos na evolução do pensamento brasileiro, bem como aqueles que chegaram a expressar o sentir e pensar do povo.

É importante lembrarmos que todo aquele que produzia obra literária sobre o Brasil, compunha referência para o pertencimento ao campo político, assim como, a participar das reuniões nos salões e espaços consagrados da elite política do país. A crítica de Silvio Romero a Manoel Bomfim coloca-nos a observar estas relações de poder em jogo na configuração do campo intelectual, pois Silvio Romero coloca-se na posição de eleger quem seria representativo do pensamento brasileiro e, por isso, poderia assim ser reconhecido. Isto significava o reconhecimento em determinados espaços sociais, assim como no campo intelectual do país. No próximo item, mostramos como Manoel Bomfim e Silvio Romero concebem a importância do intelectual, deixando cada vez mais claras as posições que defendem em seus escritos.

3.3. O papel do intelectual

Considerando que a realidade brasileira deveria ser observada e estudada, Manoel Bomfim e Silvio Romero dedicam-se ao estudo científico do Brasil. Ambos estiveram preocupados em identificar as causas que incidem na formação do povo e que prejudicavam o seu desenvolvimento. Com seus estudos, deduzem o programa de ação eficaz para o progresso da nação tendo em vista o desenvolvimento das nações européias, já que:

Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país. (ROMERO, 1980, p.59).

Para estes intelectuais, era necessária a adaptação de teorias européias para pensar a realidade brasileira. O papel do intelectual residia em utilizar novas teorias que possibilitassem orientar reformas sociais e políticas, porém era necessário não apenas conhecer estas novas idéias, mas também a cultura brasileira. Segundo Romero,

Eis o grande problema, eis o ponto central de todas as tentativas de reformas entre nós, e eis por onde eu quisera que começassem todos os portadores de novas idéias para o Brasil, todos os transplantadores de novas filosofias, de novas políticas, de novas escolas literárias. (ROMERO, 1980, p. 60).

A questão estaria, portanto, no desafio de empregar tais teorias na justa medida, e na adaptação à realidade brasileira. Nesse aspecto, Manoel Bomfim e Silvio Romero avaliavam o papel dos intelectuais, em especial, no uso do discurso científico.

Para estes autores, a ciência ganhara o lugar das explicações teológicas e de senso comum por meio das quais – até então – explicava-se os povos e suas culturas. Com isso, aproximam-se do campo científico em formação na Europa, onde os regimes políticos e sociais, assim como o comportamento humano, fora teorizado pela concepção evolucionista, positivista e darwinista social. A autoridade dos teóricos europeus e norte-americanos pautava-se em conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis sociais.

No entanto, o intelectual no Brasil era aquele que vivia do ócio, principal traço de distinção destes homens livres e não proprietários. A valorização do caráter científico do intelectual nas obras de Silvio Romero e Manoel Bomfim expõe as mudanças sociais que buscavam para assegurar suas posições. Seus escritos reforçavam as necessidades a serem observadas pela elite dirigente do país, uma forma de obterem espaço numa estrutura social hierárquica e de clientelismos.

Favorece a esta postura de intervenção no campo das idéias, as mudanças ocorridas nas cidades portuárias. O intelectual “madarim” prestigiado por possuir cultura, agraciados por prebendas e empregos, cooptados pelos proprietários de terras converte-se cada vez mais no trabalhador assalariado. Por isso optamos por falar, no próximo item, da importância que a ciência tem, para estes intelectuais, enquanto ação política, já que temos dois “homens de ciência” que buscaram orientar a política do país. Sendo esta postura também uma disputa daquilo que acreditavam ser uma necessidade para o campo político, ou seja, a postura do “intelectual” representativo do perfil de Silvio Romero e do “educador”, o qual representaria o perfil de Manoel Bomfim.

3.4. Ciência e ação política

Haveria, tanto para Silvio Romero quanto para Manoel Bomfim, um equívoco na perspectiva dos condutores da nação. De acordo com Silvio Romero, “tomaram esses pretensos estadistas meros symptomas por causa eficiente, etiológica, e andaram sempre, como era fatal, de erro em erro, de queda em queda, perdidos nos meandros dum empirismo desoladoramente improfícuo.” (ROMERO, 1906, p. 11). Manoel Bomfim aponta para o mesmo problema, verificando que os

[...] estadistas de vistas curtas emitem os seus famosos axiomas: o mal vem da instabilidade dos governos, das revoluções freqüentes, da irregularidade do câmbio, do papel-moeda inconversível, da falta de braços...é toda a série dos sintomas de atraso, apresentados como causa; e, então, os mais corajosos resolvem, cada um por seu turno, combater aquela causa que eles acreditam ser a principal. (BOMFIM, 1993, p. 50).

Silvio Romero destaca as práticas políticas no parlamento carregadas de vícios desenvolvidos no regime monárquico, e a incompetência das práticas dos “homens de governo” que não estudam as condições reais do país. Questionando a falta de fundamento científico dos projetos políticos, acusando a elite política de “macaqueação,”isto é, de imitação. Apenas o estudo científico do país evidenciaria os velhos erros que se repetiam na República. A ciência aparece como a única capaz de orientar as práticas políticas e econômicas, e elucidar os problemas sociais. Segundo Manoel Bomfim:

Hoje conhecemos a humanidade, e toda ela nos interessa; vê-la solidária, unida, aliviada de toda opressão, aproveitando em comum, segundo as necessidades de cada grupo, os recursos que a ciência tem revelado, é o ideal de todos que tem um ideal. (BOMFIM,1993, p. 34).

Acreditando que a ciência é a propulsora do bem comum, como grande parte dos pensadores europeus do século XIX, Manoel Bomfim julgava um ideal defendê-la. Mas, assim como para a maioria dos seus contemporâneos, a concepção científica de Manoel Bomfim e Silvio Romero foi construída no processo de crítica ao regime monárquico e na desilusão com a República. Neste momento, se busca consolidar o reconhecimento dos intelectuais como portadores de um conhecimento do qual não compartilharia a classe dirigente:

[...] não examinando nem conhecendo a realidade da vida, os homens públicos desconhecem também as causas reais deste mal-estar permanente – as dificuldades econômicas, que mais se agravam com os remédios postos em prática a conselho de economistas livrescos. (BOMFIM, 1993, p. 182).

Manoel Bomfim e Silvio Romero acreditavam que o conhecimento da história do país era fundamental para iluminar as ações no presente. O fracasso republicano, para estes intelectuais, está na incapacidade da elite política em realizar mudanças, ou mesmo pequenas adaptações às

instituições transplantadas da Europa para o solo nacional. A solução seria compreender a formação da nação de modo a adequar os elementos pertinentes para o seu progresso. De acordo com estes pensadores, os órgãos políticos nascem de condições peculiares do viver de cada nacionalidade; a importação de constituições, leis e instituições de outros povos explicariam os fracassos existentes no campo político. Neste aspecto, o discurso científico fornecia legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que apresentavam o país. As premissas científicas eram a “[...] senha de entrada no debate público da época e o recurso legitimador das diferentes fórmulas indicadas para a construção de uma sociedade progressista nos trópicos” (COSTA, 1994, p. 115).

Ainda que concordassem que o conhecimento científico fosse central para compreender e traçar os destinos da política e da nação, os termos desta compreensão científica, os princípios norteadores dela, era o principal conflito político entre eles. Mas concordavam que as autoridades governamentais não conheciam o povo:

As autoridades não têm nenhuma afinidade com as populações naturais, são-lhes inimigas, se bem que as conheçam mal; não se cuida nem de privar com os povos, nem de estudar as suas tendências e necessidades.” (BOMFIM, 1993, p.143).

Assim, Manoel Bomfim e Silvio Romero fortalecem a posição do intelectual para orientar os rumos a serem adotados no Brasil, propondo, particularmente, uma análise científica da realidade brasileira como produto da História. O debate das posições dos dois autores que expomos abaixo continua tendo como referência as obras *América Latina Males de Origem* produzida em 1903 e a *História da Literatura Brasileira* de Silvio Romero, (1. ed. 1888; 2. ed. 1903).

Na obra de Manoel Bomfim, há uma forte crítica à elite política no Brasil e ao fracasso das instituições públicas como produto da mentalidade ibérica produzida historicamente, e que explicaria os problemas existentes nestas instituições. Para Bomfim, os povos portugueses viviam na ignorância e opressão jesuítica, a mentalidade religiosa havia impedido o desenvolvimento do espírito público em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil, os quais haviam ficado restringidos a vícios e medos:

Amparada pelo Estado – ou melhor, amparando-se um ao outro – a Igreja estende a sua trama sobre a nova sociedade que se vai formando; escraviza os espíritos, assegura a obediência das populações, semeia supertições, de modo a tornar quase impossível qualquer tentativa de reforma e progresso social. (BOMFIM, 1993, p.117).

Por outro lado, através de reformas institucionais que pudessem intervir na vida social da população e a presença de um Estado que, igualmente, interviesse na economia do país, seria possível superar esse espírito de atraso social. Silvio Romero, na posição oposta, menciona que as questões de caráter social e econômico não dependeriam da ação do governo geral, pois o progresso do país concentrar-se-ia na descentralização administrativa e econômica, a dinâmica da nação não estaria subordinada à ação centralizadora de um Estado político, como poderia ser verificado no desenvolvimento da história brasileira. Coubera à nação, historicamente, imprimir a direção e feição do Estado. Para esse autor, existe uma unidade étnica do país e esta que deve ser estudada para orientar os projetos políticos a serem adotados no Brasil:

O Brasil possui uma certa unidade étnica que lhe tem garantido a existência até hoje. Mas esta unidade não deve ser perturbada com a ingestão sistemática de elementos estrangeiros em privilegiada zona do país, nem deve ser posta em prova com um projeto perigoso de federação. (ROMERO, 1980, p. 44).

Como já comentamos, Manoel Bomfim aponta no sentido inverso, o Estado guiaria e ainda manteria em suas mãos a dinâmica da nação, aquela que iniciara com o debate sobre a

imigração europeia nas câmaras dos deputados e no parlamento, e que principalmente após a proibição do tráfico de escravos e Lei de Terras, em 1850, negava à população negra e indígena a capacidade de compor a mão-de-obra livre.

Sobre a questão da imigração europeia, Silvio Romero e Manoel Bomfim introduzem uma questão importante: a valorização do trabalhador nacional, o ex-escravo. Uma questão colocada no cenário intelectual e político de 1888 e 1905 e que é um tema importante em suas obras na forma como pensam a formação do povo brasileiro.

Na obra *História da Literatura Brasileira*, a imigração europeia apresenta-se como possibilidade de ensinar ao “proletariado ex-escravo” as novas técnicas de trabalho. Este último, entretanto, deveria ser privilegiado como mão-de-obra, apesar da miscigenação racial fazer de ambos um único povo, o brasileiro.

Na obra *América Latina Males de Origem*, Manoel Bomfim critica a crença sobre a imigração europeia como força de progresso, e os Estados Unidos como exemplo a ser adotado. O verdadeiro progresso significaria, “estabilidade e liberdade das instituições políticas, boa justiça, instrução popular e atividade social” (BOMFIM, 1993, p. 177).

Ainda segundo Bomfim, no Brasil, dadas as condições sociais “inferiores”, a imigração europeia fomentaria a instabilidade social, impediria a assimilação e provocaria ressentimento e ódio das populações naturais. Era necessário melhorar as condições sociais do país para que a imigração fosse algo positivo, pois:

Quem imigra, emigra para melhorar de sorte, e não para organizar nações e fazer pátrias; e, quando o faça, há-de fazê-lo para si, e não para quem se confessa por si mesmo incompetente. (BOMFIM, 1993, p. 178).

Para Manoel Bomfim era preferível substituir a imigração pelo fortalecimento da educação, indústria e o desenvolvimento da ciência que valorizassem o trabalhador nacional. Na

sua obra, quando fala de trabalhador nacional refere-se aos ex-escravos e à população que se formava entre a camada de senhores e a de escravos e que representava a mão-de-obra livre no país. Esta fora marginalizada em virtude da predominância do trabalho escravo e não dispunha de interesse em tornar-se escrava. Esta população, os ex-escravos e os homens pobres e livres, para Manoel Bomfim, deveriam ser educados para compor a nova mão-de-obra do Brasil.

Por outro lado, o incentivo à imigração ainda não havia introduzido entre os “homens da política” uma proposta de absorção do proletariado nacional e/ou reforma agrária. Nesta posição, os autores em estudo foram incisivos, Manoel Bomfim através da valorização da educação popular como meio de integrar a população ex-escrava na nova ordem social. Silvio Romero na proposta de colonização de pequenas propriedades divididas entre nacionais e imigrantes, diz:

A divisão progressiva das terras tem duas faces principais: a das nacionais e a das particulares. Naquelas o governo fará bem em distribuí-las aos colonos, dando sempre a preferência aos nossos patrícios; porque este é o direito deles. Nas outras, isto é, a redução dos latifúndios, não é cousa que se decrete; irá se fazendo por si progressivamente. Pode ser auxiliada por medidas indiretas. (ROMERO, 1980, p. 46).

A preocupação de Silvio Romero era com a agricultura como força econômica. Sobre a questão educacional, a população precisava ser educada para o exercício do *self-government*, em especial, na organização municipal, cujos representantes deveriam criar a “aptidão” e “gosto” para a gestão direta de seus negócios. Nas reformas educacionais, porém, posicionou-se entre as mudanças do ensino superior, enquanto Manoel Bomfim defendeu o ensino popular “técnico-profissionalizante,” tendo em vista o desenvolvimento da indústria, da ciência e a concretização do regime político democrático.

No debate sobre as questões do campo econômico, o conflito entre Bomfim e Romero torna-se latente, em especial, por contar com o recurso da História para a defesa de suas posições

sobre como orientar os homens da política. Assim, Manoel Bomfim critica a imposição histórica de Portugal à colônia sul-americana, de economia de monocultura, para ele era uma característica de atraso neste campo. Para Silvio Romero este fato histórico não havia sido realizado, porém não o vê como negativo para o presente do país:

[...] quando a realza o tivesse pretendido, teria feito muito bem, teria mostrado um alto discernimento econômico, político, teria –se antecipado aos moderníssimos pensadores e reformistas que todos à uma, proclamam o erradíssimo caminho tomado pelo louco industrialismo moderno, que .., pelo absurdo de sua hiperprodução, chegando a cavar a própria ruína. Todos pregam a volta a terra, a volta à lavoura como a solução da doloríssima situação moderna. (ROMERO, 1906, p. 189).

A luta entre diferentes projetos econômicos nas primeiras décadas da República - o agrarismo e o industrialismo – fez Silvio Romero contrapor não apenas a análise histórica de Manoel Bomfim, mas dar exemplos contemporâneos sobre os caminhos de prosperidade neste setor, pois “o comercio e a industria são boas, mas como força nacional e princípio de conservação a agricultura é superior.” (ROMERO, 1906, p. 188). A Argentina serve de modelo,

Sirva-nos de exemplo a Argentina desde quando se compenetrou que deveria ser essencialmente agrícola, achou o caminho da salvação, tem o pão e a carne para comer e para exportar; não se perdeu no pilhar dúm industrialismo bastardo para inglês ver. (ROMERO, 1906, p.187).

Silvio Romero defende a vocação agrária brasileira em oposição ao que chama de industrialismo bastardo, isto é, sem fundamento na vida histórica e econômica nacional, até então baseada na grande propriedade e na agricultura. Com os elementos discutidos neste capítulo podemos agora melhor evidenciar as posições de Manoel Bomfim e Silvio Romero sobre como concebem a formação do povo brasileiro, tema do nosso próximo item.

3.5. O povo em debate: identidade e formação

3.5.1. O debate no campo das ciências naturais

De acordo com Silvio Romero, para compreender a formação do povo brasileiro e o seu desenvolvimento histórico é preciso dialogar com as teorias de Hebert Spencer que explica a sua marcha evolutiva. Nesta posição, estabelece o debate intelectual com as teorias da história do Brasil que trazem no seu bojo as diferentes explicações sobre a formação do povo brasileiro. A primeira entre elas refere-se ao projeto *Como se Deve Escrever a História do Brasil* (1845), de Carl Frederic von Martius, e as proposições de Henry Thomas Buckle, dadas na *História da Civilização na Inglaterra* (1857), onde ocupou oito páginas sobre o país.

No trabalho de Martius, o estudo das raças não fora suficientemente trabalhado. Segundo Romero, a descrição não tomou o lugar dos nexos causais da contribuição de cada raça, particularmente, do mestiço:

A determinação precisa do que devemos, em nossa vida geral, aos três fatores principais de nossas populações, nem por sombra se acha nessas linhas do ilustre autor da *Flora Brasiliensis*, que também e principalmente deixou em completo esquecimento o ponto fundamental do problema: - o mestiço, sobre o qual peculiarmente se deve insistir, estudando amplamente o especial quinhão de cada fator e definindo o caráter do resultado. (ROMERO, 1980, p. 62).

Sobre o determinismo climático, Silvio Romero pondera as colocações de Henry T. Buckle. Para o escritor inglês, na civilização moderna predomina a ação do homem sobre as leis da natureza. O Brasil seria exemplo do inverso, em que esta lei - os ventos alísios, as chuvas torrenciais, os miasmas - tornaram a natureza superior ao homem, mantendo-o no estado de barbarismo. Segundo Silvio Romero,

Esta doutrina, além de ser falsa na descrição geral do clima brasileiro, é em demasia exterior; é cosmológica demais. Em sua pretensiosidade de explicar puramente pela física do globo as civilizações primitivas e atuais, é incompleta e estéril. (ROMERO, 1980, p. 63).

Faltaria na teoria de Buckle explicar porque a ação do meio sobre as raças imigradas para o Brasil levaram-nas a tomarem certa direção e não outra. Isto significaria que há qualidades essenciais dos grupos humanos que reagem à ação do determinismo climático. Assim, posiciona-se quanto a isso do seguinte modo:

O meio não funda uma raça, pode modificá-la e nada mais. Deve-se neste assunto, contar com o fator humano, isto é, com uma força viva, preste a reagir contra todas as pressões por intermédio da cultura. (ROMERO, 1980, p. 99).

Por outro lado, Romero crê que o clima e a alimentação sejam importantes na formação do povo, e acredita que um regime dietético fortaleceria mais a nação do que um bom regime político. Cita Michel Lévy sobre a influência do clima e da alimentação na formação orgânica dos povos, em especial, de clima equatorial:

A constituição dos indígenas testemunha a influência enervadora do clima: todos os observadores assinalam neles o contraste da fraqueza radical, do relaxamento dos tecidos, da indolência e da apatia, com a exaltação do sistema nervoso, o fogo das paixões, os borbotões desordenados de atividade física e moral. O enfraquecimento geral destas raças é também favorecido pela natureza do regime alimentício, pouco reparador no fundo, apesar dos condimentos incendiários com que se esforçam para despertar a inércia de seus órgãos digestivos enfraquecidos pelos excessos venéreos, que cometem pelo estímulo especial do clima, pelas desordens de toda a espécie a que as levam sua luxúria natural, a ociosidade e o despudor dos costumes. (ROMERO, 1980, p. 92).

Manoel Bomfim, apenas numa única passagem de sua obra, revela pensar a influência climática como fator que afeta na capacidade da população em relação ao sistema e na qualidade do trabalho:

[...] se há nesses naturais incapacidade essencial para o trabalho e a atividade, ela é efeito do clima, e se manifestará fatalmente sobre qualquer raça ou gente que aqui se aclimate. A vida num país quente obedecerá sempre às condições que o clima oferece; e, neste particular, as raças já aclimadas oferecem, forçosamente, vantagens sobre as recém-chegadas. (BOMFIM, 1993, p.181).

3. 5.2. O debate no campo da literatura

Para Silvio Romero, a crítica literária também é um campo de estudo da História do Brasil e da formação do povo brasileiro, assim cita Teófilo Braga como exemplo de estudo da vida literária brasileira, cuja obra exprimiria a formação do povo.

Nos artigos *Questões de Literatura e Arte Portuguesa* (1877), Teófilo Braga expõe a tese do arianismo para explicar a procedência do lirismo. Este escritor tem como base a origem da humanidade nas populações *turanas* descendidas da Ásia para a Europa, dividindo-se em dois grupos - os baquicefalos e dolicocefalos - sendo a América do Norte representada pela migração do primeiro grupo e a América Meridional pelo segundo grupo.

Em posição oposta, Romero critica a teoria monogenista sobre a origem dos povos num único centro, seja ele na Ásia ou África. Para isso, apóia-se nas teorias de Lund, Morton e Paul Broca e na refutação das teorias de Retzius, Pruner-Bey e Max-Müller sobre a origem dos habitantes primitivos da Europa. Estas críticas possibilitaram enfatizar o desenvolvimento singular do povo brasileiro, afastando o “velho estribilho duma pretensa cultura dos povos do Brasil, que por imensas catástrofes retrogradaram.” (ROMERO, 1980, p. 65).

O estudo científico das raças americanas - Tupis Guaranis - com os trabalhos de craniologia, lingüística e arqueologia reforça a especificidade da formação do povo brasileiro. Segundo Romero, neste solo uniram-se raças distintas o que contribuiu para a constituição de uma “sub-raça” “mestiça e crioula”, distinta da européia.

O brasileiro seria composto de brancos arianos, índios Tupi-guaranis, negros Bantos e mestiços das três raças. O número de mestiços aumentaria enquanto diminuiria o de índios e negros em virtude da miscigenação racial e condições sociais. Centra-se no mestiço, “a genuína

formação histórica brasileira.”Neste aspecto, a literatura expõe a formação da brasilidade ao expressar o produto do cruzamento físico dado nas idéias e sentimentos dos escritores:

Daí uma grande confusão no conjunto das crenças e tradições brasileiras, que encerram elementos contraditórios de todas as fases do pensamento. (ROMERO, 1980, p. 103).

Também para Manoel Bomfim é possível observar o quanto a literatura expressa a história do Brasil, através do sentimento moral de seus escritores. Resultado não do determinismo biológico, mas das condições econômicas vividas, bem como das relações sociais, produto desta condição. Assim se refere a Portugal, em que:

Todas essas misérias íntimas refletem-se fielmente na literatura. O que era no século XVII a moral pública vê-se (e com todo o relevo de uma pena sarcástica e inexorável) na Arte de furtar do padre Antônio Vieira. (BOMFIM, 1993, p. 115).

Entretanto, para Romero havia uma distinção entre história e literatura. Oliveira Martins, fonte principal de Manoel Bomfim, é citado por Silvio Romero como exemplo de construção dramática da História do Brasil contada a partir das lutas entre jesuítas e portugueses, um dualismo que representaria um fato isolado e não os caminhos da evolução do Brasil. Oliveira Martins é visto como “romancista da história” o que retiraria o caráter científico da construção histórica de sua obra.

3. 5.3. A formação social do povo brasileiro

Manoel Bomfim, em sua obra *América Latina Males de Origem*, não chega a falar em “povo brasileiro”, mas em “povo americano” formado através da estrutura social construída no processo de colonização portuguesa, que é caracterizada pela divisão social entre senhor e

escravo. Segundo o autor, “[...] entre uma e outra dessas duas classes, se foi formando uma terceira, que se apresentará então como o novo elemento americano.”(BOMFIM, 1993, p.118).

O “povo americano” traria, em sua formação, a expressão de sua condição social, dada pela organização econômica do país. Esta organização, assentada no sistema escravocrata durante a Colônia e o Império, teria reduzido a população à ignorância e a abjeção.

Para o autor, desde a chegada dos portugueses no Brasil, a população nativa que não foi exterminada, passou pelo processo violento de escravização que impediu a constituição de uma sociedade com hábito de trabalho pacífico. A introdução dos africanos, não alterou a relação espoliativa entre senhor e escravo, a qual o autor transpõe para a semelhança da relação entre animais “parasita” e “parasitário.” Para o autor, o parasitismo social, por sua vez, seria uma consequência do caráter dos colonos portugueses, “retrógrados por educação.” Estes não souberam aprimorar o trabalho e introduzir novas atividades, o que, consequentemente repercutiu no modo de tratamento da população.

A relação entre senhor e escravo impediu de formar a “população agrícola rural, ativa, vigorosa, laboriosa, educada e fortalecida pelo trabalho, filiada ao solo, interessada na produção.” (BOMFIM, 1993, p.133).

A escravidão na América do Sul resultou na “objeção moral”, “degradação do trabalho,” “embrutecimento” e “aniquilamento” do trabalhador. A população, de ignorante e oprimida, teria voltado às condições do selvagem primitivo. Esta condição responde a negação da existência de um povo no Brasil, como mencionado pelos teóricos da perspectiva darwinista social, em especial, Le Bon e Agassiz.

Os teóricos mencionados acima consideravam a existência de uma inferioridade biológica que impossibilitaria o aperfeiçoamento de determinados povos. Esta ciência, na palavra de Manoel Bomfim, traduz a “desigualdade atual, e as condições históricas do momento, como a

expressão do valor absoluto das raças e das gentes – a prova da sua aptidão ou inaptidão para o progresso”. (BOMFIM, 1993, p. 244).

Para Bomfim, a ausência de reflexão sobre as “condições históricas” que favoreceram a dominação de um povo sobre o outro naturalizou o processo de colonização, escravização e extermínio de povos, identificando nesta luta a superioridade inata de um povo em relação ao outro. Deste modo, Manoel Bomfim nega as proposições de Gustavo Le Bon sobre as nacionalidades sul-americanas, em que “todas elas, sem exceção chegam a esse estado em que a decadência se manifesta pela mais completa anarquia e em que os povos só têm a ganhar em ser conquistado por uma nação bastante forte para os dirigir”. (BOMFIM, 1993, p.315).

Le Bon aparece a Bomfim como exemplo de pesquisador que utiliza a América do Sul para comprovar suas teorias, em especial, ao identificar o atraso social com determinantes biológicos de um povo. De acordo com Manoel Bomfim a inferioridade do povo deve-se:

A extensão dos instintos egoísticos das classes parasitas, o ócio, a devassidão, a degeneração em suma, que se manifestam fatalmente sobre os exploradores, mantêm estes últimos numa situação de relativa inferioridade. (BOMFIM, 1993, p.123).

O Estado seria o principal agente responsável pela caracterização do povo. Segundo o autor, desde a colonização o objetivo da administração política foi garantir o máximo de tributos e extorsões, neste meio a população constituía-se com ódio e desconfiança das autoridades. O autoritarismo ‘egoístico-conservador’ reduziu a população à ignorância e à abjeção. Assim, o “povo americano” só pode nascer nos:

[...] núcleos de refugos, revéis, escravos fugidos, índios sobreviventes, aos massacres, um ou outro branco desgarrado...e que deram origem a essas populações que, em várias partes do sertão, vêm vivendo sob o regime de um comunismo primitivo – terras de heróis, lavrando algumas nesgas de mandioca, e explorando a caça e a pesca como os selvagens de outrora, sem estímulos, ignorantes, apáticos, sem educação do trabalho, carregando os resíduos de ódios das populações martirizadas. (BOMFIM, 1993, p. 131).

Para Manoel Bomfim é através da condição social que se analisa um povo. Sua inferioridade é resultado da falta da ação benéfica e pacífica dos poderes públicos como: higiene, justiça, escolas, obras de interesse público. O papel do Estado político é estudar as tendências e necessidades do povo, preparando-os na “educação do trabalho” e “instrução popular”

O conselheiro Rodolfo Dantas, inspirado nas reformas de Jules Ferry, leis de 1880 – 83, sobre os ensinos leigos, gratuitos e obrigatórios, apresenta semelhante proposta em 1882 defendendo a responsabilidade mútua entre coroa (poder central) e os governos provinciais na instrução popular nas províncias. Inglês de Souza quando presidente provincial de Sergipe, em 1881, incentivou o ensino profissional para que os homens livres substituíssem a mão-de-obra escrava. Também lutou para a abolição da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas primárias.

Esta aproximação com os liberais republicanos como Rodolfo Dantas, Inglês de Souza e Silvio Jardim também se realiza ao responsabilizar a escravidão pelo problema da inferioridade do povo. Embora ressalte a existência de uma apatia do povo às questões de ordem política em virtude das condições sociais de miséria e opressão, exalta os movimentos liberais desencadeados em 1817 e 1848 nas cidades portuárias como movimentos oriundos do povo brasileiro.

Para o autor, a população que se forma a parte da relação entre senhor e escravo, constituiu a força de ruptura com a ordem social na colônia. Entretanto, Manoel Bomfim está longe da dialética hegeliana, em que, o escravo é a negação libertadora da sua condição de classe. Ao contrário, deposita na população livre as transformações da sociedade brasileira, pois foi ela que esteve preparada a “reclamar” seus direitos e entrar em choque com os funcionários da metrópole. Em virtude desta população tem-se a

[...] luta que não findará mais, entre a classe privilegiada pela tradição, pela pátria de origem, solidarizadas pelo egoísmo coletivo, ciosa dos seus direitos, garantida pela fortuna, fortalecida pela autoridade, gozadora indisputada até então, senhora absoluta de toda a riqueza e de todas as posições- e a luta entre ela e as novas populações, extenuadas já ao nascerem, miseráveis, desabrigadas de todo o conforto, ignorantes e pobres, mas em todo caso investido para a vida, e dispostos a tomar conta da terra onde nasceram, aspirando vagamente fazer alguma coisa de si mesma. (BOMFIM, 1993, p.146).

Manoel Bomfim desenvolveu trabalhos na área de educação para a construção de um Brasil democrático. Uma perspectiva na contra-mão dos “republicanos positivistas ortodoxos” e florianistas, contrários a idéia de democracia representativa. Estes políticos e intelectuais consideravam as famílias agrárias os representantes da nação, assim como Silvio Romero.

4. CARÁTER NACIONAL: APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS

A polêmica entre Manoel Bomfim e Silvio Romero insere-se nas diferentes formas de interpretação da formação social e política brasileira, recorrendo a reconstrução da História do país a partir da colonização portuguesa. Tanto na perspectiva de um, como na de outro, o papel dos portugueses na América recai sobre a origem da formação do povo brasileiro:

Que podem saber de serio do povo brasileiro, doutores, bacharéis, literatos, jornalistas, políticos, escritores, que nada sabem da formação do povo português, de seu estado social, intimo, orgânico, nos quatro primeiros séculos de seu viver? (ROMERO, 1906, p. 91).

Manoel Bomfim, nos primeiros capítulos de sua obra, reconstitui a etnografia da península ibérica na explicação da formação do caráter ibérico. Este seria responsável pela especificidade da colonização desenvolvida na América – e porque não dizer na África e Ásia –, e sua influência na formação dos Estados Nacionais das suas ex-colônias e conseqüentemente do povo brasileiro.

Entretanto, enquanto Manoel Bomfim refere-se ao prolongamento ibérico na civilização americana, cuja assimilação faria predominar o traço ibérico nas instituições e na formação do povo, Silvio Romero menciona que a nação brasileira é o “prolongamento americano da civilização ibérica, a que cada vez mais se assimilarão, até unificação total, os índios e os negros importados, ou os seus descendentes.”(ROMERO, 1980, p. 67).

Estas diferenças referem-se a concepção da formação do Estado Nação dos povos ibéricos, as forças recebidas por estes e que igualmente influenciaram na constituição do Estado nacional brasileiro.

4.1. Estado Nação e caráter nacional: heranças européias

Segundo Manoel Bomfim a constituição do Estados nacionais de Portugal e Espanha deve-se a formação de uma cultura guerreira de onze séculos de intensas invasões, conquistas e reconquistas do território onde hoje se encontram. Este processo criara uma cultura bélica e de rapina que impedia a normalização do trabalho e infundira nesta população o “instinto guerreiro” movido por novas conquistas. O regime social de onze anos de guerra, segundo Manoel Bomfim, formou o caráter de “resistência” e “hombridade” que levou estes povos constituírem-se em Estados Nacionais.

Os efeitos de uma educação guerreira e o regime de viver de saques e rapinas explicaria a forma da colonização nas Américas, em especial, na administração voltada a cobrar tributos, na organização dos colonos em feudos, como senhores medievais, vivendo apenas para recolher a riqueza do trabalho de escravos, criando o sistema de *parasitismo social*.

O Estado era parasita dos colonos, a Igreja parasita direta dos colonos, e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nos sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros, no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou nos pátios dos fidalgos. (BOMFIM, 1993, p. 108-109).

A perspectiva do parasitismo, na ótica de Silvio Romero, impossibilitaria ressaltar a função histórica e distinta da nação brasileira, as mudanças ficariam congeladas. Este fenômeno, no campo biológico seria uma forma de adaptação dos seres vivos sob o efeito de mudanças do seu *habitat*. No campo sociológico não passaria de uma metáfora já que:

Não se devem, nas relações humanas, tomar como parasitismo factos que não passam, na realidade, de adaptação para outras funções diversas das nossas, phenomenos que não são mais do que uma isenção de certos trabalhos forçados em vista de outras vantagens. (ROMERO, 1906, p. 44).

Enquanto para Manoel Bomfim o parasitismo social constitui-se um “systema de viver a custa da riqueza da fortuna ou do trabalho alheio”, para Silvio Romero,

[...] o parasitismo não é coisa que, sem grave erronia, se possa invocar como princípio explicador das luctas, das conquistas, das glórias, das grandezas e das lacunas do genio das populações hispanicas (ROMERO, 1906, p. 49).

Continuando a discussão sobre o caráter dos povos ibéricos, Bomfim entende que este impediu constituir um Estado moderno, garantidor, protetor, órgão da nação, seu defensor e representante. Os serviços públicos eram nulos e a administração representava os fiscos, as tropas e os justiceiros do rei. A justiça significava condenar todos que eram contra este sistema de parasitismo.

Já na perspectiva de Silvio Romero a formação do Estado nacional de Portugal e Espanha deve-se a uma cultura de harmonia, pois, diferentemente de Manoel Bomfim, Romero pensa que se houvessem acontecido lutas constantes, depredações e massacres, não existiria uma história medieval e moderna dos povos ibéricos.

A assimilação social e a pouca resistência no contato entre os povos que originaram os ibéricos é justificada pela influência que os chamados povos bárbaros deixaram nas instituições administrativas, jurídicas, políticas, e na existência de novos dialetos latinos. Para o autor, a assimilação harmônica entre os povos que ocuparam a Península Ibérica, após a queda do Império Romano – os godos, os cartagineses e os mouros – é explicada pela existência de um código único, o *Codex Visigothorum* ou *Fórum Judicum* que serviu a toda a população, sem distinções de origem³³.

³³ De acordo com Silvio Romero, no *Forum Judicum* encontram-se leis relativas à propriedade, ao trabalho, às terras públicas e particulares, à indústria pastoral, ao comércio, aos contratos, que “desmentiriam” o estado de guerra esboçado por Manoel Bomfim.

Comparado ao caráter agressivo do Império Romano, a colonização dos povos ibéricos – herdeiros desse Império – na América teria sido harmoniosa, principalmente pelo fato que os romanos não colonizaram terras de povos “incultos” e “selvagens”. Este fato admira Silvio Romero que defende que os portugueses e espanhóis teriam sido mais “humanos” com os povos da América e da África, do que foram os contemporâneos de Cícero na Ásia e na Grécia. E ainda, questiona a exatidão desta perspectiva em Manoel Bomfim quando observa que espanhóis e portugueses são o núcleo da sua tese de que os males de origem das nações latino-americanas viriam da Europa, mas não abre mão de perceber os males internos da América Latina.

Manoel Bomfim estaria, no intuito de acusar, tornando-se com isso o “dissertador do parasitismo e do ciúme”. O nacionalismo do autor seria a causa principal da falta de cientificidade de sua obra:

Quando, despreocupado dos phantasmas da arrogancia européia, lança as vistas no continente sul-americano e nomeadamente no Brasil, chega a enxergar alguns actos reaes e a dizer a verdade. Mas esse estado d’espírito se esvaéce prestes, sempre que o escriptor se lembra que é filho d’América e d’esta tem dito mal alguns europeus...Então já as maculas, que via no corpo social de nossas gentes, deixam de ser verdadeiras e se transformam em eructações da calúnia d’estranhos, máus ou invejosos... (ROMERO, 1906, p. 16).

A observação de Romero aponta na obra de Manoel Bomfim, *América Latina Males de Origem*, a oscilação entre o paradigma europeu e a busca de uma realidade nacional. Esta busca fez com que o autor depositasse na cultura de guerra o fator da constituição do Estado Nação, ao contrário de Silvio Romero que valoriza a força biológica representada pelo sangue e pela língua os coadjuvantes desta formação. Os povos ibéricos teriam após intensa miscigenação racial constituídos uma organização política e após isso, tiveram a tendência de caracterizar-se sempre a parte.

A miscigenação racial, para Silvio Romero, torna-se a base da formação do Estado e a questão da assimilação é vista como uma característica própria dos povos latino-americanos, do contato entre o negro, o branco e indígena e não como uma herança dos ibéricos. Esta crítica de Romero a Bomfim deve-se ao fato de negar a “necessidade indeclinável de haver na América representantes da civilização ibérica.”(ROMERO, 1980, p. 68).

Por outro lado, ambos concordam que a colonização dos portugueses foi realizada no período de decadência destes impérios, visto que “o século de seu florescimento foi também o século de seu desmoronamento.”(ROMERO, 1980, p.105). Este fator é significativo na herança deixada por estes povos à nação brasileira.

Para caracterizar a influência de português na formação da nação brasileira, Silvio Romero crê ser desnecessário reconstituir a etnografia das populações da Península Ibérica, como feito por Manoel Bomfim, pois esta população descenderia de uma origem “variadíssima”, onde entraram os primitivos indígenas, os “uralo-altaicos”, os “semitas” e os “arianos”.

No entanto, há duas importantes heranças recebidas desta formação. A primeira no fluxo de sangue e idéias de povos oriundos da civilização ocidental e a segunda, a colonização de um dos povos mais atrasados da Europa, no campo político, social, econômico, religioso.

4.2. Estado, herança política e história da nação

Para Silvio Romero, a herança portuguesa no campo político, apresenta-se na forma de governo – absolutista- que regeu o país durante três séculos e na organização do território em capitâneas “mal divididas” e entregues a “aventureiros”. O pacto colonial teria segregado o país das trocas comerciais e possibilitara a exploração intensa dos povos portugueses. O resultado desta herança teria sido a influência na organização do Estado monárquico brasileiro, o qual

fundou-se na cópia do Estado de Portugal. Para Manoel Bomfim e Silvio Romero, a influência do caráter ibérico nas instituições brasileiras mantém-se, em especial, na prática de tratar assuntos públicos como assuntos privados, uma característica que só seria eliminada através da revolução dos costumes. Segundo Silvio Romero:

[...] não tendo havido aqui uma revolução que afogasse os velhos preconceitos, não nos abriu uma fase de autonomia e liberalismo. A república nada tem melhorado neste sentido por enquanto. (ROMERO, 1980, p. 141).

Para Bomfim, em especial, o Estado político até então possuía uma única prática, garantir o máximo de tributos e extorsões, anulando o desenvolvimento da moral e da iniciativa pessoal da população. Segundo o autor, ao recompor o caráter do Estado como bem útil à nação ter-se-ia o progresso do país³⁴. A necessidade de mudanças de costumes no campo político transformaria toda a sociedade, pois “[...] um século de estagnação política, de conservantismo sistemático, é um século de regresso social.”(BOMFIM, 1993, p. 113).

No campo econômico, segundo Silvio Romero, os portugueses não teriam dirigido sabiamente a colonização aproveitando a mão-de-obra indígena, em virtude de dois fatos: a “índole do indígena refratária a cultura” e o regime teocrático dos portugueses que concebia o indígena como o herege que deveria ser extirpado. Estas características seriam devidas ao fato dos portugueses procederem de acordo com suas idéias, visão de mundo e da humanidade. De acordo Silvio Romero, estabeleceram na cidade de São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão, os quais eram núcleos isolados e incomunicáveis, e que não teriam criado populações distintas, em virtude de ser

³⁴ Nietzsche aparece na obra de Bomfim como resposta à mudança através do desrespeito social, à força de combate aos comportamentos e valores cristalizados como tradição. Era necessário direcionar esta luta, sobretudo, para recompor a vida política, econômica, social e intelectual do país.

[...] os colonizadores, oriundos de um país exíguo e centralizado, pensavam pelo mesmo molde, e, por um fenômeno singular, as principais tribos selvagens brasileiras pertenciam a uma só raça e tinham a mesma intuição das cousas. (ROMERO, 1980, p. 106).

Por outro lado, Silvio Romero enfatiza a necessidade de apontar a singularidade da formação da nação brasileira, através de elementos que Portugal não possui:

Um país vasto e rico, de um clima mais variado do que o do reino, uma população mais abundante e composta de raças que lá não existem. [...] O Brasil não é, não pode, não deve mais ser uma cópia da antiga metrópole. É mais que tempo de afirmarmos definitivamente nossa completa independência intelectual. Há muito que o reino não nos pode mais ser um modelo. (ROMERO, 1980, p. 96).

O contato entre portugueses e indígenas, e posteriormente africanos criou uma nova “raça”, o brasileiro. A história do Brasil é a história deste novo tipo, conseqüentemente, de uma nova cultura. Embora Silvio Romero reconheça que os portugueses foram os agentes mais robustos da formação nacional deixando predominar seus traços nas crenças religiosas, instituições civis, na língua, diferentemente de Manoel Bomfim, considera inútil ressaltar a influência única destes povos na vida política, econômica e social do país.

Para Manoel Bomfim, os “instintos ibéricos” passados pela educação, imitação e hereditariedade ficaram como herança nas práticas políticas da administração do Estado Nacional “[...] a incompetência, rapacidade, despotismo e oposição ao bem público.”(BOMFIM, 1993, p. 143). Este aspecto do Estado explicaria porque da manutenção dos constantes conflitos entre nação e Estado. As novas populações nasceriam com tendências opostas a do regime político de herança da colonização, pois

Não era, como nos Estados Unidos, um regime político espontâneo, inspirado pelas necessidades próprias das sociedades nascentes; não era sequer um regime fictício, artificial, mas lógico, estável, garantidor e progressista, ao qual as

nacionalidades em embrião se pudessem moldar com o tempo. Não; era um regime antipático, iníquo, arcaico e incompleto – era o sistema da metrópole, desnaturado o preciso para ser adaptado ao programa parasitário, imposto à colônia. Estava, de antemão, condenado a ser destruído sem reserva, pois se achava em oposição aos interesses reais das novas populações, e não podia servir nem mesmo como ponto de partida para uma organização política definitiva. (BOMFIM, 1993, p. 144).

Esta referência aos Estados Unidos na obra de Manoel Bomfim é questionada por Silvio Romero como contradição do autor, principalmente, ao referir-se à construção negativa da colonização ibérica comparada à colonização dos Estados Unidos pelos anglo-saxões, “portadores d’outros processos mais fecundos e progressivos” (ROMERO, 1906, p. 36), e que posteriormente estes povos foram descritos na obra de Bomfim como portadores de uma ação negativa na América:

Não pode haver maior comédia; n’uns pontos do livro, o grande mal da America latina foi o parasitismo de seus colonizadores, no que diversa foi a sorte da America anglo-saxônica, formada sob melhores auspícios, devido ao ingles; n’outras passagens, este vem a ser o rei dos depredadores, opressores e parasitas...Um cumulo! (ROMERO, 1906, p. 37)

Os ingleses como civilizadores do nascente Estados Unidos da América não seriam senão depredadores e opressores, aí residiria um outro ponto frágil de Manoel Bomfim. Contudo a preocupação de Bomfim era explicar pela colonização ibérica a origem das nações latino-americanas. Esta origem seria responsável pelas instabilidades sociais existentes nestas nações:

Sociedades que nasceram e se desenvolveram, num estado de guerra permanente. Nenhuma trégua, nem atenuações sequer. As gerações nasciam, formavam-se, passavam...com o espetáculo desse conflito perene, participando dele. A guerra fazia parte dos costumes. Lutas contínuas, trabalho escravo, estado tirânico e espoliador – qual o efeito de tudo isto sobre o caráter das novas nacionalidades? Perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos. (BOMFIM, 1993, p. 151).

Neste caso, Manoel Bomfim supõe que seria melhor que Portugal deixasse suas colônias desenvolverem-se por si mesmas, os povos formados neste solo encontrariam uma forma de organização social de acordo com suas tendências e necessidades:

Estimulados pelos interesses próprios, seguindo as tendências naturais e as novas condições de meio, as nacionalidades nascentes teriam entrado, desde o primeiro momento, no caminho da organização social e política definitiva. (BOMFIM, 1993, p. 144).

Segundo Manoel Bomfim, as sociedades são organismos em evolução, como um rio que possui seu curso. Os diques são colocados quando os homens do governo buscam defender vantagens pessoais no campo político, com isso criam os obstáculos do desenvolvimento natural de um povo. A consequência do conservadorismo na política seria “a revolução social” preparada pela própria elite política. Para manter a ordem, Manoel Bomfim fala sobre a importância das instituições estarem voltadas para o benefício da nação, das necessidades do povo de modo a “ [...] achar o melhor meio de satisfazer as necessidades novas que se apresentem e de realizar as reformas reclamadas; e nunca opor-se a elas, em atenção a interesses de retardatários.” (BOMFIM, 1993, p. 163).

Assim que para Manoel Bomfim apenas as reformas institucionais poderiam promover o progresso da nação, pois se esta significava a existência de uma sociabilidade afetiva entre a população e a presença de um sentimento de independência nacional, até então nenhuma instituição política havia solidificado este laço de,

Solidariedade e de sentimento, essa homogeneidade de idéias já existente, e que será sempre uma grande vantagem social para o Brasil, e para a humanidade em geral: a comunidade de sentimento e de linguagem, a amizade desinteressada de populações ocupando 1/16 de todas as terras do planeta, são circunstâncias que não devem ser esquecidas. Dois indivíduos que se compreendem estão mais perto de fraternizar e progredir, principalmente se a raça, a educação e os gostos morais os aproximam também. (BOMFIM, 1993, p.173).

4.3 A herança cultural

O segundo ponto polêmico entre estes autores é a herança deixada na configuração da cultura brasileira, isto é, na natureza das relações sociais criadas e pautadas na qualidade das raças colocadas em contato, em especial, a influência do caráter dos povos portugueses nestas relações.

Para Manoel Bomfim, a formação do caráter nacional dos povos ibéricos, caracteriza-se historicamente pela fusão de sangue e tradições populares, elementos que determinaram a cultura guerreira, já que “[...] aquelas populações tinham já no sangue e nas tradições a predisposição natural a essa vida belicosa.”(BOMFIM, 1993, p. 75). Esta miscigenação explicaria a relação harmoniosa entre determinados povos e o conflito em outros. Os primeiros habitantes da península, por exemplo, não foram movidos ao conflito em virtude da existência de uma identidade de sangue entre os fenícios, berberes e celtiberos:

Acredita-se que, nas populações estabelecidas na Ibérica; havia muito sangue africano, pela infusão de raças do Norte da África.[...] a ocupação cartaginesa parece ter encontrado benévolo acolhimento por parte das populações ibéricas. Na comunidade de raça, encontraremos, talvez, a explicação deste fenômeno. (BOMFIM, 1933, p. 68).

Por outro lado, é o regime econômico e social que imprime o traço psicológico comum à população ibérica, “[...] o único ideal depredador, absorvente, exclusivo, dentro do qual se vieram fundir todos os outros: glórias guerreiras, ardores místicos.”(BOMFIM, 1993, p. 84). Este ideal – caráter - explica como os povos ibéricos constituíram-se em nações e foram movidos pela “crença” de dominar o mundo.

O hábito dos povos ibéricos de viver exclusivamente do fruto das conquistas desenvolveu os “[...] instintos guerreiros e agressivos, e guerrear se tornara para os homens uma necessidade

orgânica.”(BOMFIM, 1993, p. 82), ou seja, teria formado o “[...] característico psicológico destes heróis” (BOMFIM, 1993, p. 75). Ao lado dos “instintos guerreiros” unem-se “os pensamentos supersticiosos”, “o ideal de dominação” e “as conquistas” que movem os povos ibéricos para a realização do Estado nacional e as viagens do ultramar.

Neste aspecto, Silvio Romero aproxima-se de Manoel Bomfim, ao enfatizar que o grande legado deixado pelos povos portugueses na configuração da cultura brasileira, foi a sua mentalidade de formação fanática e jesuítica. Por outro lado, existiria o fator positivo deste caráter passado à cultura brasileira: a fácil assimilação social. Manoel Bomfim aponta que nenhum outro povo da Europa teria transmitido esta característica de “plasticidade” e “sociabilidade” aos seus colonizados:

“Transplantadas para a América, as gentes da península transmitiram as suas qualidades distintas às novas populações. Aqui encontramos esta mesma plasticidade intelectual e essa mesma sociabilidade, acaso mais desenvolvida ainda. A assimilação dos povos se tem feito, até entre raças radicalmente distintas – brancos, pretos e índios.” (BOMFIM, 1993, p. 236).

Para Manoel Bomfim a plasticidade intelectual refere-se à fácil sociabilidade social característica dos povos ibéricos, enquanto que esta mesma questão na obra de Silvio Romero refere-se ao produto da mestiçagem racial - entre portugueses, africanos e indígena - o resultado deste encontro dar-se-ia na mestiçagem das idéias e, com isso, a plasticidade intelectual.

4.4. A herança biológica: nossa mentalidade

Para Manoel Bomfim, o que sustenta o regime de “parasitismo biológico” é a incapacidade de mudanças devido ao atrofiamento da inteligência, o mesmo aconteceria no

sistema de “parasitismo social”. O conservadorismo da elite política garantiria a incapacidade de realizar reformas institucionais. Apegaram-se ao sistema de vida criado na colonização pelos povos ibéricos, como regra de “bom senso” e são incapazes de alterá-los. Embora o fator de atraso cultural na sociedade brasileira fosse consequência de um sistema econômico, esta condição social favoreceu o recebimento de uma determinada herança biológica:

Das qualidades a nós transmitidas, a mais sensível e mais interessante – por ser a mais funesta – é um conservantismo, não se pode dizer obstinado, por ser, em grande parte, inconsciente, mas que se pode chamar propriamente um conservantismo essencial, mais afetivo que intelectual. (BOMFIM, 1993, p. 159).

Segundo Bomfim, os “sentimentos” e “costumes” que orientam os conservadores estão atrasados em relação a “inteligência”, pois adotam idéias, aceitam palavras, mas não sabem aclimatar a informação destas palavras. São escravos passivos da rotina e tradição, ativos apenas quando deve impor-se a qualquer inovação, uma tendência orgânica que explica a contradição entre “palavras” e “atos” dos homens públicos. Deste modo, “Não é o desconhecimento do progresso é a desconfiança, o horror ao progresso. Insisto ainda – é uma questão de sentimento.” (BOMFIM, 1993, p. 167).

Assim, Manoel Bomfim questiona a existência de um partido conservador quando não existe nada para conservar e sim para transformar, em especial, após a independência política. A nação brasileira encontrava-se por ser construída pela educação política e social da população, já que o efeito do regime de “parasitismo social” teria sido o de criar a apatia em qualquer espírito empreendedor e gerar a instabilidade social e política. Estes elementos não criariam forças de ruptura para novos valores e comportamentos, a saída para o progresso do país.

Silvio Romero critica esta posição de Manoel Bomfim sobre o passado das nações latino-americanas como se houvesse apenas uma série de crimes, iniquidades, violações de direitos e resistência ao progresso social e econômico, e responde ao autor com a seguinte pergunta:

Se assim é, não sabe esse professor de psychologia que as forças do passado, o que vale dizer a pressão da tradição, as energias da história, que importam no concurso accumulado de qualidade e predisposições ethnicas, sociaes, políticas, religiosas, costumeiras, econômicas, e trinta outras prendem fatalmente os homens a um certo trilho da vida, imprimindo-lhes uma direcção predeterminada? (ROMERO, 1906, p. 194).

Enquanto Manoel Bomfim realiza uma crítica ao conservadorismo da política como empecilho da mentalidade latino-americano, como entrave na organização da cultura do país, Silvio Romero reconhece que na história da formação da nação, não houve apenas pontos negativos, como se tudo precisasse ser refeito, ao contrário, haveria elementos importante para serem conservados como:

[...] o espírito da raça, o seu o character, a língua, a alma de seus grandes homens, o bom senso, os bons costumes, o equilíbrio do gênio, o amor da pátria, das tradições, do progresso bem entendido, da liberdade, da ordem, e, em geral, todas as nobres qualidades seleccionadas pela historia no coração de nossos maiores. (ROMERO, 1906, p. 195).

Quanto ao problema da degradação dos comportamentos e dos valores na obra de Manoel Bomfim, entre outros fatores, articula-se ao papel da Igreja. Esta teria fomentado a cultura da ignorância, com a proibição de divulgação de livros e ao exercer o controle daqueles que sabiam ler e escrever, impedindo a redenção intelectual e moral dos povos formados na colônia mantendo-os na superstição. Neste aspecto, Silvio Romero igualmente vê como negativo o papel da Igreja no país, principalmente, no que diz respeito a educação jesuítica. Esta, orientada por um

caráter autoritário apagara o espírito empreendedor e de iniciativa da população, criando nesta um aspecto submisso.

Para ambos, a submissão é um fator negativo na mentalidade de um povo, o espírito de iniciativa e empreendedor seriam elementos propulsores de progresso social. Neste aspecto, para Manoel Bomfim somente a realização de reformas nas instituições promoveria uma nova mentalidade social. Silvio Romero, embora observe o papel negativo exercido pela Igreja, salienta a necessidade de considerar a formação racial dos povos colocados em contato. A mentalidade cultural dos africanos, indígenas e portugueses, compunha um problema do conjunto da nação, portanto não é apenas uma causa atribuída as instituições. Assim, afirma que,

[...] os estragos de um país não podem correr somente por conta dos que o dirigem; bem como a vida nacional, em todas as suas manifestações políticas ou sociais, não é só um produto daqueles e sim um resultado de suas próprias aptidões imanescentes”. (ROMERO, 1980, p.75).

Enquanto a preocupação de Manoel Bomfim é evidenciar que os problemas da mentalidade do povo, em especial, no que se refere a sua incapacidade a novas atividades tem como causa as práticas políticas, isto é,

[...] o povo não se dirige por si, não se fez por si, não tem sido o senhor dos seus destinos tem sido dirigido, governado, educado pelas classes dominantes; eles é o que fizeram, e se não presta, a culpa é de quem o não soube educar. (BOMFIM, 1993, p.180)

Para Silvio Romero, a influência climática, o determinismo racial e as questões econômicas e sociais são bases explicativas da mentalidade de um povo. Na discussão do primeiro fator, o autor, divide o país em duas zonas climáticas: uma quente, que vai do norte até o trópico de Capricórnio e a outra fresca, que vai desta linha demarcatória até as terras do sul. A

parte quente do país é dividida em duas sub-zonas: a parte costeira e as terras do Amazonas. A região fresca divide-se também em duas partes: a primeira compreende o que hoje são os Estados do sul, a segunda, os Estados do sudeste. O calor e a umidade predominariam no país, pois influenciariam no abatimento intelectual, na disposição de irritabilidade e nervosismo que transparece nas letras dos poetas – Casimiro de Abreu, Castro Alves, Álvares de Azevedo, entre outros. Além disso, Silvio Romero enumerará uma série de fenômenos ligados a influência climática sobre o organismo biológico e o comportamento humano. Daí a sua sentença:

É a descrição mais ou menos exata do Brasil. Temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesada em sua maior parte [...] é o que explica a precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas. (ROMERO, 1980, p. 93).

Para ele, as três raças colocadas em contato estavam em diferentes estados evolutivos. A raça ariana, que representava os portugueses, estava entre o politeísmo e o monoteísmo, ou seja, uma fase em que a superstição e o fanatismo regem a mentalidade desta população. No que se refere a raça indígena, Silvio Romero, aponta o seu estado de astrolatria, isto é, de culto aos astros. O autor situa-os na idade da pedra polida e são classificados como caçadores. Quanto aos africanos, a maioria era do grupo Banto e estavam no período fetichista, em que determinados objetos são tratados como tendo propriedades mágicas ou divinas.

4.5. Raça, cultura e povo brasileiro

Podemos dizer que na obra de Manoel Bomfim não há um determinismo biológico na explicação da formação do povo. Os sentimentos, os valores e as práticas derivariam do sistema

de vida, e a partir dele cria-se uma base psicológica comum que seria transmitida por hereditariedade formando o caráter nacional.

Ao estudar psicologia experimental na Universidade da Sorbonne, Manoel Bomfim trouxe para a sua obra o conceito de caráter nacional, trabalhado no curso de psicologia criado em 1885, por Théodule Ribot, nesta instituição. Para este teórico, caráter nacional ou hereditariedade social é a soma de características psíquicas de um povo formadas por relações historicamente construídas. Apoiando-se na idéia de “hereditariedade social” Bomfim explica o movimento entre condicionantes sociais e biológicos, no entanto, frisa a dificuldade de discriminar o que seria produto de uma hereditariedade e o que seria fruto de uma educação e imitação, mas pontua:

É bem certo que o homem ao nascer, não é estátua, virgem de impressões, qual haviam imaginado Bossuet e Condillac. Ele traz, já bem acentuadas, as suas tendências e aptidões psíquicas; a orientação que tomará o seu espírito, ele já possui – um passado todo inteiro contribuiu para formá-la. (BOMFIM, 1993, p. 157).

A guerra por conquista de território e a guerra de religião seriam duas faces de uma mesma formação social e psicológica de um povo. Os povos ibéricos, por exemplo, são herdeiros de uma educação guerreira, o qual é responsável por imprimir um traço psíquico comum a estes povos e que são refletidos nos seus costumes, hábitos, valores e idéias. Nesta perspectiva, a idéia de raça na obra de Manoel Bomfim não está relacionada à idéia de diferenças inatas entre os povos, estas diferenças são produto das condições sociais e econômicas. Logo a questão da raça torna-se sinônimo de cultura:

A verdadeira ciência, a que se faz na observação criteriosa e desapaixionada dos fatos, tem proclamado já: que o valor atual das raças é apenas, valor de cultura. Há diferenças de tradições, há variedade de civilização, há maior ou menor aproveitamento das qualidades naturais, há direções e perspectivas históricas; mas diferenças essenciais de valor psíquico, não. (BOMFIM, 1929, p. 212).

Ao partir de uma concepção monogenista, isto é, que se refere a unidade psíquica entre os homens, as diferenças entre os homens seria uma questão de influências externas e não necessariamente biológicas, mas nem por isso Manoel Bomfim recusa o importante papel da hereditariedade na formação de um povo. A unidade cultural de um povo deve-se a formação de seus traços psíquicos, caracterizada numa certa mentalidade, passada por hereditariedade. Por exemplo:

Quando o inglês herda de um dos seus progenitores a veia humorística herda, por força, os traços dominantes na mentalidade inglesa, sem os quais não se compreende o humor. As categorias menos extensas implicam os caracteres típicos das mais extensas; o tipo do humorista implica o do inglês, o do inglês – o do ocidental. (BOMFIM, 1993, p. 156)

Os povos latino-americanos teriam sido formados pelo caráter dos povos que os colonizaram. Uma herança transmitida pela hereditariedade, imitação e educação que os aproximavam dos costumes e práticas políticas dos seus colonizadores. Ao mesmo tempo, possuíam repulsa, antipatia e horror à opressão e espoliação das quais foram vítimas, buscando afastar-se daquilo que a hereditariedade e educação lhes impunha. Este conflito seria solucionado quando os povos latino-americanos afirmassem suas identidades como nação, isto é, a partir das necessidades iminentes da formação do povo brasileiro. Neste aspecto, as três raças e o meio climático seriam favoráveis à “evolução” da particularidade da nação brasileira, assim como expõe na citação abaixo:

Os povos aqui variaram, e o meio é outro. Mesmo nos limites de um só país e sob as mesmas instituições, a feição moral das populações se transforma um tanto; a variação é, a par da hereditariedade, o fator necessário na evolução dos seres vivos. (BOMFIM, 1993, p. 157-158).

Porém, o caráter herdado dos povos ibéricos manteria-se como base comum da identidade nacional dos países latino-americanos, uma herança que dificultaria as mudanças almejadas pelo

o autor, em especial, o fim destas influências nas práticas políticas e no predomínio deste mesmo caráter no conjunto da população. Assim identifica que as

[...] populações divergem hoje, sob muitos aspectos, dos povos das ex-metrópoles; mas, no fundo, as qualidades dominantes de caráter são as mesmas, mostrando bem claramente o parentesco que entre elas existe. (BOMFIM, 1993, p. 158).

Silvio Romero, apoiado na explicação da ausência de um centro único da humanidade – tese poligenista –, considera que no interior de um mesmo continente formaram-se diversas raças que não estavam no mesmo estágio de evolução. A raça é identificada por determinados traços psicológicos – morais e intelectuais – e que refletem em seu regime social e econômico. Por meio das crenças religiosas e idéias políticas era possível identificar o estágio evolutivo mental de cada raça.

O processo de civilização, para o autor, percorre uma evolução das fases mentais de cada raça. As três idades - pedra lascada, pedra polida e dos metais - acompanharia a evolução moral e intelectual das raças verificada nas diferentes formas de sua organização cultural, tendo em vista que “[...] as diferentes raças não passam pelos mesmos estádios da inteligência ao mesmo tempo; hoje, na fase da indústria e da ciência européia, ainda há povos que empregam a pedra lascada, ou um pouco menos.” (ROMERO, 1980, p. 111).

Nesta perspectiva, a população indígena estava no período da astrolatria e no regime econômico da caça e pesca. Os africanos no primeiro momento do fetichismo e viviam da agricultura pastoril. Estas condições biológicas e econômicas das raças que miscigenaram-se no Brasil, manteria ainda um certo estado de selvageria na população e de instabilidade social, pois além da miscigenação física, e das trocas das tradições de uma cultura e outra, havia a miscigenação das idéias.

4.6. Raça e imitação

Para Manoel Bomfim, a idéia de raça, como já comentado, refere-se a constituição de uma “psicologia social.” Esta é resultado de relações sociais historicamente construídas sob determinadas condições econômicas. Estas condições determinariam as características psicológicas, as quais seriam transmitidas por hereditariedade, ou seja:

[...] transmissão, por herança, das qualidades psicológicas, comuns e constantes, e que, por serem constantes e comuns através de todas as gerações dão a cada grupo social um caráter próprio distinto, transmissão por herança, no grupo anglo saxônico, das qualidades que caracterizam o tipo anglo-saxônico, perpetuação nos judeus das qualidades típicas da raça. (BOMFIM, 1993, p. 155).

Neste aspecto, segundo Bomfim, o homem ao nascer receberia aptidões psíquicas oriundas de uma formação histórica. No entanto, a inteligência formar-se-ia na relação do homem com o seu meio ambiente (cultural). Deste modo,

“Pode-se dizer que as tendências e as inclinações, a aptidão e o vigor, isto nós herdamos; e que a educação – no sentido mais extenso do termo – completa a formação do caráter, no sentido da tradição e da adaptação”. (BOMFIM, 1993, p. 157).

A educação da sociedade, no sentido do acúmulo de experiências e de invenções, levaria ao progresso da inteligência (aperfeiçoamento humano). O autor concebe que a ação do homem para dominar a natureza teve como consequência o desenvolvimento da civilização, o progresso material. Nesta dinâmica, o trabalho é a peça fundamental no domínio dos instintos egoísticos do homem para a ascensão do sentimento altruísta, pois a relação do homem com a natureza

[...] não só lhe desenvolve o entendimento, como se lhe impõe aos sentimentos. Todo o indivíduo que daí se afasta cai forçosamente na contemplação afetiva das primeiras impressões, aferra-se às idéias que primeiro lhe vieram ao espírito. Para progredir, para aceitar o progresso, para fazer dele uma obra concreta, é preciso que o homem viva diretamente da natureza. (BOMFIM, 1993, p. 167).

Na citação acima, Manoel Bomfim deixa explícita a importância do meio ambiente na formação de um povo e é este que condiciona o seu caráter, sentimento e idéias produzidas. A partir desta base teórica, em crítica à concepção de determinantes biológicos na explicação da cultura de um povo, Bomfim fortalece esta posição através do conceito de imitação de Gabriel Tarde. Por meio deste conceito, o autor expõe o processo de aceleração do aperfeiçoamento de um povo. Os povos “não cultos” imitariam os povos “cultos” para evoluírem. A miscigenação racial também é um fator considerado nesta evolução visto que um povo forma-se pela hereditariedade, educação e imitação. Assim ocorreria com o povo brasileiro.

A questão da imitação e miscigenação também é presente na obra de Silvio Romero como fatores que impulsionariam a evolução de um povo. Sobre o primeiro fator, o autor menciona, com as seguintes palavras:

Tanto quanto se deve aos povos fracos aconselhar que busquem exemplos nas grandes nações criadoras, eu avisara os brasileiros das vantagens que lhes podem advir da lição das gentes anglo-germânicas, corrigindo as debilidades latinas.(ROMERO, 1980, p.146).

O conceito de imitação na obra destes autores aparece na crítica que desenvolvem as práticas políticas brasileiras consideradas imitação dos povos portugueses, embora ressaltem a necessidade de adotar as novas idéias dos países civilizados. Estas deveriam apenas adequar-se as necessidades da realidade do país, as tendências da formação do povo e do seu caráter nacional.

Para Manoel Bomfim e Silvio Romero, a inferioridade social de africanos e indígenas, por exemplo, seria amenizada no processo de imitação, educação e miscigenação racial. Silvio Romero calculava o tempo em que seriam eliminadas as características das raças inferiores

através deste processo. Manoel Bomfim não calculava o tempo em que se reduziria estas influências, apenas esperava que

O influxo das idéias e sentimentos irá pouco a pouco modificando o caráter dos primitivo, e, no fim de um certo número de gerações, o que resta das qualidades essenciais da raça menos culta é bem pouco – bem pouco para influir na diretriz que seguirá a nova sociedade saída desse encontro. (BOMFIM, 1993, p.237).

Para ambos autores, a população indígena e africana possuía uma “cultura rudimentar”, o que explica a pouca influência que proporcionaram na fisionomia moral e intelectual da sociedade brasileira, eram “[...] povos ainda muito atrasados, não possuíam nem qualidades, nem virtudes, que se impusessem aos outros e provocassem a imitação.” (BOMFIM, 1993, p. 236).

Os portugueses continuariam como base da formação do povo e da sociedade brasileira, pois haveria uma natural sugestão exercida das “gentes mais cultas” sobre “as incultas” principalmente pelo fato em que africanos e indígenas,

Não eram livres de dar expansão ao seu gênio e temperamento, nem mesmo no seio dos seus – a prole não lhes pertenciam, viviam a serviço dos brancos, e governavam-se pelo querer e pelos sentimentos destes. (BOMFIM, 1993, p.237).

Embora Silvio Romero tenha o mesmo posicionamento, ainda assim, tende a ressaltar a importância da população negra em relação a indígena. Esta valorização baseia-se em considerar estes povos como os principais agentes econômicos no desenvolvimento da nação e como auxiliar fisiológico fundamental na formação do povo brasileiro.

A pobre raça escravizada não teve nunca o direito de entrar na história; seu trabalho intelectual foi anônimo, bem como o seu trabalho físico. Ainda mesmo em fatos altamente épicos, em fenômenos extraordinários, como o do Estado dos Palmares, a história é anônima. Como se chamava o herói negro, o último Zumbi, que sucumbiu à frente dos seus nos Palmares ? Ninguém sabe. É de justiça conquistar um lugar para o africano em nossa história: não é o domínio exclusivo do africanismo que peço; exijo apenas mais equidade na distribuição dos papéis em nossa luta de quatro séculos. (ROMERO, 1980, p.128).

Para Silvio Romero, deve-se ao africano a fundação das fazendas e engenhos, das vilas e das cidades. O índio, ao contrário, não havia se tornado um auxiliar do branco, sua importância teria sido menor na formação da sociedade brasileira.

A questão da imitação e miscigenação racial encontra-se na obra destes autores como explicação da estrutura social e dos costumes existentes. Entre os condicionantes sociais e biológicos Manoel Bomfim e Silvio Romero justificavam o problema do atraso brasileiro. Particularmente, a miscigenação racial já havia sido colocada pelos viajantes naturalistas do início do século XIX quando preocupado com o desenvolvimento de uma sociedade civilizada no Brasil. No final do século XIX, a percepção da eliminação de um povo através da miscigenação racial ganha os foros de discussão dos intelectuais preocupados com a homogeneização do povo. Esta preocupação está presente, por exemplo, na obra de Silvio Romero:

Como quer que seja, e em todo caso, o tal processo de equalização, até onde é possível, é um processo de morte e aniquilamento direto ou indireto. O direto é posto em prática pelos anglo-saxônicos, a gente colonizadora por excelência; o indireto, que é o de cruzamento, foi e continua a ser mais do gosto dos ibero-
latinos, o segundo grupo notável de gentes colonizadoras do Renascimento a esta parte. (ROMERO, 1980, p.199).

Tanto para Manoel Bomfim como para Silvio Romero o processo de modernização do Brasil tenderia a dissolver a influência de africanos e indígenas. Embora, o povo brasileiro fosse resultado de um processo histórico de miscigenação racial e cultural, a adoção das novas idéias levaria ao progresso do caráter nacional. Ainda assim, a miscigenação racial teria importância fundamental na construção do povo representativo da nação brasileira. No próximo item discutiremos, portanto, o papel da miscigenação na formação deste novo tipo.

4.7. O caráter mestiço da identidade nacional

Manoel Bomfim e Silvio Romero, por caminhos distintos, elaboram o papel da raça na formação do caráter nacional e, portanto, na explicação da cultura de um povo. Neste aspecto, o mestiço representaria a força de progresso e unidade nacional: a identidade do verdadeiro brasileiro.

Para Silvio Romero, a miscigenação modificou as três raças numa “[...] transformação fisiológica produzindo um tipo novo, que, se não eclipsava o europeu, ofuscava as duas raças inferiores.” (ROMERO, 1980, p. 132). Deste modo, os povos mistos superariam os seus antecessores, porque nasceriam adaptados ao clima do país. A miscigenação racial ganhava importância por expressar a evolução das raças cujo cruzamento das tradições mentais poderia ser verificada no estudo do folclore popular.

Manoel Bomfim enfatiza a especificidade do povo brasileiro pela mistura do negro, indígena e branco o que resultou num homem forte e cordial, o representante nacional, saído entre a camada de senhores e escravos.

Quem viajou o interior das terras brasileiras, p. ex.,notou, por força, a cordialidade, a paz relativa em que vivem essas populações (...) os produtos da mistura de negros, índios, resíduos de colonos etc. Ali não chega a ação da autoridade regular; é uma existência primitiva, um comunismo espontâneo; são bons como a natureza, despreocupados...como quem não tem, nem pensa em ter... O solo é comum, o rio é comum à pesca, o mato é comum à caça; até o trabalho é comum. (BOMFIM, 1993, p. 267)

Ao apontar a “cordialidade” como resultado do processo de miscigenação, os atos violentos dessa população são vistos como falta da educação, a qual lhes permitiriam orientar-se por valores superiores, assim

[...] não há raças tenazes, nem povos irresolutos; há gentes de vontade educada, e gentes incultas, que agem segundo a inclinação e os apetites ou necessidades do momento, e nas quais as funções cerebrais superiores não são ainda suficientemente desenvolvidas para exercer o seu poder inibitório sobre a vida emotiva, sobre as paixões e violência da baixa animalidade. (BOMFIM, 1993, p. 310).

Deste modo, ambos autores posicionam-se contra o debate sobre a degeneração das populações mestiças. Segundo Manoel Bomfim, a analogia com a zoologia sobre os efeitos do cruzamento de espécies diferentes não produzia “ancestrais e regressivos”, pois “[...] tais caracteres ancestrais só aparecem no caso em que as espécies cruzadas são tão diferentes que só dão produtos híbridos – estéreis como sucede com os muares.” (BOMFIM, 1993, p. 260). Silvio Romero compartilha da mesma opinião

[...] ou se considere a humanidade um gênero dividido em diversas espécies, ou uma espécie dividida em diferentes variedades, é sempre certo que estas coabitam entre si e produzem uma descendência fecunda, ainda que não tão válida como a das raças-mães. (ROMERO, 1980, p. 120).

Estas posições podem ser tomadas como crítica aos teóricos do darwinismo social, em especial, sobre a questão da formação de nações mestiças. Estes teóricos aparecem na Europa defendendo a história como produto de luta entre raças. A sobrevivência das raças mais aptas representava a sua superioridade, concebida pela sua pureza racial. Logo, o mestiço era sinônimo de fraqueza orgânica, inferioridade biológica, a qual resultava em instabilidade social.

Para Bomfim, o darwinismo social seria uma leitura incorreta da obra de Darwin pelos “sociólogos do egoísmo e da exploração”. O aspecto de “luta pela vida” na obra do naturalista inglês dava-se no sentido de conservação da espécie e não na justificativa da conquista de um povo sobre o outro.

“Pobre Darwin! Nunca supôs que a sua obra genial pudesse servir de justificação aos crimes e às vilanias de negreiros e algozes de índios!...Ao ler-se tais

despropósitos, duvida-se até da sinceridade desses escritores”. (BOMFIM, 1993, p. 249).

Transcreve duas cartas de Darwin, datadas de 1833, em que há demonstrações de apreço pela raça negra e esclarece que sua teoria se expressa em termos de conservação da espécie, e não propriamente de luta entre os seres humanos. Para Bomfim, Darwin não pretendeu que a lei da seleção natural fosse aplicada à espécie humana. Os seres vivos lutariam pela vida, no esforço para conservar a vida e propagá-la e não para exterminá-la, menos ainda a partir de lutas por questões materiais,

[...] se o homem só pode viver e florescer porque encontra uma sociedade, isto é, uma união, um concurso de vontades, como admitir que a luta, onde se gera a desunião dos elementos desta sociedade, possa provocar o progresso?! (BOMFIM, 1993, p. 255).

Para Silvio Romero, a miscigenação racial possibilitaria a transformação positiva das raças. Ocorreria uma seleção natural em que a raça superior predominaria sobre a inferior, eliminando as qualidades negativas e absorvendo as positivas para aclimatar-se ao novo ambiente:

Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca. (ROMERO, 1980, p. 101)

De acordo com este autor, haveria diferença dentro de uma mesma “família humana” criando outros ramos com tendências e aptidões diversas como os franceses, italianos e alemães, agrupados dentro da família ariana, mas que se diferenciavam. Esta posição de Silvio Romero torna ainda mais polêmico o debate da raça na formação de um povo, ou seja, concebe-se uma raça não apenas pelas suas características antropológicas, físicas e mentais, mas também pelas características historicamente formadas, no contato e assimilação com outros povos.

Assim Silvio Romero anula o aspecto negativo da miscigenação racial, ao destacar que todo o povo é formado por intensas miscigenações tanto no plano biológico como da cultura. Embora fosse partidário da idéia de diferenças essenciais entre os povos, a miscigenação racial seria acompanhada da cultural. Sendo, portanto a cultura uma forma de avaliar um povo.

Neste aspecto, Silvio Romero, com o conceito de raça sociológica, aproxima-se de Manoel Bomfim. As distinções entre as raças seriam analisadas enquanto diferenças entre culturas. A miscigenação racial e cultural explicaria o estágio evolutivo da humanidade e não o seu retrocesso. Portanto, esta importância positiva sobre o mestiço na obra de Manoel Bomfim e Silvio Romero colocam-nos em oposição a Nina Rodrigues, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha, por exemplo.

Nina Rodrigues, no estudo sobre os africanos no Brasil, considera problemática a formação do povo brasileiro oriundo da miscigenação de raças atrasadas, não aptas a uma civilização superior. O atavismo, herança dos traços somáticos e do estágio mental das raças inferiores, poderia manifestar-se no produto destes cruzamentos inter-raciais, resultando em desequilíbrio emocional e perturbações psíquicas. A heterogeneidade racial e cultural impediria pensar na unidade da formação do povo brasileiro. A população indígena e africana não teria chegado a atingir suficiente desenvolvimento psíquico, seja no discernimento de seus atos ou no exercer do livre arbítrio.

Na perspectiva de Nina Rodrigues, o comportamento social resulta de características inatas, e a influência da população africana seria um dos principais fatores da inferioridade do povo. Nesta posição, Joaquim Nabuco argumenta que não foi apenas o sistema escravocrata que corrompeu a população, mas a miscigenação racial.

A ação de doenças africanas sobre a constituição física de parte do nosso povo; a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos efeitos

resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento; podem ser considerados isoladamente do cativoiro. (NABUCO, 2000, p.102)

Euclides da Cunha, herdeiro da escola positivista, aponta a existência de uma diversidade étnica no país que igualmente torna difícil pensar na unidade do povo. A miscigenação apagaria as qualidades das raças superiores sobressaindo as características das raças inferiores. Para este autor, um povo forma-se através de tradições uniforme e uma homogeneidade étnica. O caminho para esta realização concentrar-se-ia na imigração européia e miscigenação racial entre índios e brancos, à rejeição da população do litoral composta de mestiços com negros levou-o a defesa do sertanejo, produto do isolamento geográfico e da mestiçagem entre raças mais evoluídas – indígena e branca – consideradas as rochas vivas da nacionalidade.

4.8. Quem estaria apto a falar sobre a nação?

Na disputa entre os intelectuais aptos a emitirem pareceres sobre a representação legítima da nação brasileira, Silvio Romero estende sua crítica aos bacharéis de Direito no Brasil, ao qual acusam de imitarem teorias européias, quando deveriam adaptá-las. Esta preocupação não deixa de estar presente também em Manoel Bomfim, já que ambos vêem a necessidade de aclimatar teorias européias à realidade nacional no sentido da construção de uma ciência brasileira. Assim, recusam a prática de imitação considerada “servilismo mental”, era necessário passar à escolha,

à seleção literária e científica, um fenômeno denominado por Silvio Romero de “darwinização da crítica”³⁵,

Ambos estão juntos contra a cultura de debate intelectual existente no país. Para Manoel Bomfim e Silvio Romero, as primeiras gerações de bacharéis de Direito, até então autorizados a falar sobre o país através de um discurso intelectual, não foram preparados a exercer esta missão, assim como os formados em Medicina e Engenharia, todos eram produtos de uma tradição que zelava apenas pelos títulos. Segundo Bomfim

[...] o indivíduo é bacharel sem o querer, por força da tradição. Médicos, engenheiros, juristas, críticos, financeiros, guerreiros são todos bacharéis - espíritos puramente livrescos, escravos das formulas, guindados às ilusões soporíficas do absoluto. (BOMFIM, 1993, p.174).

Para Romero, os bacharéis em Direito preferiam desconhecer o país e o povo para viver enclausurados nas cidades. E concordando com ele quanto à experiência, a falta de observação seria a sua principal característica, nas palavras de Manoel Bomfim:

Esses homens que se deviam reportar às necessidades reais da nação, nelas inspirar-se, vivem fora dos fatos, não sabem vê-los; o mundo atual, ambiente, não tem significação para eles; fazem toda a sua obra com o cabedal livresco. (BOMFIM, 1993, p. 168).

De acordo com este autor, não se encontrava nos discursos da classe dirigentes, formada por bacharéis de Direito e Medicina, a discussão dos problemas efetivos do país e em suas possíveis soluções. Estes adotavam teorias gerais de livros estrangeiros, chavões e modelos de soluções abstratas sem base na realidade. A consequência desta prática seria a de que:

³⁵ De acordo com Carvalho (1990), a adoção de modelos externos é uma prática universal entre os povos, porém a preocupação com as idéias a adotar, como adota-las e as adaptações a serem feitas revelam disputas de força política e intelectual.

Raciocinam a grandes alturas, vêem sistemas e perdem de vista as condições em que os fatos se passam. Nos momentos de crise, agitam-se, porque toda gente se sente mal e reconhece que há necessidade a atender, vícios a corrigir, costumes a modificar; mas essas necessidades, a menos que não sejam evidentes por natureza, não saem de um vago e indefinido mal-estar – a sensação do organismo enfermo, incapaz de atinar com o seu mal. (BOMFIM, 1993, p. 168).

Manoel Bomfim formula o termo “psitacismo intelectual e político” para mencionar as “formulas vãs” e “soluções livrescas” emitidas pelos bacharéis que não estudam a realidade do país, ao contrário, “uma necessidade social, qualquer que ela seja, está resolvida no momento em que um decreto escrito vem promulgado”. (BOMFIM 1993, p. 169).

A principal crítica de Manoel Bomfim e Silvio Romero à elite política e intelectual presente nos cargos de direção do país, considerados os homens ilustrados do povo, é a falta do “espírito científico”. A ausência da cientificidade

explica porque se conhece tudo – do céu e da terra – menos o meio e a natureza dentro da qual vivem todos. O pouco que se sabe é de torna-viagem, aprendido nos livros; as observações e experiências são geralmente a cópia servil de outras, havidas nos livros americanos sobre coisas americanas. (BOMFIM, 1993, p. 170).

Nas palavras de Silvio Romero reinaria no país, a “mística ridícula do beatério enfermo e fanático” e o “lirismo subjetivista”. Elementos contrários a expansão do espírito científico. A ciência para se desenvolver, segundo estes intelectuais, deve aproximar-se da natureza, estudá-la, o que não ocorria no país. Segundo Romero:

A nação não ama de frente a natureza, nem se une a ela pela ciência, ou pela arte. Os moços quase nunca têm uma inspiração sua, nacional, brasileira; não neutralizam a fraqueza original de nosso espírito pelo regime saudável da ciência, pelo estudo sério e pela higiene do corpo. (ROMERO, 1980, p.94).

O reconhecimento da condição de intelectual era dado àqueles que transcreviam os sistemas e abstrações filosóficas européias. A citação era forte arma de reconhecimento, pois

[...] quem mais cita mais sabe, um discursador é um homem apto para tudo. Aceitam-se e proclamam-se – os mais altos representantes da intelectualidade: os retóricos invertebrados, cuja palavra abundante e preciosa impõe-se como sinal de gênio, embora não se encontrem nos seus longos discursos e muitos volumes nem uma idéia original, nem uma só observação própria. E disto ninguém se escandaliza; o escândalo viria se houvera originalidade. (BOMFIM, 1993, p. 171).

Esta proposta de fazer científico de Manoel Bomfim questiona a retórica e a citação como práticas do saber científico e intelectual do século XIX. Manoel Bomfim faz reclamações sobre este método sugerindo que a originalidade da interpretação é resultado de uma observação empírica. Entretanto, no *habitus* do fazer intelectual haveria uma “formula clássica” a seguir e os mesmos autores da moda - na Europa - é que davam distinção ao pensador.

Neste aspecto, ambos autores propunham um campo de debate intelectual em que defendiam um saber científico sobre o país de modo a orientar as práticas políticas, principalmente no desenvolvimento da nação e do povo. Colocava-se em jogo, pela análise do passado do país, o conhecimento empírico da sociedade brasileira, o único meio de destacar-se enquanto intelectuais. Esta era a tarefa disputada entre “homens de ciência”, os personagens aptos a desempenhar esta missão: o desenvolvimento de um pensamento que compreende-se com autenticidade a vida brasileira e por que não dizer o empenho para trazer à tona uma teoria do Brasil.

Alberto Luiz Schneider pode recentemente transformar sua tese de doutorado, *Silvio Romero Hermeneuta do Brasil: três raças e miscigenação na formação de uma imagem da brasilidade*, defendida em fevereiro de 2005, no mais novo livro lançado no mercado editorial sobre a obra *História da Literatura Brasileira*. A posição do autor é destacar, nesta obra, o intuito de Sílvio Romero criar uma *Teoria do Brasil*, o que está de acordo com as questões trabalhadas

nesta dissertação sobre a posição dos intelectuais a respeito de pensar cientificamente a sociedade brasileira, de modo a entendê-la a partir de um arcabouço teórico. Esta motivação, presente no período, em virtude das mudanças políticas, possibilitou constituir um espaço de obras que disputavam a interpretação legítima da história do país, tanto do seu passado como do seu presente, evidenciando assim um campo de debate intelectual, que coloca em jogo, segundo Schneider, uma “teoria do Brasil”. Este trabalho perpassa esta discussão ao ter como objetivo evidenciar a compreensão científica da realidade brasileira proposta por Manoel Bomfim e Sílvio Romero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recorrer aos trabalhos historiográficos das primeiras décadas do regime republicano percebemos uma cristalização do clima de paz e consenso na adesão ao novo regime político. Esta aparente união encobre os dissensos entre os grupos militares e civis que ascenderam ao poder, assim como o conflito entre intelectuais dado nos jornais. Com o advento da República, ao mesmo tempo em que se davam as lutas políticas entre os interesses dos vários grupos na criação do novo Estado, surgia a necessidade de compreender as mudanças, o balanço das condições que possibilitaram o golpe de Estado e a necessidade de edificar a representação da nação brasileira. Os artigos de jornais, manifestos e livros de história lançados nas primeiras décadas da República tentaram explicar o passado e o presente do país, principalmente, quais seriam os rumos da nação. Constitui-se um campo intelectual de diferentes opiniões em conflito. Havia, por exemplo, o grupo dos militares, dos republicanos parlamentaristas e presidencialistas, dos monarquistas e dos jacobinos. Todos eles falavam sobre o povo e do Brasil como nação, pois

Os problemas herdados da Colônia não haviam sido satisfatoriamente resolvidos; os conflitos, reais e latentes, em regiões não suficientemente integradas ao todo da nação, eram ainda suficientemente expressivos para pôr em dúvida a viabilidade do Brasil como Nação. (ODALIA, 1997, p. 23).

Neste ambiente, diferentes projetos sobre a representação da nação competiam por legitimidade. De acordo com Carvalho (1990), havia os federalistas que defendiam a nação como soma dos interesses individuais. Os jacobinos que valorizavam a idéia de República como intervenção direta do povo no governo, isto é, da existência de uma vontade geral que

consolidaria o ideário de nação. Os positivistas utilizaram da representação da família o símbolo primordial da nação, em especial, a idéia da vivência comunitária.

Ainda, segundo Carvalho (1990), inicia-se, neste período, uma batalha simbólica em torno da construção de uma versão oficial do quinze de novembro. “Estavam em jogo a definição dos papéis dos vários atores, os títulos de propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime, a própria natureza do regime.”(CARVALHO, 1990, p. 35).

Dentro deste escopo, Silvio Romero, em 1889, escreve a *Mensagem dos homens de letras do Rio de Janeiro ao Governo Provisório*, reivindicando o reconhecimento dos “intelectuais” na participação da propaganda republicana ao lado do “povo”. Desde 1870 o povo torna-se instrumento de debate político e intelectual e é neste aspecto que ele aparece na obra de Sílvio Romero *História da Literatura Brasileira* (1888) e na obra de Manoel Bomfim *América Latina Males de Origem* (1905).

Estas obras foram influenciadas por questões colocadas historicamente no campo intelectual do país e pelo debate teórico da época, ou seja, em que medida formou-se um povo no Brasil, representativo da nação brasileira? Esta pergunta esteve relacionada à análise científica da constituição da sociedade, dos costumes e valores criados, e com isso, à avaliação da formação do povo.

Este emerge na obra histórica de Manoel Bomfim e literária de Silvio Romero como o principal coadjuvante da expressão da nação brasileira. Embora haja diferenças no conceito de povo trabalhado por estes autores, ambos reconhecem a necessidade de uma nova representação da nação em oposição a forma trabalhada na historiografia do Império e da literatura romântica.

A preocupação em pensar o país como nação, também responde ao momento de instabilidade política e econômica oriunda da queda da Monarquia. Entre 1888 e 1905 inauguram-se novos embates políticos e acentua-se a dependência em relação aos centros

financeiros internacionais. Estes elementos jogavam incertezas sobre as aspirações de um novo Brasil como almejado pelos acadêmicos formados no Brasil a partir de 1870. Embora a política financeira empregada pelo governo de Campos Sales (1898-1902) tenha equilibrado as finanças internas do país e a credibilidade nos centros internacionais, foi com este governo que se consolidaram os interesses da elite agrária. Rodrigues Alves (1902-1906) manteve os membros vindos dos altos escalões da política e administração do Império, articulando-os com os interesses da cafeicultura paulista. Com isso, volta o controle exercido pela elite agrária na condução do país, o que acirrou o debate intelectual sobre quais seriam os caminhos do progresso brasileiro.

Pesquisadores que estudaram este período, como Bolívar Lamounier (1977), vêem a constituição de um novo sistema ideológico dominante, no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade. No entanto, acreditamos que há uma profunda disputa política e intelectual de diferentes matizes ideológicos, realizada dentro dos limites do repertório em que os bacharéis de Direito e Medicina podiam dialogar. Havia aqueles que defendiam a ação centralizadora do Estado e os que defendiam a descentralização, posições que podemos observar na trajetória política e intelectual dos autores em estudo.

Em 1907, por exemplo, Manoel Bomfim aproxima-se do grande opositor de Silvío Romero, Pinheiro Machado. Esta aproximação possibilitou-lhe ser eleito deputado federal, na vaga aberta pelo general Oliveira Valadão que ascenderia ao senado. Pinheiro Machado e Júlio de Castilho eram contra a “política dos governadores” iniciada por Campos Sales. Segundo Aguiar (2000), esta política, ao valorizar a descentralização política, reforçava o poder das oligarquias estaduais em detrimento do poder central. Com isso, acirrava-se o conflito entre aqueles que se posicionavam-se a favor do federalismo e os que defendiam o presidencialismo.

Manoel Bomfim e Silvío Romero, por exemplo, através do estudo científico evidenciavam as tendências e necessidades históricas para o progresso do país. Apontavam os

problemas da formação social e política e os mecanismos de sua reprodução. Apoiavam-se em abordagens teóricas e justificavam por meio delas estarem aptos a realizar esta observação. Neste campo de estudo, estes autores defendiam suas posições políticas, particularmente, através do debate sobre a formação do povo.

Na obra *História da Literatura Brasileira*, observamos o apelo de Silvio Romero para a descentralização econômica e unidade política. Esta postura é justificada pela influência da raça, do meio climático e histórico na formação do caráter do povo. Na obra *América Latina Males de Origem*, Manoel Bomfim defende a presença de um Estado interventor para sanar as carências de um povo. Estas carências seriam produto de uma política econômica, a qual é analisada pelo conceito de “parasitismo social”.

Estes autores expressam a necessidade de mudanças institucionais, mas também revelavam a preocupação com a unidade territorial e política do país. Por isso trabalhavam com categorias intemporais, mas também com o arcabouço teórico evolucionista, como de Spencer, Darwin e Gabriel Tarde. Suas propostas científicas, portanto, iam de acordo com suas aspirações políticas.

A originalidade de Manoel Bomfim e de Sílvio Romero concentrou-se em revelar a necessidade de estudar as condições necessárias para o sucesso da nação brasileira a partir da sua realidade, que é produto de uma formação histórica. Tanto para um como para outro, o caráter nacional dos povos ibéricos foi fundamental na explicação da colonização brasileira e na influência deixada na formação do povo e da nação.

Este conhecimento é elaborado na crítica às práticas da elite política, vistas como herança dos colonizadores, uma argumentação favorável àqueles que se viam como “homens de ciência” a ditar os rumos do país. Por meio da reconstituição da história do país propunham uma forma de pensar a organização política e o lugar do povo na representação da nação.

Esta reflexão do Brasil como nação amparava-se no ideal de civilização dos países europeus, tidos como modelo para promover a modernização do país. Neste sentido, a nação brasileira era vista com uma série de problemas, configurando na mente de Manoel Bomfim e de Sílvio Romero a existência do atraso cultural. É na explicação do atraso da formação social e política do país que a divergência entre estes autores acentua-se, principalmente ao identificar as causas deste atraso na caracterização do povo. Para Sílvio Romero, o atraso cultural deve-se aos determinantes raciais, climáticos e históricos (político, legislativo, usos e costumes). Tanto o povo como a elite política seriam responsáveis pelas tendências culturais presentes no país e que explicariam os entraves à modernização. Em contrapartida, Manoel Bomfim responsabiliza a elite política do país pelas condições econômicas e sociais criadas, as quais compunham os fortes condicionantes da formação do caráter nacional brasileiro, isto é, das disposições e aptidões existentes não compatíveis com o espírito de mudanças.

Embora, ambos autores buscassem afirmar as “tendências naturais” de cada povo, oriundo de um processo histórico de miscigenação racial e cultural, ainda assim, almejavam atingir um modelo de civilização que se aproximava dos comportamentos, valores e idéias desenvolvidos pela nação francesa, inglesa e norte-americana, povos que eram tidos como modelos para pensar a almejada modernização do Brasil. Por isso, segundo Sergio Costa (2003), os intelectuais do período usavam o conceito de cultura no singular, ou seja, tinham em vista uma única cultura “legítima” a ser alcançada e esta referia-se ao modelo europeu de civilização. As formas culturais existentes, até então, seriam etapas de um processo de evolução.

É importante ressaltar que a modernização, para Sílvio Romero e Manoel Bomfim, refere-se, sobretudo, a mudanças de costumes e de mentalidade, particularmente, as práticas da elite política e do povo. No entanto, a análise de Manoel Bomfim traz uma nova contribuição. Ao contrário de conceber uma relação de equilíbrio entre as camadas sociais, por meio da análise do

parasitismo social, o autor exalta a presença de conflitos entre povo e elite política. O primeiro é colocado como instigador de uma nova mentalidade, a força das mudanças sociais.

Silvio Romero, ao contrário, concebia que todas as mudanças sociais obedeciam a um processo natural de miscigenação racial e adoção de novas idéias. Uma abordagem que anulava qualquer perspectiva de conflito direto e resistência social³⁶ da população. O povo na obra de Silvio Romero não se apresenta como sujeito da história.

Tem-se a análise de um bacharel de direito que tem a escrita e o trabalho intelectual como meio de prestígio social, sobre a obra de um bacharel em medicina preocupado com mudanças sociais, sobretudo, a partir das instituições. Neste aspecto, podemos afirmar que Silvio Romero era amante dos efeitos de retórica, da linguagem de efeito moral, sem exatidão de análise. Concebia importância em citar vários autores de renome para reforçar a sua posição de intelectual, por isso caracterizo-o como o “intelectual da sociedade.”

³⁶ É importante ressaltar a influência de Manoel Bomfim e Silvio Romero para o desenvolvimento do campo das Ciências Sociais brasileira. A dissertação de mestrado de Ivone Bertonha, *Manoel Bomfim: um ilustre desconhecido*. (1987) trabalhou com a hipótese de que muitas questões tratadas por Caio Prado Júnior já haviam sido expostas por Manoel Bomfim. Segundo a autora, “as diferenças entre as duas análises não apresentam contradições de fundo, distinguindo-se, antes, pelas nuances do que pela evolução do conceito, que, aliás, aprimora-se em Caio Prado”. (BERTONHA, 1987, p.126). Observamos, igualmente, o debate sobre o iberismo apresentado por Manoel Bomfim e Silvio Romero e posteriormente desenvolvido por Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995). Gilberto Freyre também recebeu uma forte herança destes autores, principalmente, no que diz respeito a ênfase nas relações sociais e na mestiçagem cultural a qual havia criado o tipo brasileiro, bem como a questão da inferioridade do negro como sendo uma consequência do sistema escravocrata. A valorização da formação do povo brasileiro por meio da mestiçagem racial e cultural também foi re-elaborada por Darcy Ribeiro, na obra *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. (1995) e Roberto Damatta, em *Relativizando uma introdução à antropologia social* (2000). As pesquisas atuais sobre identidades étnicas, presentes no campo intelectual brasileiro, tendem a constantemente visitar os debates dos intelectuais brasileiros e europeus do século XIX, o que fortalece a importância de retomar Manoel Bomfim e Silvio Romero. A contribuição do primeiro para o campo das Ciências Sociais esteve na ênfase dada as relações sociais construídas historicamente a partir de um sistema econômico escravocrata, assim como a necessidade de frisar os conflitos e as resistências do povo e a responsabilidade dos homens de governo sobre o conjunto da nação. Silvio Romero, por sua vez, trouxe para o desenvolvimento das Ciências Sociais brasileira a idéia de um ethos oriundo da miscigenação racial e cultural, com isso destacou a importância das três raças na formação do povo, assim como a existência de uma relação racial harmoniosa no Brasil, diferente dos Estados Unidos. O último ponto a ser destacado na contribuição de Silvio Romero foi entender as práticas políticas como oriunda da cultura brasileira, esta seria resultado de uma lógica família, de espírito comunitário.

Os escritos de Manoel Bomfim, por sua vez, buscavam expressar uma realidade vivida, sinalizando um outro *habitus* para o campo intelectual na virada do século XX, portanto, apresento-o como o “educador de uma nova ordem social”.

Sobre a questão do povo, com o regime republicano, as camadas populares foram cerceadas de suas manifestações culturais, expulsos de certas áreas da cidade, empurrados para as regiões sem infra-estrutura e discriminados social e moralmente. Qual o projeto de nação a República pode proclamar para a população brasileira? O debate de Manoel Bomfim e Silvio Romero tornar-se sugestivo como resultado de duas representações que lutavam para concretizar-se na sociedade brasileira.

Aquela defendida pelo “educador da sociedade”, Manoel Bomfim, que buscava no povo a força de realização de um país democrático³⁷.

³⁷ Não seria este o motivo do esquecimento de Manoel Bomfim na academia brasileira? Alguns pesquisadores buscaram compreender os motivos deste ostracismo na história do pensamento social brasileiro. O primeiro trabalho pioneiro a este respeito foi de Aluizio Alves Filho. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido* (1979). O segundo grande trabalho é de Ronaldo Conde Aguiar, *O Rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim* (2000). Ambos autores reconhecem na crítica realizada por Manoel Bomfim à elite política e ao pensamento dominante a razão fundamental do seu esquecimento na história do campo intelectual brasileiro. Uma posição compartilhada com Vamireh Chacon em “*História das idéias socialistas no Brasil*” (1981). A autora menciona que [...] foram o filisteísmo reacionário, e o seu irmão, o filiteísmo pseudo-revolucionário que, fazem questão de escondê-lo; até o negam, em público, por medo que ele seja assim descoberto. Muito mais eficiente é o seu silêncio, que caiu sobre sua pessoa e sua mensagem, desde quando notaram, ser ela perigosa para os bem pensantes. (CHACON, 1964, p.359). Em “*História e dependência – cultura e sociedade em Manoel Bomfim*” (1984) Roberto Ventura e Flora Susekind sustentam que a questão do esquecimento de Bomfim pode ser encontrada na linguagem utilizada por ele, ainda presa, sob certos aspectos, ao naturalismo – que o afastava dos intelectuais posteriores – e no fato de que o seu pensamento gerava um desconforto para os intelectuais de seu tempo. Bomfim seria uma espécie de ponte entre o naturalismo e os intelectuais modernos. Outros pesquisadores puderam, não com a mesma profundidade, refletir o impacto da obra de Manoel Bomfim, *América Latina Males de Origem* para a época. Dante Moreira Leite em “*O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*” (1983), Thomas Skidmore em *Preto no Branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (1989) e Darcy Ribeiro, no prefácio que desenvolve na obra “*América Latina: males de origem*” (1993) concordam que Bomfim estava um passo a frente do que se escrevia e lia em sua época e por isso não foi entendido. Esta posição assemelha-se à de Antônio Cândido (1993) que além do problema da linguagem utilizada por Bomfim, existia uma questão política; ele contrariava a ideologia aceita pela maioria dos intelectuais de seu tempo. Estas abordagens vêm ao encontro da posição defendida por Aguiar “Manoel Bomfim entrou em rota de colisão com um sistema de poder, cuja representação simbólica (ou arcabouço ideológico) apoiava-se justamente no regime de verdade da sociedade em que vivia”. (AGUIAR, 2000, p.49).

A representação defendida pelo “intelectual cívico”, Silvio Romero, que depositou na valorização da mestiçagem racial, o espaço da realização da democracia e da harmonia social brasileira, elementos que evidenciavam o progresso da sociedade, assim como concebia o papel de todo intelectual a evidenciar.

Esta luta sobre a representação da realidade brasileira e conseqüentemente de construção dela aponta para a preocupação de ambos autores com o futuro do país. Manoel Bomfim e Silvio Romero viviam um estado de espírito em incongruência com a realidade vivida e neste sentido, em que medida são utópicos? Tendo em vista as teorias utilizadas?

O fato de buscarem leis sobre a organização da sociedade impedem considerá-los como utópicos. Os determinantes biológicos e sociais que expõem em suas obras, também é um fator que dificultaria pensar numa utopia destes autores em relação a formação da sociedade brasileira. No entanto, numa época em que determinantes biológicos ganhavam acento, as expectativas da realização de um país democrático tornava-se uma grande utopia, e neste caso, Ronaldo Conde Aguiar afirma com razão que Manoel Bomfim era um dos poucos utópicos da época.

Deste modo, temos na disputa intelectual entre Manoel Bomfim e Silvio Romero o conflito político pela reorganização política do país que se realiza sob um manto teórico, sendo o debate sobre o povo o caminho elucidativo de suas diferenças intelectuais e aspirações políticas em jogo.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVES FILHO, Aluísio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*, Rio de Janeiro, Achiamá, 1979.
- ADORNO, S. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro : Paz e terra, 1988.
- AGUIAR, R.C. *O Rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AZEVEDO, C.M. M. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das Elites século XIX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- BERTONHA, I. *Manoel Bomfim: um ilustre desconhecido*. 1987. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1987.
- BOMFIM, M. *A América Latina: males de origens*. 4.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador In: Pouillon, Jean (Org.). *Problemas do Estruturalismo*, Rio de Janeiro, Zahar.1968.
- _____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Tradução Sergio Miceli. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- _____. *O poder simbólico*. 5.ed . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOXER, C.R. *O Império Colonial Português*. Brasília: Ed. UNB, 1980
- CARVALHO. J.M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1965.
- _____. Os brasileiros e a nossa América. In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CHACON, V. *História das idéias socialistas no Brasil*. 2.ed. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1981.
- CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CORREIA, M. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 2 ed. Bragança Paulista-São Paulo: CDAPH, 2001.
- COSTA, E.V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo:Unesp,1994.
- _____. *Da senzala à colônia*. 3 ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- COSTA, W.P. Viagens e peregrinação: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS, E.R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p.57-81.

- COUTY, L. *A escravidão no Brasil*. Tradução Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura Fundação Casa Rui Barbosa [1988].
- DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, B. (Org.) *O Brasil Republicano: sociedades e instituições* 3. v.1. São Paulo: Difel, 1977 (*História Geral da Civilização Brasileira*. 9.).
- HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Cia das letras, 1995.
- RODRIGUES, J.H. *Independência: Revolução e contra-revolução*. 5. v. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C.F; VAINHAS, R. (Orgs.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.61-90
- _____. História das idéias. In: CARDOSO, C.F; VAINHAS, R. (Orgs.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.91-126
- JANSON, I. PIMENTA, J.P.G. Peças de um mosaico ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, C.G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação histórica*. São Paulo: Senac, 2000. p. 127-175.
- LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1983.
- LISBOA, K.M. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, C.G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação histórica*. São Paulo: Senac, 2000. p. 265-296.
- MATOS, C.N. *A poesia popular na República das letras: Silvio Romero folclorista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- MATTOS, H. M. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- MAXWELL, K. Porque o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, C.G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação histórica*. São Paulo: Senac, 2000. p. 177-195.
- NABUCO, J. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- NEDELL, J. *Belle époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ODÁLIA, N. *As formas do mesmo: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagem e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Ed. Da Unesp, 1997.
- OLIVEIRA, L.L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: FGV/inl, 1980.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROMERO, S. *A América Latina: analyse do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. Porto:Chardron, 1906.

_____. *História da literatura brasileira*. 7.ed. Rio de Janeiro: Olympio; Brasília:INL, 1980.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SAINT-HILAIRE, A. *Resumo das viagens ao Brasil: Província cisplatina e missões do Paraguai*. 2. ed. Tradução: Rubens Barba de Moraes. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945

SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As barbas do Imperador: D.Pero II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, S.B. Gente da terra braziliense da nasção. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, C.G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação histórica*. São Paulo: Senac, 2000. p.103-125.

SEVCENKO. N. *Literatura como missa: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SKIDMORE, T.E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

SODRÉ, N.W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 1966.

SOUZA, I.L.C. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: UNESP, 1999.

SUSSEKINK, F; VENTURA, R. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

VENTURA, R. *Estilo Tropical: história cultura e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.